

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA**

FRANCISCO EDNARDO GONÇALVES :

**CIDADES PEQUENAS, GRANDES PROBLEMAS: :
PERFIL URBANO DO AGRESTE POTIGUAR :**

NATAL – RN

2005

FRANCISCO EDNARDO GONÇALVESE

**CIDADES PEQUENAS, GRANDES PROBLEMAS: :
PERFIL URBANO DO AGRESTE POTIGUAR :**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ademir Araújo da Costa.

NATAL – RN :

2005 z

FRANCISCO EDNARDO GONÇALVESE

**CIDADES PEQUENAS, GRANDES PROBLEMAS: :
PERFIL URBANO DO AGRESTE POTIGUAR :**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, g
da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do
grau de Mestre em Geografia. g

Aprovada em 15 de abril de 2005 g

BANCA EXAMINADORA g

Prof. Dr. Ademir Araújo da Costa – Orientador g
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN g

Profª Drª Doralice Sátyro Maia – Convidada g
Universidade Federal da Paraíba – UFPB g

Profª Drª Beatriz Maria Soares Pontes - Convidada g
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN g

*À Cleide, à Édila Naly e à Ellen Sabrina, as maiores e
riquezas que a vida já me proporcionou, e*

*À Siete e a Francisco, meus adoráveis pais, pelo amor e
pela educação que recebi, o maior de todos os legados, e*

*A José Gonçalo (em memória) e à Irene Batista (em
memória), meus avós paterno e materna, respectivamente, e
duas pessoas brilhantes que sempre estiveram comigo e
estão muito felizes com esse momento, e*

*E a todos que sonham e lutam por um mundo menos
injusto e mais fraterno. e*

AGRADECIMENTOS :

Das primeiras lições no Jardim Escola Pequeno Polegar até a apresentação dessa dissertação já se passaram vinte anos de trajetória escolar. A conclusão desse trabalho ocorre g nesse momento em que completo duas décadas de enormes descobertas, grandes realizações, g muito aprendizado, muitas alegrias, alguns momentos difíceis, muitos obstáculos superados e g muitos sonhos realizados. Muitos g contribuíram para que esse trabalho fosse realizado, g quais agradeço a seguir: g

Ao Senhor Jesus elevo meu agradecimento especial, por sua misericórdia e pelo g seu amor para com todos nós. Sou extremamente agradecido a Ele pela minha vida, pelas g pessoas que colocou em meu caminho, pela minha família, pelos meus amigos, pelas g oportunidades que me foram concedidas e por sempre me ajudar. Devemos sempre lembrar g que “tudo coopera para o bem daqueles que amam a Deus, aqueles que são chamados g segundo seu propósito” (Romanos 8:28) e que “o Senhor é meu pastor e nada me faltará” g (Salmos 23:1). g

Aos meus pais, Siete e Francisco, por terem possibilitado essa caminhada, pelo g amor que têm por mim, pela confiança depositada, pelo esforço que fizeram e fazem para nos g proporcionar uma educação digna e por serem uma referência de otimismo, de amor e de g determinação em nossa família. g

À minha esposa Cleide, pelo apoio, companhia, carinho que sempre demonstrou e g por estar sempre ao meu lado. As minhas filhas Édila Naly e Ellen Sabrina, pelo incentivo, g pelo afeto e pelas doses diárias de inspiração. A Édila Naly, também agradeço pela digitação g dos textos prévios. Aos meus irmãos Eduardo e Ednara, pela torcida e pelas preciosas g palavras de conforto. g

Ao Professor Ademir Araújo, meu orientador, sempre rigoroso e competente, que g desde go surgimento gda gidea gde grealizar gste gtrabalho gme gapoioi gincondicionalmente. g Agradeço gnormemente pela paciência, pela orientação, pela amizade, pela dedicação que g teve para comigo e, principalmente, por respeitar minha opinião. g

À Professora Beatriz Pontes, por ter me apresentado tão bem à Ciência Geográfica g e ger gne gconduzido gos gprimeiros gpassos gla graduação, glurante go gperíodo gle giniciação g científica. Seus valiosos ensinamentos contribuíram enormemente para meu aperfeiçoamento g profissional e pessoal. Agradeço ainda, pelo apoio constante, pelas discussões preliminares g durante as disciplinas e o exame de qualificação e por ter aceito o convite para participar da g banca examinadora. g

À gProfessora gVera gQuitéria g(Tia gVera), gpelo gcarinho g pela gforma gque gne g conduziu nos primeiros passos da caminhada escolar e ao Professor Reginaldo Nóbrega, pelo g acesso ao seu gtrabalho g sobre Bom Jesus g pelas gições gle gHistória g Geografia go g ensino g fundamental e médio, as quais me despertaram o interesse pelas Ciências Humanas. g

Aos professores da Base de Pesquisa “Unidade Interdisciplinar de Estudos sobre a g Habitação e o Espaço Construído”, Professor Márcio Valença e Professora Edna Furtado pelo g apoio logístico, durante a realização deste trabalho, e aos colegas da referida Base, Gilene g Cavalcante, Sara Raquel e Daniela Karina, pelo incentivo, pelas discussões realizadas e pelas g sugestões. g

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que g disponibilizou g bolsa gle g estudo glurante go gcurso de gmestrado, gpossibilitando g elaboração g deste trabalho. g

À Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), mais precisamente ao g Departamento de Geografia pelo apoio institucional. A todos os professores do Departamento g e da Pós-Graduação em Geografia, em especial à Professora Liana Nobre, pelo incentivo e g

pelas sugestões na normalização deste trabalho e à Professora Rita de Cássia, pelas discussões g realizadas no início do trabalho. g

À Professora Livramento Clementino, por suas sugestões para o desenvolvimento g do nosso trabalho durante o exame de qualificação e pelo acesso ao material bibliográfico. g

Ao amigo Tiago Barreto, companheiro de iniciação científica, pela amizade g g pelas contribuições durante a elaboração do trabalho. g

À Maria Luiza e a João Galvão, pelo incentivo, pela torcida, pela correção do g abstract e pela capacidade de estarem sempre dispostos a servirem. g

À Zelinha Guedes, colega do mestrado, pelas discussões sobre a temática, pela g atenção que tem para conosco e por sua amizade. g

À Josélia Carvalho, por sua amizade, pela sua capacidade de solidariedade, pelo g incentivo e por sua preciosa colaboração nas horas mais críticas do mestrado. g

Aos colegas de orientação, Gerson Nascimento, Adauto Barbosa, Francisco Eloi, g Gleydson Albano pelo apoio e, de modo particular, a Josué Alencar, pela ajuda na elaboração g do material cartográfico e pelas sugestões feitas. g

À Professora Doralice Maia (Universidade Federal da Paraíba), pelas discussões g realizadas sobre a temática, pelas indicações bibliográficas e por ter aceito o g convite para g participar da banca examinadora. g

A Ricardo Valentim, ex-secretário da Pós-graduação em Geografia, por sua g competência, pela forma solícita como sempre nos recebeu e pelas dicas de informática. g

Aos colegas Rafael Ávila e Márcia Regina pela atenção, pela cópia e envio do g material bibliográfico solicitado. g

Às Professoras Tânia Maria Fresca (Universidade Estadual de Londrina), Beatriz g Ribeiro Soares (Universidade Federal de Uberlândia) e Encarnação Sposito (Universidade g

Estadual Paulista), pelas discussões via internet, pelo envio de textos produzidos sobre a temática e pelas indicações bibliográficas. g

Aos colegas Franklin Costa, Jusciclea Souza, Zezé Costa, Suelly Medeiros, Vaneska Tatiane, Luiz Carlos, Salim Kalil, Juliana Ubarana, Jane Roberta, Geovany Dantas, g pela preciosa contribuição durante o estudo de campo. À Jane Roberta também agradeço por sua amizade e por sua colaboração na coleta de alguns dados secundários. g

Aos colegas da turma do mestrado, pelos ensinamentos e pelo companheirismo durante a realização das disciplinas: Alexandre, Aristotelina, Bernardo, Elmar, Goreth, Ivanilton, Kátia, Luiz Eduardo, Otomar, Otoniel, Paulo Gerson e Zenira. g

Às Professoras Joseli Silva (Universidade Estadual de Ponta Grossa); Ângela English (Universidade Estadual de Maringá) e Maria Lúcia Pires Menezes (Universidade Federal de Juiz de Fora) pelas discussões via internet, pelo incentivo e pelas indicações bibliográficas. g

Aos colegas da Turma de Geografia 1998.1 e do Programa Especial de Treinamento (PET) pelas experiências compartilhadas, pelas amizades conquistadas e pela colaboração durante a graduação. g

Ao colega Márcio Cavalcante, de Passa Fica, pelas informações sobre sua cidade e pelo acesso ao material bibliográfico. g

Aos amigos da Residência Universitária, pela prazerosa convivência, pela atenção, pelas dicas de vida e pelas alegrias que me proporcionaram: Agostinho Soares, Alcino Leonardo, Alex Campos, Arimater Souza, Carlos Henrique, Eduardo Brandão, Eglijan Guedes, Eliu Pinheiro, Flávio Galvão, Gil de Lima, Joiceilton Oliveira, José Alves, Magnus Kelly, Nelson Oliveira, Remo Pimentel e Solenilton Oliveira. g

Aos colegas da Residência de Pós-Graduação, pelo convívio e pelos ensinamentos: Ana Lia, Francisco das Chagas, Gilson, Jader, Janine, Lígia e Rosilene. g

Aos companheiros do Juventude Voleibol Clube (Bom Jesus-RN) pela amizade, g pelo apoio e pelo incentivo. Em especial agradeço: a Baiano, por sua brilhante atuação na vida g pública de Bom Jesus – o que me motivou a ingressar no Curso de Geografia; a Roberto g Azevedo, gpor ger gne gncentivado ga gestudar gem gNatal; ga gFábio gSantos, gpelo gcesso go g computador e pelas contribuições na área da informática; e a Bayron Vilela, pela contribuição g durante o estudo de campo. g

A godos golegas gprofessores, gcoordenadores g gdiretores gdas gscolas gem gque gá g trabalhei, gsobretudo gos golegas gla gEscola gFreinet, glo gtaece gComplexo gEducacional, glo g Colégio gNossa gSenhora gdas gNeves g gla gFundação gBradesco, gpelos gnsinamentos gque gme g proporcionaram, pelo respeito e pelo incentivo constante. g

Aos gcolegas geducadores gdas gscolas gem gque gtrabalho gatualmente, gEscola g Municipal girmã gArcângela e gEscola gAgrícola gle Jundiáí, gque souberam gntender minhas g ausências durante o período de conclusão deste trabalho. De modo particular, agradeço às g Professoras Olga Souza e Patrícia Silva, pelas orientações na correção da Língua Portuguesa. g

A todos aqueles que, ao longo desses vinte anos de vida escolar, foram meus g professores, pelos ensinamentos e por seu importante papel nessa caminhada. g

Aos meus queridos alunos e alunas, pelo carinho, pelo respeito e por tudo que têm g me ensinado. g

Aos cidadãos e representantes do poder público das cidades pequenas do Agreste g Potiguar, os quais nos acolheram muito bem durante o estudo de campo. g

Por último, meu agradecimento especial a você que contribui para a realização g deste gtrabalho g, gpor gum gpasso da gminha gmemória, gnão geve g nome gitado gnessa gista gle g agradecimentos. g

Felicidade z
*É uma **cidade pequenina***
É uma casinha, é uma colina z
Qualquer lugar que ilumina z
Quando a gente quer amar z

Moraes Moreira z

GONÇALVES, Francisco Ednardo. *Cidades pequenas, grandes problemas: perfil urbano do g Agreste gPotiguar. g2005. g173 gf. gDissertação g(Mestrado gem gGeografia). gCENTRO gDE gCIÊNCIAS gHUMANAS, gLETRAS gE gARTES, gUNIVERSIDADE gFEDERAL gDO gRIO gGRENDE gDO gNORTEFRN. gPROGRAMA gDE gPÓSGRADUAÇÃO gEM gGEOGRAFIA, g Natal, 2005. g*

RESUMO :

Tendo em vista a diversidade e a heterogeneidade das cidades existentes no Brasil, o presente trabalho remete-se às áreas urbanas não-metropolitanas. No intuito de fomentar os estudos sobre as cidades pequenas e compreender a configuração socioespacial do urbano em tais cidades, este trabalho elabora e analisa o perfil urbano das cidades pequenas do Agreste Potiguar, utilizando como marco de referência teórica a produção do espaço urbano e regional, entre as décadas de 1970 e 2000. Partindo desse referencial, o trabalho apresenta uma caracterização socioespacial urbana das referidas cidades, com ênfase no quadro econômico, na dinâmica populacional, nos principais indicadores sociais, culminando com as principais características da vida cotidiana local. O estudo das cidades pequenas do Agreste Potiguar possibilita o entendimento da problemática que envolve as cidades desse porte, sobretudo, as que estão inseridas em regiões economicamente frágeis. No período analisado, as mudanças que se processaram na estrutura produtiva do Rio Grande do Norte desencadearam uma grande crise na economia do Agreste Potiguar. Esse aspecto, aliado à insuficiente atuação do poder público, contribuiu para o surgimento de vários problemas socioespaciais, dentre os quais se destacam: a fragilidade econômica, o desemprego generalizado, a falta de segurança e a ausência de infra-estrutura urbana suficiente para atender a demanda social. Mesmo diante dos problemas existentes, as cidades pequenas devem ser vistas como espaços potenciais, capazes de promover o desenvolvimento regional. Para tanto, faz-se necessário uma democratização na gestão pública, uma ampla participação popular e a efetivação de uma nova política urbana, que vise à promoção social dos indivíduos, à garantia de necessidades básicas e ao acesso aos serviços necessários a uma vida digna.

Palavras-chave: Cidades pequenas. Espaço urbano. Produção do espaço. Agreste Potiguar. Vida cotidiana.

GONÇALVES, Francisco Ednardo. *Cidades pequenas, grandes problemas: perfil urbano do g Agreste gPotiguar. g2005. g173 gf. gDissertação g(Mestrado gem gGeografia). gCENTRO gDE gCIÊNCIAS gHUMANAS, gLETRAS gE gARTES, gUNIVERSIDADE gFEDERAL gDO gRIO gGRENDE gDO gNORTEFRN. gPROGRAMA gDE gPÓSGRADUAÇÃO gEM gGEOGRAFIA, g Natal, 2005. g*

ABSTRACT :

In view of the diversity and the heterogeneity of the existing cities in Brazil, our approach g refers to the urban and non-metropolitan areas. gAiming to foment the studies on small cities e g to apprehend the sociospatial configuration of the urban environment in such cities, this piece g of work elaborates and analyzes the urban profile of the small cities of the Agreste Potiguar g region, using as a theoretical reference landmark the production of the urban and regional g space, gfrom gthe gdecade of g1970 go g2000. gStarting gfrom gthis greference, gthis piece of gwork g presents g an gurban gsociospatial gcharacterization of gthe gsmall gcities of gthe gAgreste gPotiguar g region, with emphasis on the economic framework, on the population dynamics, on the main g social data, culminating in the main characteristics of the local daily life. The study of the g small gcities of gthe gAgreste gPotiguar gregion gmakes gt gpossible gthe gcomprehension of gthe g problems that involve the cities of this size, above all, those inserted in economically fragile g regions. In the analyzed period, the changes occurred in the productive structure of the State g of Rio Grande do Norte triggered a great crisis in the economy of the Agreste Potiguar region. g This gaspect, g allied go gthe ginsufficient gperformance of gthe gpublic gpower, gcontributed go gthe g sprouting of some sociospatial problems, amongst which may be distinguished: gthe economic g fragility, gthe ggeneralized gunemployment, gthe gjack of gsecurity g and gthe gurban ginfrastucture g absence sufficient to take care of the social demand. Even facing the existing problems, the g small cities must be seen as potential spaces, capable to promote the regional development. g To do so, it is necessary a process of democratization of the public administration, an ample g popular gp participation g and gthe gestablishment of a gnew gurban gpolicy, gthat gaims gt gthe social g promotion of the individuals, the guarantee of basic necessities and the access to the necessary g services to a dignified life. g

Key words: Small cities. Urban space. Production of space. Agreste Potiguar. Daily life g

LISTA DE FIGURAS

	páginas g
Figura 1g Gado bovino, que participa da vaquejada em Passa e Fica g	109 g
Figura 2g Casa de farinha no núcleo urbano de Lagoa d'Anta g	111 g
Figura 3g Deposição de lixo nas ruas da cidade de Nova Cruz g	129 g
Figura 4g Deposição de lixo no riacho do prego em Várzea g	130 g
Figura 5g Becos de lama na cidade de Várzea g	131 g
Figura 6g Situação da Lagoa de Panelas, na cidade de Bom Jesus g	132 g
Figura 7g Casarões abandonados na cidade de Riachuelo, devido à transferência dag BRg	136g
Figura 8g Casa feita de taipa, na cidade de Senador Elói de Souza g	137g
Figura 9g Vila de casa na cidade de Lagoa Salgada g	137g
Figura 10 g A presença do mundo rural nas cidades pequenas do Agreste Potiguar g	138g
Figura 11 g Fachada das igrejas das cidades de São Pedro e Vera Cruz g	139g
Figura 12 g Alvorada nas cidades pequenas do Agreste Potiguar g	140g
Figura 13 g Aposentados nas calçadas da cidade de Vera Cruz g	142g
Figura 14 g Trabalhadores retornando do campo na cidade de Santo Antônio g	142g
Figura 15 g Instalação das barracas da feira livre da cidade de Brejinho g	145g
Figura 16 g Chegada dos compradores na feira da cidade de Bom Jesus g	146g
Figura 17 g Feira livre da cidade de São Paulo do Potengi g	147g
Figura 18 g Brincadeiras tradicionais na feira livre de Presidente Juscelino g	150g
Figura 19 g Retorno para casa na feira livre de Presidente Juscelino g	151g

LISTA DE MAPAS :

	páginas g
Mapa 1 g Localização das cidades pequenas do Agreste Potiguar. g	21 g
Mapa 2 g Agreste Potiguar: as cidades pequenas e o contexto regional. g	101 g
Mapa 3 g As feiras livres e suas centralidades no Agreste Potiguar, 2003. g	145 g

LISTA DE QUADROS

	páginas g
Quadro 1 g Histórico da formação das cidades pequenas do Agreste Potiguar. g	88 g
Quadro 2 g Festas dos(as) padroeiros(as) nas cidades pequenas do Agreste Potiguar. g	153 g

LISTA DE TABELAS :

	páginas g
Tabela 1 g Cadastro central de empresas do Agreste Potiguar, 1999. g	112 g
Tabela 2 g Quantidade x valor dos benefícios por municípios no Agreste Potiguar, fev., 2003. g	115 g
Tabela 3 g Participação da população do Agreste Potiguar junto à população total do g Rio Grande do Norte, segundo a situação do domicílio, 1970-2000. g	118 g
Tabela 4 g Distribuição gla população no gAgreste gPotiguar g taxa gle crescimento, g 2000. g	119 g
Tabela 5 g Principais indicadores de saúde do Agreste Potiguar. g	124 g
Tabela 6 g Taxa de analfabetismo no Agreste Potiguar, 1970-2000. g	125 g
Tabela 7 g Principais gindicadores gsócioambientais gurbanos gdo gAgreste gPotiguar, g 2000. g	128 g

SUMÁRIO:

	páginas g
1 CIDADES PEQUENAS: UM TEMA PARA APRECIÇÃO	g 17g
2 PARA ENTENDER AS CIDADES PEQUENAS	g 32g
2.1 AS CIDADES PEQUENAS SOB A ÓTICA DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS .	g 35g
2.2 AS CIDADES PEQUENAS NO BRASIL E O OLHAR DOS NÃO-GEÓGRAFOS	g 48g
2.3 COMO ENTENDER AS CIDADES PEQUENAS?	g 55g
2.3.1 O espaço e sua dinâmica	g 55g
2.3.2 O conceito de região em questão	g 60g
2.3.3 Sobre cidades e cidades pequenas	g 63g
2.3.4 A vida cotidiana	g 75g
3 A FORMAÇÃO DO AGRESTE POTIGUAR E AS CIDADES PEQUENAS	g 79g
3.1 AGRESTE: “UMA MINIATURA DO NORDESTE”	g 80g
3.2 BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO	g 82g
3.3 DESEQUILÍBRIO REGIONAL E POBREZA ESTRUTURAL DAS CIDADES PEQUENAS	g 93g
4 O PERFIL URBANO DAS CIDADES PEQUENAS : DO AGRESTE POTIGUAR	g 99g
4.1 ECONOMIA: ASCENSÃO E DECLÍNIO	g 104g
4.2 DINÂMICA POPULACIONAL	g 117g
4.3 PRINCIPAIS INDICADORES SOCIAIS	g 122g
4.4 A PERFORMANCE DO LUGAR	g 136g
5 POR UM NOVO CAMINHO PARA AS CIDADES PEQUENAS	g 155g
REFERÊNCIAS	g 165g

1 CIDADES PEQUENAS: UM TEMA PARA APRECIÇÃO :

Este é um dos fenômenos mais característicos, e no entanto dos mais negligenciados, da zfloração zurbana znos zpíses zsubdesenvolvidos z (Milton Santos) g

No momento em que o mundo direciona sua atenção para a situação das áreas metropolitanas – uma vez que estas consolidam os principais fluxos econômicos, os maiores contingentes populacionais, as grandes desigualdades sociais e, por conseguinte, uma maior complexidade de problemas – nosso enfoque se remete às áreas urbanas não-metropolitanas, principalmente por considerarmos que o sistema urbano brasileiro se configura de modo extremamente complexo, necessitando, portanto, de investigações que contemplem os mais variados aspectos do urbano no Brasil e, de modo particular, no Nordeste, região que possui o maior número de cidades. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2000, das 5.507 cidades existentes no Brasil, 32,44 % (1.787 cidades) localizam-se no Nordeste brasileiro. g

Nosso olhar está direcionado aos pequenos núcleos urbanos¹, áreas que também expressam na paisagem sérios problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais e que somam a maioria dos municípios brasileiros (4.643 cidades, 84,31% do total). Apesar dessa expressiva quantidade, a produção de conhecimento em torno dessa categoria de cidade esteve à margem da produção geográfica nas últimas décadas, como mostram Corrêa (1999); Endlich (1998); Fresca (1990); Oliveira e Soares (2002); Santos, M. (1979a, 1981); Santos, W. (1989); Wanderley (2001), entre outros autores. Isto fez com que os estudos avançassem pouco na compreensão destes espaços, e a produção de conhecimento sobre as cidades pequenas esteve dificultada tanto em nível empírico quanto, e, sobretudo, em nível teórico. g

Como as formulações teóricas existentes sobre o urbano são insuficientes por enfocarem, na maioria das vezes, as grandes cidades e empobrecerem e simplificarem o

¹ Convém ressaltar que, para muitos, tais aglomerações não são consideradas urbanas. Essa é uma questão que será abordada nos capítulos subsequentes. g

fenômeno urbano – reduzindo sua análise ao contexto metropolitano –, destituindo-se de sua g complexidade e riqueza, faz-se necessário desenvolver teorias mais abrangentes, capazes de g orientar as pesquisas sobre as cidades pequenas. Sobretudo agora, nesse início de século, em g virtude das g alterações socioeconômicas e culturais que vêm ocorrendo no mundo, há uma g necessidade de se repensar os estudos sobre o urbano e a cidade no Brasil, como enfatiza g Carlos (2004). Diante desse contexto, a exígua disponibilidade de informações sistematizadas g sobre o urbano no seu limite inferior coloca-nos diante da necessidade de produzirmos mais g estudos empíricos, para que a g reflexão sobre a g temática possa ser g enriquecida e g avançar g teoricamente. Sendo assim, ao pleitearmos o estudo das cidades pequenas como objeto de g pesquisa, g deparamo-nos g diante g de g dois g obstáculos g de g natureza g metodológica: g a g indisponibilidade de análises do urbano no seu limite inferior e a inexistência de formulações g teóricas que dêem subsídios à sua interpretação e análise. g

Diante do exposto, nossa pretensão não é a de construir uma teoria geral sobre as g cidades pequenas ou um banco g de g dados sobre os g problemas urbanos g observados nessas g cidades, mas, sim, desenvolver uma g análise de g situações socioespaciais gerais a partir g de g objetos teóricos, os quais buscamos explicitar no próximo capítulo. Convém ressaltarmos que g cientificamente não há um consenso sobre a definição de cidade, nem tampouco sobre cidades g pequenas. Igualmente, não temos a intenção de defender rigorosamente uma definição para g tais cidades, nem poderíamos, gendo em g vista sua diversidade, g em número e g conteúdo, no g Brasil. g

Definida a g temática, qual(is) g cidade(s) g pequena(s) g investigar? Ou seja, qual g o g recorte espacial de análise? De imediato, veio à g grossa mente a cidade g de Bom g Jesus g localizada no interior do Rio Grande do Norte –, por vivenciarmos a realidade desta cidade e g por ser a minha cidade natal. Após várias reflexões, chegamos à conclusão de que a situação g vivenciada no g pequeno g espaço g urbano g de Bom g Jesus, apesar g de suas g especificidades g

socioespaciais, gassemelha-se à gproblemática gque genvolve ginúmeras gidades gdo gNordeste g brasileiro, notadamente, as cidades circunvizinhas a Bom Jesus. Sendo assim, ao analisarmos g o quadro regional, estamos trazendo uma contribuição mais significativa² para a reflexão em g torno das cidades pequenas no Nordeste brasileiro. Diante da enorme quantidade de cidades g nesse patamar, achamos por bem trabalhar com as cidades pequenas do Rio Grande do Norte, g por ser um estado periférico – em relação ao centro econômico e financeiro do Brasil – que g está ginserido gna gregião gNordeste gdo gBrasil, gconsiderada gproblemática, gpara gnão gdizer g “atrasada” e, ainda, por apresentar 93,37% das suas cidades com população inferior a 20.000 g habitantes³. Levando gm gconsideração g a g“Classificação gsocioeconômica glos municípios do g Rio Grande do Norte” (RIO GRANDE DO NORTE, 1998), glegemos a região Agreste g Potiguar, g que, g conforme g tal g classificação, g apresenta g os g mais g baixos g índices g de g desenvolvimento econômico no estado. Nessa região está a cidade de Bom Jesus. g

Uma das problemáticas mais evidentes, que justificam a realização deste estudo, é g que a região Agreste Potiguar não foi contemplada com a reestruturação produtiva, ocorrida g nas três últimas décadas, constatada em outras regiões do estado, principalmente, no Litoral g Oriental. Existe um grande desnível socioeconômico entre o Agreste Potiguar e outras regiões g do gRio gGrande gdo gNorte, gpois g a maiorias das gidades gla gárea gm gquestão gnão g encontrou g alternativas econômicas que viabilizassem seu desenvolvimento e amenizassem o quadro de g pobreza gerado pela crise das economias tradicionais aliada à insuficiente atuação do poder g público. Sendo assim, este trabalho tem a finalidade de elaborar e analisar o perfil urbano das g cidades pequenas do Agreste Potiguar, tendo em vista a produção do espaço urbano e regional g

² Não queremos dizer que um estudo sobre Bom Jesus não seja significativo, ao contrário, pois “quanto *mais z pequeno* o lugar examinado, tanto maior o número de níveis e determinações externas que incidem sobre ele” g (SANTOS, gM., g1985, g p. g3, g grifo gdo gautor). gLogo, gos gproblemas gque gfligem g a população gbonjesusense gão g preocupantes e se agudizam ainda mais quando nos deparamos com o descaso do poder público (sobre o assunto g ver GONÇALVES; COSTA, 2002). Ficam registradas as perspectivas de investigações futuras como um dos g inúmeros desdobramentos que este trabalho pode proporcionar. g

³ O patamar de 20.000 habitantes é um parâmetro freqüentemente utilizado em organizações internacionais para g classificar uma cidade como pequena. Foi proposto pelo sociólogo francês Henri Mendras (ABRAMOVAY, g 2000, p. 5). g

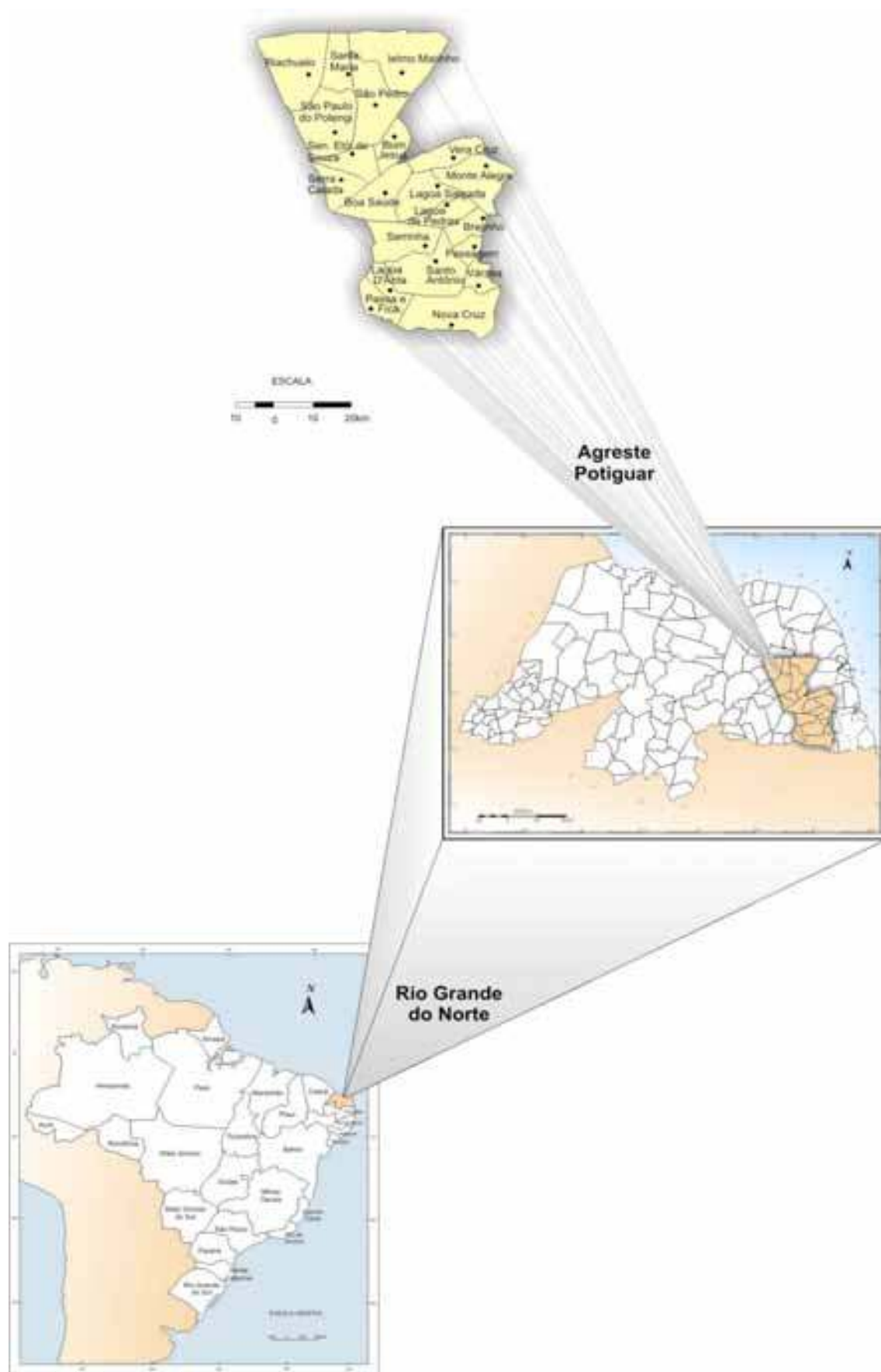
e sua dinâmica socioeconômica entre 1970 e 2000, período em que o estado do Rio Grande do Norte passou por uma redefinição de sua base produtiva, ocasionando várias alterações espaciais. g

Mesmo diante, da indefinição que envolve essa categoria de cidades, g compreendemos as cidades pequenas como uma das dimensões socioespaciais, geradas pelo processo histórico de produção do espaço urbano e regional. As dimensões espaciais, o número de habitantes, a pouca diversidade de funções urbanas, a dependência de um centro maior, a temporalidade lenta, a relação com a vida rural e a proximidade entre as pessoas são os principais elementos que caracterizam as cidades pequenas do Agreste Potiguar. g

Identificada no mapa a seguir, a região Agreste Potiguar é composta por vinte e uma cidades: Bom Jesus, Brejinho, Celmo Marinho, Januário Cicco (Boa Saúde)⁴, Lagoa d'Anta, Lagoa de Pedras, Lagoa Salgada, Monte Alegre, Nova Cruz⁵, Passa e Fica, Passagem, Presidente Juscelino (Serra Caiada), Riachuelo, Santa Maria, Santo Antônio, São Paulo do Potengi, São Pedro, Senador Elói de Souza, Serrinha, Várzea e Vera Cruz. Essa região g totaliza uma área de 3.485,6 quilômetros quadrados, equivalente a 6,56% da superfície total g do estado. Nessa área estão distribuídos 205.710 habitantes (7,4% da população estadual), o g que representa uma densidade demográfica de 59,1 habitantes por quilômetros quadrados. g

⁴ Os municípios de Januário Cicco e Presidente Juscelino são oficialmente reconhecidos pelas legislações estadual e municipais por Boa Saúde e Serra Caiada, respectivamente. Entretanto, em nível federal continuam com os nomes anteriores, tendo em vista que, até o presente, os referidos municípios não realizaram plebiscitos para mudança dos nomes. g

⁵ Apesar da cidade de Nova Cruz possuir 21.634 habitantes, optamos por incluí-la nesse trabalho, pois a utilização exclusiva do critério demográfico não é suficiente para compreendermos a dinâmica sócioespacial urbana. Além disso, a não inserção de Nova Cruz nesse trabalho dificultaria a compreensão do contexto regional, g uma vez que essa é uma das principais cidades da região em análise. g



Fonte: RIO GRANDE DO NORTE, 2001. g

Nota: Mapa trabalhado por Josué Alencar Bezerra, 2005. g

Mapa 1 – Localização das cidades pequenas do Agreste Potiguar :

O interesse em estudar as cidades pequenas está relacionado a fatores de ordem g pessoal e de ordem acadêmica. Um dos motivos que nos despertou para essa problemática é g atribuído gao fato gda gnessa gnaturalidade g– ga gcidade gde gBom gJesus, gcomo gassinamos g anteriormente – g gde não gos gonformarmos gom o gfraco glinamismo gsocioeconômico g, g principalmente, a ausência de perspectivas futuras que envolvem a referida cidade. Apesar de g sua proximidade à Natal (50 quilômetros de distância), Bom Jesus – a exemplo do conjunto g de gidades gdo gAgreste gPotiguar g– gexpressa guma gserie gde gproblemas gde gordem gconômica, g social g política, gos gquais, gmesmo gse gassemelhando gà gsituação gda gmaioria gdas gidades g brasileiras, possuem suas especificidades. g

Em termos acadêmicos, nossa preocupação se intensificou quando nos deparamos g com os resultados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, divulgados em abril de g 2001, os quais apontavam, entre outros aspectos, para a predominância de cidades pequenas g no Brasil. A notícia intitulada “Municípios de até 20 mil habitantes são maioria no Brasil” g evidenciava gque g5% gdos gmunicípios gbrasileiros gencontravam-se gnesse gpatamar g geuniam g uma gpopulação de g3,9 gmilhões de gessoas (IBGE, g2001). gAo constatar gessa realidade, g fizemos uma pesquisa bibliográfica, a fim de encontrarmos suporte teórico que contemplasse g as cidades pequenas nos seus mais variados aspectos, já que estas se constituíam num padrão g dominante, no que se refere à população considerada urbana. Os resultados dessa pesquisa g deram margem a vários questionamentos e reafirmaram o interesse em investigar a situação g dessas cidades. g

Os estudos em Geografia Urbana têm privilegiado áreas onde a (re)produção do g capitalismo se dá de uma forma mais intensa, uma vez que tais espaços estão mais envolvidos g com go gprocesso gde gglobalização gm suas gvárias gdimensões. gEsse gé gum gprocesso gnuito g contraditório, que apresenta múltiplas nuances socioespaciais e tem aumentado os riscos de g exclusão social em todos os países. Em outras palavras, da mesma forma que essa nova etapa g

do capitalismo intensifica uma série de fatores (aumento dos fluxos de trocas comerciais e financeiros internacionais, criação de novos centros, crescimento das corporações internacionais, enorme avanço tecnológico e informacional, entre outros) também concorre para o surgimento de espaços excluídos, os quais não acompanham esse ritmo global da economia, pois, como aponta Milton Santos, não existe um espaço global, mas apenas os espaços da globalização (SANTOS, M., 2001, p. 257). Fazendo uma relação entre o contexto da globalização e o espaço, Santos, W. (1989, p. 6) esclarece que “[...] o processo de concentração de certa forma esvazia os pequenos municípios em favor das áreas de maior urbanização devido aos novos tipos e formas e redirecionamento dos fluxos”. É nessa vertente que podemos entender a situação das cidades pequenas do Agreste Potiguar. g

Ainda nos estudos sobre a gemática, constatamos que os dados significativos g trabalhos encontrados privilegiam notadamente as cidades do Centro Sul do Brasil, região que apresenta uma dinâmica econômica diferente da situação vivenciada no Nordeste brasileiro. Ao analisar o sistema urbano nordestino, Coelho (1992) evidencia que a concentração espacial das atividades produtivas contribuiu para que houvesse uma enorme desarticulação do sistema de cidades no âmbito regional, com forte rebatimento nas cidades pequenas que, em sua maioria, apresentam uma estrutura urbana deficitária e convivem com sérios problemas socioeconômicos. Sendo assim, defendemos a idéia de que as cidades pequenas do Nordeste, região que concentra o maior percentual (34% do total) dessa categoria de cidade, g carecem de análises e merecem a atenção dos estudiosos envolvidos com a dinâmica das cidades. g

Ao olharmos a realidade potiguar, conforme Gomes (1997), vemos que em função da (re)produção do poder político na última metade do século XX, foram criados vários municípios, cujas sedes são oficialmente denominadas de cidades. E, na busca desenfreada g pela manutenção desse poder, questões de ordem infra-estrutural, necessárias ao bom g

funcionamento de uma rede municipal e bem-estar da população, estiveram relegadas a planos secundários. Semelhante ao que ocorre nos grandes centros, as cidades pequenas também convivem com sérios problemas de natureza socioeconômica, os quais são configurados numa escala relativamente menor do que a encontrada nas grandes cidades. g

No que se refere ao Agreste Potiguar, o processo de produção desse espaço regional se deu em meio ao crescimento da economia e ao aumento da população, a qual progressivamente foi concentrando-se nas cidades pequenas. Estas foram se formando e definidas, sobretudo, em função da produção econômica predominante e das relações sociais. g Nessa perspectiva, Coelho (1992, p. 75) esclarece que “[...] a estruturação do sistema urbano nordestino foi diretamente condicionada pelo processo histórico de produção do espaço regional”. g Portanto, para entendermos a configuração do urbano no Agreste Potiguar, é necessário averiguarmos o processo de formação histórica e sua dinâmica recente, pois como explica Santos, M. (1988, p. 85) o espaço é formado “[...] de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade”. g Ainda nesse sentido, Carlos (1994, p. 33) acrescenta que o espaço geográfico é “[...] um produto concreto de relações sociais historicamente determinadas”. g

O processo de urbanização potiguar se caracteriza, entre outros aspectos, pela formação e consolidação de pequenos núcleos urbanos, que podem ser compreendidos como resultado da produção do espaço e da sua dinâmica socioeconômica. Ressaltamos que este modelo não é específico do Rio Grande do Norte, mas faz parte de um contexto mais amplo. g Daí a necessidade de fazermos algumas considerações alusivas ao processo de urbanização ocorrido no Brasil. g

A estruturação do quadro urbano nos países subdesenvolvidos se constitui num fenômeno recente, se comparado à situação vivenciada pelos países capitalistas avançados. g

Mesmo adquirindo sua maturidade no século XIX, a urbanização brasileira só atingiu as características, segundo as quais a conhecemos hoje, no século XX (SANTOS, M. 1993, p. 19). A consolidação desse fenômeno ocorreu num ritmo bastante acelerado, com inúmeras repercussões no espaço, originando assim uma urbanização desigual, que reflete a heterogeneidade estrutural inerente ao processo de desenvolvimento do país. g

Segundo Santos, M. (1981), até a década de 1970, a realidade urbana do Brasil e de outros países subdesenvolvidos era uma ilustração desconhecida. Prevalcia uma certa instabilidade política e econômica que resultou em raros estudos sobre a temática. As abordagens até então existentes priorizavam os aspectos externos às cidades, tomando como referência o fenômeno da urbanização nos países desenvolvidos. Nas últimas décadas, o Brasil, a exemplo dos demais países subdesenvolvidos, passou por um significativo processo de urbanização. Os números disponíveis evidenciam que, em 1950, cerca de 65% da população ainda vivia no campo e apenas 35% morava nas cidades. Essa situação se reverteu trinta anos depois (1980), quando 67% da população total passou a morar em cidades. Atualmente, 81,25% da população é considerada urbana, o que corresponde a 137.953.959 habitantes (IBGE, 2000). g

Ao analisarem a dimensão urbana do desenvolvimento econômico-espacial brasileiro, Motta, Mueller e Torres (1997, p. 66) esclarecem que “a expansão e as transformações da estrutura produtiva em nível regional e as questões da concentração e desconcentração espacial têm, evidentemente, um forte debate sobre o urbano”. Esse processo ocorrido no Brasil apresentou situações de grande diversidade e heterogeneidade no território nacional, dentre as quais: acelerada urbanização das áreas de fronteira econômica, crescimento das cidades médias, periferação dos centros urbanos e formação e consolidação de aglomerações urbanas metropolitanas e não metropolitanas (BRASIL, 2000). g

Ao expor suas considerações sobre a acelerada e complexa urbanização no Brasil, g Davidovich (1995, p. 79-80) estabelece duas fases: uma em que a urbanização integrou uma g forte ascensão do poder do Estado, e outra mais recente “[...] que diz respeito aos efeitos da g seqüência de crises recessivas que abalaram o modelo desenvolvimentista”. Em se tratando g dos marcos do contexto espacial urbano desse último período, a mesma autora distingue um g “Brasil gmetropolitano” g um g“Brasil gurbano gnão gmetropolitano”. gNeste gúltimo gsegmento, g dentre os fenômenos que se processaram junto à interiorização da urbanização do território g brasileiro, merece destaque o aparecimento de novos municípios, cujas sedes são oficialmente g conceituadas como cidades (DAVIDOVICH, 1995, p. 90). g

Pelo exposto, podemos observar que o aumento do número de pequenos núcleos g urbanos é um fato que não pode ficar na penumbra do conhecimento científico. Desse modo, a g agenda da Geografia brasileira não pode negligenciar tais espaços, em detrimento das grandes g metrópoles, já que 84,31% das 5.507 cidades existentes no Brasil possuem população inferior g a 20.000 habitantes, como assinalamos anteriormente. Para compreender melhor essa questão, g recorreremos aos dados do IBGE, os quais revelaram que na década de 1950 o Brasil contava g com 1.887 cidades, das quais 94,91% (1.791 cidades) eram consideradas pequenas. Passados g vinte anos (em 1970), 92,33% das cidades do país enquadravam-se nessa categoria, ou seja, o g Brasil possuía 3.649 cidades pequenas. Na década de 1990, o número de pequenas cidades g aumentou para 3.806, o que correspondia a 84,75% do número total de cidades. Os dados de g 2000 gevelam gque no gBrasil g(conforme gá gdestacado gcima), g(as g5.507 gcidades gexistentes, g 84,31% (4.643 cidades) possuem população inferior a 20.000 habitantes e reúnem 20,33% da g população brasileira que mora em cidades. Para cada cidade com população acima de 50.000 g habitantes existem 12 cidades pequenas. g

Na última metade do século XX, o número de cidades pequenas no Brasil vem g aumentando consideravelmente. Se compararmos a quantidade atual com a década de 1950, g

observamos a ocorrência de um acréscimo de quase 160% do percentual de cidades pequenas. g Entretanto, observamos que a proporção de cidades pequenas junto à quantidade total de cidades em diminuindo. O percentual de cidades pequenas que em 1950 era de 94,91%, g reduziu-se para 84,31% em 2000. Essa tendência também ocorreu na região do Nordeste g brasileiro, que teve redução de 96,22% em 1950, para 88,42% em 2000. No Rio Grande do g Norte, onde a redução foi de 97,92% para 93,37%, no período em análise, esses dados g evidenciam a existência de um movimento migratório da população das cidades pequenas, g principalmente, em direção às cidades maiores. g

Atualmente, observamos que a maioria destas (34% do total, equivalente a 1.580 g cidades) localiza-se na Região Nordeste e concentra uma população de 9.137.472 habitantes, g equivalente a 30,90% da população urbana da região. Com relação à evolução do número de g cidades pequenas potiguares, em 1950, das 48 cidades existentes, apenas Natal (com 103.215 g habitantes) apresentava população superior a 20.000 habitantes. Em 1970, 98% (147 de um g total de 150) das cidades do estado eram pequenas. Em 2000, 93,37% das 166 cidades g existentes enquadraram-se neste patamar, isto é, 155 possuem população inferior a 20.000 g habitantes (IBGE, 2000). g

A partir desses números e tendo por base as ideias de Clementino (1995), g percebemos que a urbanização do Rio Grande do Norte está revestida de uma certa g fragilidade, levando-se em consideração o fato de não conseguir disseminar em seu território g aglomerações urbanas que possam funcionar como polos dinamizadores regionais, com g exceção de Mossoró, segunda maior cidade do estado. Ao analisar a urbanização do estado, a g referida autora informa que “[...] a junção de diferentes processos históricos com diferenças g oriundas da heterogeneidade estrutural dos setores produtivos resulta em um processo de g urbanização muito complexo, para não dizer complicado” (CLEMENTINO, 1995, p. 28). g Mesmo diante do significado desse processo, é oportuno esclarecer que a urbanização do g

estado é fortemente concentrada na Região Metropolitana de Natal, que engloba as cidades de g Ceará-Mirim, gExtremoz, gMacaíba, gNatal, gNísia gFloresta, gParnamirim, gSão gGonçalo gdo g Amarante e São José do Mipibú. Mesmo assim, mais da metade (54,13%) da população total g do Rio Grande do Norte reside nas pequenas aglomerações urbanas (IBGE, 2000). g

A ação do Estado, por meio das políticas públicas, também concorreu para esse g quadro, gma gvez gque g gmaioria glessas gções gsteve gdirecionada g às áreas gque gpresentam g expressividade econômica, no intuito de ampliar a infra-estrutura já existente em detrimento g de outras áreas onde tais características não estão presentes. Nesse sentido, Clementino (1995, g p. 80) g esclarece gque g “[...] g onde g o capital gprodutivo g não g constitui g o g setor ghegemônico gla g economia, o Estado não se obriga, necessariamente, a viabilizar as condições de produção e g reprodução do capital e da gforça gde trabalho”. Isso serve gpara g ampliar as desigualdades g regionais e aumentar o grau de dependência das cidades pequenas, em relação aos centros g maiores. g

Assim sendo, entendemos que a origem das cidades pequenas do Agreste Potiguar g se gleu gno g contexto gde g produção glo g espaço g regional, g sendo g como gsuporte g as g atividades g agropastoris, as quais tornaram este espaço em fornecedor de produtos primários. Contudo, as g transformações ocorridas na estrutura produtiva do Rio Grande do Norte não privilegiaram g todos os espaços, trazendo, por conseguinte, várias implicações na divisão territorial do g trabalho. gA g região gAgreste gPotiguar gconstitui-se gnuma g das g expressões g concretas gdesse g processo desigual, uma vez que na região em foco não se desenvolveram novas atividades que g lhe garantisse sustentação econômica. g

Esse processo de reestruturação, discutido por Clementino (2003), g ocorrido a g partir da década de 1970, apresentou-se mais prejudicial para as cidades pequenas das regiões g que não estão inseridas nas áreas mais dinâmicas. Ao analisar tais impactos nos pequenos g centros urbanos, Coelho (1992, p. 90) esclarece que “[...] os mais baixos níveis de renda da g

região [Nordeste] são encontrados nestes centros, onde a população de baixa renda atinge a participação de até 89% no mercado de trabalho". Desse modo, o desequilíbrio estrutural observado ao decorrer da produção do espaço urbano e regional agravou enormemente a situação das cidades pequenas, que se caracterizam, em sua maioria, pelo fraco dinamismo econômico de suas estruturas produtivas e pela pobreza estrutural, e convivem, portanto, com vários problemas que em alguns casos inviabilizam seu desenvolvimento e afetam, assim, a vida das pessoas. g

Apesar de as cidades do Agreste Potiguar, selecionadas para este trabalho, não se constituírem em espaços dinâmicos em se tratando das especializações funcionais da nova etapa do capital, não podemos esquecer que parcela significativa da população brasileira, em particular da população potiguar (36,47% da população urbana), reside nas cidades pequenas, as quais se constituem em espaços significativos para a sociedade e não podem permanecer à margem do conhecimento científico. Devem, portanto, ser analisadas pela ciência, no visível e intuitivo contribuir para a reversão dos problemas socioespaciais que as afligem, pois averiguamos claramente que o patamar de cidades pequenas não exclui a existência de problemas socioeconômicos materializados no espaço. Conseqüentemente, faz-se necessária uma compreensão acurada da situação desses centros urbanos, compreendidos como uma das expressões da formação do contexto regional do Agreste Potiguar. g

Para elaborar e analisar o perfil urbano das cidades pequenas do Agreste Potiguar foi necessária uma apreciação crítica e reflexiva do processo histórico de produção do espaço regional que condicionou a configuração socioespacial das cidades em análise. Também elaboramos uma caracterização dos espaços urbanos no Agreste Potiguar, levando em consideração a esfera econômica, a dinâmica populacional, os principais aspectos sociais e a vida cotidiana predominante. g

Alcançarmos tais objetivos, representou ao mesmo tempo, um grande desafio, tendo em vista que a feição urbana das cidades pequenas é ainda pouco explorada pelos geógrafos brasileiros e um imperativo, por compreendermos que tais cidades são espaços g representativos para a sociedade. Existem vários caminhos para entender as cidades, mesmo g por que estas são multifacetárias e complexas. A busca de subsídios necessários à interpretação das cidades pequenas do Agreste Potiguar foi encaminhada por meio de estudos g teóricos e empíricos. g

Na etapa inicial, realizamos uma ampla pesquisa bibliográfica que contemplou g tanto a literatura consagrada (livros) quanto as produções acadêmicas (teses e dissertações) e g os artigos científicos (periódicos e eventos). No estudo sobre a (re)construção e análise do processo de formação socioespacial da área em análise, realizamos uma pesquisa bibliográfica g junto à historiografia norte-rio-grandense, além de entrevistas abertas feitas com os moradores g mais antigos das cidades em análise. A elaboração da caracterização socioespacial envolveu o g levantamento de dados estatísticos junto ao IBGE, mais precisamente ao Sistema do IBGE de g Recuperação Automática (SIDRA), a fim de identificar o comportamento dos principais g indicadores socioeconômicos no período em análise. Entre os documentos consultados estão g os quatro últimos Censos Demográficos, os três últimos Censos Agropecuários, entre outros. g Recorremos ainda, aos informativos municipais do Instituto de Desenvolvimento Econômico g e Meio Ambiente (IDEMA) e aos softwares Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e g Sistema Nacional de Indicadores Urbanos. Para detectar a influência que a vida cotidiana g exerce no processo g de produção g espacial, realizamos g várias g observações g diretas, g acompanhadas de registros fotográficos, além da realização de várias entrevistas g semi-g estruturadas junto aos habitantes das cidades pequenas. O estudo de campo foi uma das etapas g mais instigantes do trabalho. A vivência nas cidades pequenas do Agreste Potiguar, além de g ser muito g prazerosa, revelou g os g números g passados g presentes na produção do espaço. g

Ressaltamos que como se trata de subjetividade, optamos pela análise qualitativa das informações obtidas durante o estudo de campo. Esperamos que este trabalho traga alguma contribuição à compreensão das cidades pequenas do Nordeste brasileiro, além de facultar a possibilidade de intervenções que visem à solução da problemática que as envolve. g

O trabalho que ora apresentamos está estruturado em três capítulos. No primeiro, g *“Para zentender zas zidades zpequenas”*, g elaboramos go gprotótipo ginterpretativo, gque gestá gpautado numa revisão bibliográfica sobre as cidades pequenas no Brasil e na discussão dos conceitos de (re)produção do espaço, região, cidades pequenas e vida cotidiana. No segundo g capítulo, g *“A zformação zdo zAgreste zPotiguar ze zas zidades zpequenas”*, g fizemos guma g reconstituição histórica do processo de produção do espaço regional e das cidades pequenas do gAgreste gPotiguar. gNo gterceiro, g *“O zperfil zurbano zdas zidades zpequenas zdo zAgreste zPotiguar”*, g evidenciamos ga g atual gsituação gsocioespacial g das g cidades gpequenas. gPor g fim, g apresentamos uma discussão dos resultados obtidos e os questionamentos que emergiram no g decorrer da pesquisa. g

Capítulo 2 3

PARA ENTENDER AS CIDADES PEQUENASC

2 PARA ENTENDER AS CIDADES PEQUENAS :

Nesse capítulo, faremos um esforço reflexivo no sentido de construir um protótipo g interpretativo que se adapte a realidade vivenciada pela maioria da sociedade potiguar que g reside nas cidades pequenas. Sendo assim, inicialmente buscamos estabelecer um diálogo com g os raríssimos autores que se ocupam do tema, ao mesmo tempo em que isto significou um g momento de reflexão na obtenção de suporte teórico para realização deste trabalho. g

De imediato, quando nos remetemos às cidades pequenas dois questionamentos g diretamente relacionados chamam particular atenção. Um, diz respeito à delimitação do termo g cidade pequena, ou seja, o que seria uma cidade pequena e como delimitá-la; outro, envolve a g urbanidade, ou g caráter urbano g e gais g cidades, gendo g em vista g gdefinição g oficialmente g adotada no Brasil, que considera cidade toda sede municipal. g

No g que gange g a gdelimitação g o germo, g a gclassificação g das g cidades, g em g nível g mundial, como pequenas, médias ou grandes é muito variável de país para país. Cada Estado, g de acordo com sua realidade e, principalmente, a partir de seus pré-requisitos administrativos, g elabora g a gclassificação. Sobre g o g assunto, g Abramovay (2000, p. 5) g informa g que g “[...] os g limites estabelecidos internacionalmente são arbitrários: correspondem muito mais a tradições g histórico-institucionais g que g a g situações geográficas g refletidas”. Em g muitos g países, g para g se g definir uma cidade é necessário um número mínimo de população absoluta. Exemplificando g tal g afirmação, g temos g que, g na g Suíça, Grécia, Espanha e Senegal, g a g quantidade g é g de g 10.000 g habitantes; na Áustria e na Índia, esse número diminui para 5.000 habitantes; na Venezuela, g esse contingente se reduz para 2.500 habitantes; na Argentina e Portugal, 2.000 habitantes; na g Malásia e na Escócia, 1.000 habitantes e na Dinamarca as aglomerações com 200 habitantes g são consideradas cidades (SANTOS, M., 1979a; CLARK, 1991). g

Ao discorrer sobre as cidades pequenas, Santos, M. (1981, p. 15) esclarece que as estatísticas internacionais estabeleceram um marco de 20.000 habitantes para classificar esse tipo de cidade, muito embora, para esse autor, só a partir de um certo estágio de desenvolvimento e dinamismo é que a cidade se define. No Brasil, todas as sedes de municípios, independentemente do tamanho populacional, são consideradas cidades, de acordo com a definição oficial preconizada pelo IBGE. Nesse sentido, na delimitação oficial do urbano, prevalece o caráter político-administrativo. Como escreve Geiger (1963, p. 7), no Brasil, a palavra cidade adquire um sentido político-administrativo. Sendo assim, a cidade de Ilmo Marinho, que possui pouco mais de 1.100 habitantes, é considerada cidade do mesmo modo que Natal, que tem mais de 710.000 habitantes, e São Paulo, que se aproxima dos 10 milhões de habitantes (IBGE, 2000).

Essa delimitação torna-se difícil e arriscada, sobretudo, porque o Brasil possui dimensões continentais e diversas dinâmicas regionais. Sobre esse aspecto, Geiger (1968, p. 7) informa que “os municípios brasileiros, bem como suas sedes, variam ao extremo quanto a conteúdo, dimensões, população, etc.” Logo, qualquer critério rígido corre o risco de cair numa generalização indevida, pois o urbano no Brasil é bastante diversificado, a exemplo do que ocorre no mundo. As cidades possuem diferentes trajetórias de desenvolvimento e múltiplos perfis, que impedem essa simplificação do termo.

No livro intitulado “Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula”, Veiga (2002) chama a atenção para a necessidade de se repensar o critério oficial de classificação de urbano e de rural no Brasil, uma vez que tal critério leva a classificar como área urbana sedes de municípios muito pequenas. Para o autor existe no Brasil uma superestimação do grau de urbanização. Isto lhe incentivou a propor uma outra classificação, pautada em procedimentos estatísticos, baseada nos parâmetros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que privilegia o critério da densidade de

demográfica. Nessa perspectiva, para uma localidade ser considerada urbana é necessária uma g densidade gde gl50 ghabitantes gpor gquilômetros gquadrados. gNão gpodemos gnegligenciar ga g importância das questões tratadas pelo autor e a relevância de sua iniciativa no sentido de g propor uma classificação mais adequada à realidade gbrasileira. Entretanto, gcomo escreve g Carlos g(2003, g.s.p.), ga g análise grealizada gpor gVeiga g“envolve gricos gde gsimplificação gda g realidade, pois ga g sistematização, ao evitar o diferente, desemboca g[...] na busca de uma g harmonia gque ggnora gs gcontradições gprofundas gob gs gquais ge gdevem g analisar gs gatuais g relações cidade/campo no Brasil”. g

Ao analisar a situação das cidades brasileiras, Maia (2003, s.p.) esclarece que g

[...] trata-se de realidades muito distintas, de modos de vida, de costumes e g ainda de necessidades os mais variados. É preciso então que os estudiosos da g cidade pensem a respeito dessa grande diversidade, utilizem as estatísticas, g não esquecendo, contudo, de avaliá-las e ainda reflitam sobre os conceitos g utilizados. g

Tendo em vista esse quadro de referência, nosso propósito foi de elaborar e, ao g mesmo tempo, analisar o perfil das cidades pequenas situadas na região Agreste Potiguar, g entendidas como resultado da produção do espaço no âmbito regional. Convém enfatizarmos, g mais uma vez, que não estamos, necessariamente, preocupados com a definição de cidade g pequena, isto é, não é nosso objeto de estudo a construção de tal conceito. Entretanto, diante g dessa g lacuna gpistemológica g existente, gulgamos g necessária guma gpreciação glo gque gá gfoi g produzido no âmbito da Ciência Geográfica Brasileira e áreas afins, observando os parâmetros g que possibilitaram a compreensão desta categoria de cidade. g

2.1 AS CIDADES PEQUENAS SOB A ÓTICA DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS g

Como assinalamos anteriormente, a temática em análise é relativamente nova, g muito embora a existência de cidades de pequeno porte convivendo com sérios problemas não g seja algo tão recente. Sendo assim, fez-se necessário fazermos uma revisão bibliográfica que g se pautou tanto na literatura consagrada (livros) quanto nas produções acadêmicas (teses e g dissertações) e nos artigos científicos (periódicos e eventos). g

Apesar gde gser guma gtemática gque grecentemente gvem g anhando g espaço⁶, ga g preocupação gom go estudo g das gpequenas g cidades gremonta g à gsegunda gmetade gdo g século g passado. Seguindo uma ordem cronológica, não-linear, no âmbito da produção geográfica, um g dos primeiros esforços de reflexão sobre as pequenas cidades foi uma comunicação de Milton g Santos, apresentada em 1972, durante a Reunião Anual da Sociedade Canadense de Estudos g Latino-Americanos, gpublicada g em gforma gde gcapítulo gna gcoletânea g“Espaço g e g sociedade: g ensaios” (SANTOS, 1979a). No capítulo intitulado “As cidades locais no Terceiro Mundo: o g caso da América Latina”, o referido autor faz um esforço teórico no sentido de construir uma g definição de cidade pequena, a qual ele denomina de “cidade local”. Esta corresponde à “[...] g aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma g população, função esta que implica uma vida de relações” (SANTOS, M., 1979a, p. 71). Essa g definição subsidiou boa parte dos trabalhos feitos posteriormente sobre a temática. g

Em g outro g trabalho, ga g estudar ga g características g da g urbanização g nos g países g subdesenvolvidos, go g referido g autor g chama ga g atenção g para go g nascimento g das g numerosas g pequenas cidades e para a existência de diversos tipos dessas pequenas cidades, as quais na g sua concepção representam, g

⁶ Tendo em vista que no maior fórum de estudos urbanos no Brasil nunca houve uma atividade direcionada ao g tema, go g último g Simpósio g Nacional g de g Geografia g Urbana, g realizado g em g Recife, g em g 2003, g houve g uma g mesa g redonda que discutiu questões relativas às cidades médias e pequenas nos diversos contextos regionais, além de g vinte e cinco comunicações relacionadas ao tema. g

[...] g a célula-máter que atende às necessidades de uma população; gais g necessidades g variam g em g função g da g densidade g demográfica, g das g comunicações g da g economia z da região, g em g como g o g comportamento g socioeconômico g de g seus g habitantes. g Porém, g cada g uma g dessas g cidades g constitui um *caso específico* quando se leva em conta sua função principal: g cidade g comercial, g cidade g de g serviços... g (SANTOS, M., g 1981, p. g 5, grifo g nosso). g

É g significativo g a g relevância g da g obra g do g referido g autor g para g a g compreensão g das g pequenas g cidades. g Por g meio g desses g fragmentos, g podemos g apreender g que, g mesmo g diante g da g inúmera g quantidade g de g cidades g pequenas, g cada g uma g é g um g caso g específico. g Apesar g das g semelhanças g existentes – no que diz respeito ao modelo de desenvolvimento adotado, até às g feições g paisagísticas, entre outros aspectos – a dinâmica socioeconômica de cada cidade é um g caso g particular, g que g a g difere g das g demais. g Em g outro g trabalho, g Santos, g M. g (1988, g *passim*), g esclarece que no período atual, as cidades pequenas ou grandes são lugares singulares, haja g vista g que g uma g situação g não g é g semelhante g à g outra, g e g que g cada g lugar g combina, g de g maneira g particular, g variáveis g que g podem g ser g comuns g a g vários g lugares. g

Ainda destacamos a importância do contexto regional, no qual tais cidades estão g inseridas, já que o espaço urbano é (re)produzido tanto em função das relações intra-urbanas, g quanto em função das relações inter-urbanas; isto é, das relações que as cidades pequenas g mantêm g com g as g demais g cidades. g Como g ressalta g o g referido g autor, g a g economia g regional g influencia g no g processo g de g produção g do g espaço g das g cidades g pequenas. g

Em 1985, Milton Santos publicou “Espaço e Método”, uma coletânea de ensaios g na g qual g analisou g o g espaço g como g dimensão g humana, g propondo g um g encaminhamento g metodológico. Ao escrever sobre a natureza e o conceito de espaço, Santos, M. (1985, p.3, g grifo g do g autor) afirma que “quanto *mais pequeno* o lugar examinado, tanto maior o número de g níveis g e g determinações g externas g que g incidem g sobre g ele. Daí g a g complexidade g do g estudo g do g *mais z pequeno*”. g Entendendo g os g pequenos g núcleos g urbanos g como g pequena g dimensão g espacial, g

podemos transpor tal reflexão para o contexto das cidades pequenas e ressaltar as relações g externas que condicionam as feições urbanas e a dinâmica de tais cidades. Nessa vertente, o g referido autor ressalta que tais cidades, como dimensão espacial da sociedade, encontram-se g relacionadas às transformações do modelo de consumo na sociedade capitalista. g

Dentre os trabalhos realizados na década de 1980, registramos o de Melchiores, g Bellinaso e Zibordi (1988), o qual apresenta um artigo a respeito da situação de Mata, uma g pequena cidade do Rio Grande do Sul. Numa perspectiva mais relacionada à contribuição g empírica, tais autores fizeram uma caracterização da cidade, constatando a carência de infra-g estrutura e de incentivos governamentais, o que contribuía para que Mata apresentasse um g crescimento econômico estagnado e, por conseguinte, uma inércia socioeconômica. g

Respaldado no conceito de cidade local, proposto por Santos, M. (1979a), Wilson g dos Santos também investigou a situação das cidades pequenas e analisou a incidência da g urbanização no contexto de um conjunto de cidades, observando as transformações advindas g do período técnico-científico, tendo como referência espacial a região de Campinas, no estado g de São Paulo (SANTOS, W., 1989). g

Tânia Maria Fresca também se preocupou com a temática e estudou a dinâmica g funcional urbana de duas cidades do Oeste do estado de São Paulo: Osvaldo Cruz e Inúbia g Paulista. Tomando como parâmetro comparativo as décadas de 1950 e 1980, os resultados da g pesquisa apontaram processos cada vez mais complexos incidindo sobre as duas cidades, o g que suscitou novas formas, novas funções, as quais modificaram o espaço para atender as g transformações da sociedade (FRESCA, 1990). g

Em outro trabalho, a referida autora investigou as transformações da rede urbana g do norte do Paraná, fazendo um estudo comparativo de três centros: Jacarezinho, Cornélio g Procópio e Cianorte. Observando-se como as cidades, em novos contextos, têm alterada sua g funcionalidade e suas atuais inserções na rede, percebe-se que essas três cidades apresentam g

inserções distintas na rede urbana do estado do Paraná, que no momento atual caracteriza-se g pela gcomplexidade gmediante gdiferenciação gcada gvez gmais gintensa gentre gos gcentros ge g diversidades de integração interna e externa atrelada a uma mais complexa divisão territorial g do trabalho (FRESCA, 2000). g

Roberto gLobato gCorrêa, gum glos grandes gestudiosos gla ggede gurbana gbrasileira, g também ge greocupou gom gas gidades gpequenas. gDurante ga gconferência ginaugural glo g2º g Simpósio Nacional de Geografia Urbana, realizado em Rio Claro, em 1991, ao discorrer sobre g as novas dimensões geográficas do urbano no Brasil, Corrêa (1991) apontou a situação dessas g cidades go gnício gla década gle 1990. Na compreensão glo gferido gautor, g gcontexto de g transformações gcaracterístico gda gtransição gentre gos gséculos gXX ge gXXI gsurtiu gfeitos g diferenciados em muitas cidades pequenas. Tendo como referência as cidades com população g entre dez e quinze mil habitantes, Corrêa (1991, p. 14) mostra que essas “[...] passaram a g constituir locais de concentração da força de trabalho rural. Muitas delas, especialmente as g menores, transformaram-se em habitat rural concentrado, possuindo algumas poucas funções g urbanas”. gEsse gquadro gle greferência gexposto gpelo gautor, gaté ghoje, g pode gser facilmente g encontrado gm gyárias gpartes glo gBrasil, gnotadamente gnas gregiões gdesprovidas gle gintenso g dinamismo econômico e de incentivos governamentais. g

Em outro trabalho, ao apontar algumas hipóteses sobre o urbano nos territórios g esvaziados, o mesmo autor analisou o crescimento demográfico de algumas áreas urbanas no g Brasil, tendo como referência o período compreendido entre 1980 e 1991. Dois conjuntos de g hipóteses foram gndicados: o primeiro gfere-se às cidades pequenas, com gpopulação de g 10.000 a 15.000 habitantes, e o segundo diz respeito aos centros urbanos com população entre g 60.000 e 80.000 habitantes. No que tange às cidades pequenas, os resultados apontaram que g estas foram afetadas pelo fato de “[...] terem sido transformadas em lugares de concentração g da força de trabalho temporária, vinculada ao mercado rural como urbano [e] terem perdido g

centralidade em razão da diminuição quantitativa e qualitativa da população em sua área de g influência” (CORRÊA, 1997, p. 247). g

Nesse sentido, o autor vem reforçar algo que já fora indicado no início da década g de 1990. Ressaltamos a hipótese levantada na citação anterior por Corrêa (1997), ao afirmar g que a perda de centralidade das cidades pequenas estaria relacionada à redução do contingente g populacional. Desembocamos, assim, na questão da mobilidade espacial, isto é, a presença g dos movimentos populacionais e seus impactos junto ao espaço das cidades pequenas. Isso se g justifica gem gvirtude gda ginexistência gde goportunidades gde gtrabalho gpara ga gpopulação g economicamente ativa da maioria das cidades pequenas. Mesmo assim, “[...] o crescimento g demográfico gdas gpequenas gidades gnão gleve ger gvido gnexpressivo gem grazão gde ggerem ge g transformado gem gfocos gde gcorrentes gnigratórias gaurais-urbanas, g eradores gde grescentes g periferias populares” (CORRÊA, 1997, p. 247). g

No gartigo gntitulado g“Globalização ggeestruturação gla grede girbana: guma gnota g sobre as pequenas cidades”, Corrêa (1999) analisa o impacto da globalização sobre cidades g pequenas com base na experiência brasileira. Para designar tal categoria de cidade, o autor g também utiliza as expressões “pequenos centros” ou “pequenos núcleos”, os quais considera g nesse patamar aqueles com população inferior a 50.000 habitantes. Na visão do autor, essa g nova fase da economia capitalista gera uma refuncionalização dessas cidades, a qual se realiza g por gmeio gde gguas gpossibilidades gmaiores: g a perda gde g[...] gcentralidade gacompanhada gem g muitos casos gpelo gdesenvolvimento gde gnovas gfunções gnão-centrais g gligadas gidiretamente g g produção do campo” g(CORRÊA, g1999, gp. g48); além da g“[...] gtransformação do pequeno g núcleo ga partir de novas gatividades, g[...] gque conferem guma gspecialização gprodutiva zao g núcleo pré-existent, inserindo-o diferentemente na rede urbana, introduzindo nela uma mais g complexa divisão territorial do trabalho” (CORRÊA, 1999, p. 50, grifo do autor). g

Esse gnesmo gautor, gm gum recente grabalho, go gratar gsobre gas gprofundas g dramáticas gtransformações geconômicas, sociais g políticas gvivenciadas pela grede gurbana g brasileira, evidencia os diversos caminhos percorridos pelas cidades pequenas: g

As transformações verificadas no campo alteraram o padrão desses pequenos g lugares centrais, gcriando pelo gmenos quatro gcaminhos go longo gos guais g evoluíram. Dois gdeles gá foram gpontados por gCorrêa (1999), porém dois g outros também são significativos. i g Prósperos glugares gcentrais em gáreas g agrícolas gas guais g modernização gnão gafetou gradicalmente ga gestrutura g fundiária e o quadro demográfico[...] ii – Pequenos centros especializados. g [...] iii – gPequenos gcentros transformados gm greservatórios zde zforça zde z trabalho zou gque gassim gnasceram g[...] giv g– gPequenos gcentros gm gáreas g econômica e demograficamente esvaziadas por um processo migratório que g desequilibra ainda mais uma estrutura etária, afetando ainda a proporção dos g sexos (CORRÊA, 2004, p. 75-76, grifo nosso). g

Este último exemplo é típico da rede urbana nordestina e se adapta muito ao nosso g objeto de estudo, as pequenas cidades do Rio Grande do Norte. Segundo Corrêa (2004, p. 76), g a renda de tais cidades “é em grande parte procedente de emigrantes que mensalmente enviam g escassas sobras de recursos aos familiares que permanecem, ou procedente de aposentadorias g de grabalhadorez gagrícolas”. Por gfim, o gautor afirma gue goutros gtipos gle gpequenos gcentros g aparecerão, na medida em que se ampliem os estudos sobre o “urbano no seu escalão inferior” g (expressão utilizada pelo referido autor). g

Uma outra contribuição ao estudo das cidades pequenas é a dissertação de Ângela g Maria gEnglich, gdefendida gm g1998. gNesse grabalho, gntitulado g“Maringá g e gtecer gla grede g urbana regional”, a autora evidenciou a problemática dos pequenos núcleos urbanos da região g Noroeste do Paraná. Após sua análise, a autora aponta a necessidade de pensar na viabilização g das cidades pequenas, visando romper com a concentração urbana e, gconseqüentemente, g promover uma condição humana e social melhor (ENGLICH, 1998). g

Assim gcomo o g espaço, gas gcidades gm ganálise gpodem ger g estudadas gob gyárias g perspectivas. gNessa gbusca gpelos gestudos grelacionados ga gtemática, g registramos guma g

significativa contribuição de Joseli Silva que discutiu a maneira como a cultura – entendida g como uma construção social que institui mecanismo de controle para determinar a reprodução g das relações sociais – se expressa em territorialidades nas cidades pequenas. Segundo Silva g (2000, s.p.), tais cidades “[...] foram esquecidas como integrantes da totalidade da sociedade g moderna, sempre gistas em oposição às grandes cidades, ou como uma repetição gtrasada g destas”. O trabalho gressalta que as relações sociais na cidade pequena são gmarcadas pela g pessoalidade, sendo “[...] um dos elementos fundamentais que impera nas práticas cotidianas g da pequena cidade” (SILVA, 2000, s.p.). g

A dissertação de Nádia Cristina da Silva, intitulada “A cidade local no contexto da globalização: o exemplo de Machado-MG” é outra contribuição. Também respaldada na g definição de Santos, M. (1979a) – a qual já nos referimos – a autora estudou uma cidade g pequena, fazendo uma relação entre as transformações socioespaciais, refletidas no processo g de urbanização, diante do processo de globalização. Machado, no sul de Minas Gerais, é g considerada cidade local em virtude do contingente populacional (34.866 habitantes) e de suas g relações socioespaciais (SILVA, 2001). g

Um outro trabalho que também direcionou sua atenção para esse tipo de cidade g foi a dissertação de Maria Alice Alkmim Andrade, defendida em 2001. A autora investigou as g transformações em curso no perfil econômico e socioespacial numa cidade de pequeno porte, g tomando como exemplo a cidade de Bom Jesus de Tabapoana no Noroeste Fluminense, g região fracamente desenvolvida. Também respaldada na definição de Santos, M. (1979a), a g autora esclarece que, “[...] uma das dificuldades em discutir cidades pequenas é sua própria g conceituação. O critério quantitativo deve ser usado com bastante cautela devido à complexa g organização territorial e urbana do espaço brasileiro” (ANDRADE, 2001, p. 2). g

Na compreensão da referida autora, existe hoje uma valorização do papel das g cidades de pequeno porte no desenvolvimento dos lugares. Entre as mudanças responsáveis g

por esse processo, Andrade (2001, p. 7) aponta a descentralização administrativa, o processo g de desconcentração industrial e a deterioração da qualidade de vida nas metrópoles. g

José Aldemir de Oliveira também se preocupou com as cidades pequenas. Numa g coletânea de textos intitulada “O espaço no fim do século: a nova raridade”, o referido autor g escreveu sobre as cidades pequenas da Amazônia, vistas como espaços-tempos de vida g perdidos e reencontrados. Nesse trabalho, o autor fez uma breve caracterização das cidades g pequenas da Amazônia, dando ênfase ao cotidiano como ponto de partida para a investigação, g “[...] pensando o lugar do homem na Geografia e o significado da produção do espaço na g Amazônia” (OLIVEIRA, 2001, p. 205). g

Para o autor, as cidades analisadas, “[...] embora pequenas e com pouca ou g nenhuma importância para as outras regiões do país, têm organização e estrutura que g extrapolam sua dimensão específica, configurando formas e estilos que estão além da g circunscrição espacial” (OLIVEIRA, 2001, p. 206). Desse modo, as cidades pequenas são g entendidas e analisadas como dimensão do vivido, constituindo-se em espaços produzidos g socialmente que cimentam uma cultura datada num determinado tempo e lugar (OLIVEIRA, g 2001, p. 205). g

Em 2001, dentre os trabalhos apresentados no 7º Simpósio Nacional de Geografia g Urbana, realizado em São Paulo, registramos o de Silva, Gomes e Silva (2001), que g escreveram sobre o papel das cidades pequenas na reprodução da rede urbana do Rio Grande g do Norte. Os autores recorreram à definição consagrada de Santos, M. (1979a) e levaram em g conta o patamar populacional de 20.000 habitantes para definir cidade pequena. No trabalho, g é feita uma breve descrição reflexiva sobre as cidades pequenas potiguares, dando ênfase aos g principais problemas enfrentados pela população residente em tais cidades. Segundo o Censo g do IBGE, o Rio Grande do Norte contava em 2000 com 66 municípios, cujas sedes são g oficialmente consideradas como cidades. Desse total, 155 cidades possuem população inferior g

a 20.000 habitantes, sendo, portanto, consideradas como pequenas. Para Silva, Gomes e Silva g (2001, s.p.) g

Esse quadro revela uma realidade expressa numa divisão social do trabalho g simples, mantendo uma dependência muito forte do setor agrário, uma vez g que essas cidades, g como sedes administrativas dos g municípios, g têm g uma g economia predominantemente agrícola, voltada para a subsistência, e uma g pecuária extensiva de pouca expressão. g

Os referidos autores consideram as cidades pequenas como lugares geográficos g que g se g constituem g no g *locus* z da g reprodução g da g vida g humana, g numa g trilogia g habitante/identidade/lugar, g que g “[...] g têm g sua g importância g no g conjunto g da g reprodução g da g sociedade como um todo” (SILVA; GOMES; SILVA, 2001, s.p.). g

Nesse mesmo ano, também registramos um outro trabalho de Tânia Maria Fresca, g que discutiu a importância das cidades pequenas no ensino de geografia. Segundo a autora, g “[...] enquanto lugares singulares, os pequenos núcleos urbanos manifestam a universalidade g de g processos g gerais g permitindo g que g números g temas g g temáticas g de g ensino g de g geografia g possam ser realizados a partir do estudo das cidades pequenas” (FRESCA, 2001, p. 27). g

Em 2002, destacamos dois artigos de Beatriz Ribeiro Soares, g produzidos g em g parceria g com g suas g orientandas. g No g primeiro, g intitulado g “Dinâmica g sócio-econômica g das g ‘cidades g locais’ g situadas g em g áreas g de g cerrado g mineiro”, g as g autoras g buscam g conhecer g o g significado das cidades locais situadas no cerrado no estado de Minas Gerais e consideram g pequenas g as g cidades g com g população g entre g 20.000 g e g 50.000 g habitantes, g que g possuem g uma g influência g geritivamente g local. g Na g análise, g são g levados g em g consideração g os g aspectos g demográficos, as condições econômicas e a base infra-estrutural, especialmente no que tange g aos transportes, às comunicações e à energia elétrica (BESSA; BORGES; SOARES, 2002, p. g 10). O estudo mostra que as complexas transformações observadas na rede urbana brasileira g trouxeram g para g as g cidades g em g análise g um g significativo g crescimento g demográfico, g

acompanhado do desenvolvimento das atividades produtivas, gerando novos papéis e novas g inserções na rede urbana às cidades pequenas do Triângulo Mineiro. g

No segundo artigo, intitulado “Cidades locais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba-MG: algumas considerações”, as autoras buscam compreender o conceito e a importância das cidades locais na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em Minas Gerais, diante das transformações da rede urbana atual. Identificadas por um tamanho populacional entre 2.000 a 20.000 habitantes, as cidades pequenas são analisadas sob o advento da modernização e tecnificação da agricultura, daí a importância do período técnico-científico-informacional⁷ para a difusão e desenvolvimento dessas cidades. g

Segundo Oliveira e Soares (2002, p. 70), a região em análise é muito dinâmica frente à intensidade de investimentos na agroindústria no setor leiteiro, e a “[...] organização de seu sistema urbano vem tendo um papel fundamental para o crescimento e desenvolvimento da região como um todo”. Ressaltamos um esclarecimento muito significativo das referidas autoras, ao afirmarem que “[...] o conceito de cidade local varia de lugar para lugar, visto que vivemos num país muito heterogêneo, onde existem diversas economias e onde há regiões estagnadas, paralelas a outras muito dinâmicas” (OLIVEIRA; SOARES, 2002, p. 70). g

Durante o 13º Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em 2002, na cidade de João Pessoa, mesmo que timidamente, a discussão sobre cidades pequenas também esteve presente. Nesse evento encontramos mais uma contribuição de Ângela Maria English, que estudou sobre rede urbana, urbanidade e as cidades pequenas. No artigo, a autora considera as cidades pequenas como “[...] espaços geográficos que ainda abrigam significativa parcela da sociedade” (ENGLISH, 2002, s.p.) e afirma que “[...] torna-se premente pensar estes espaços, g

⁷ Santos, M. (1999, p. 191) define o meio técnico-científico-informacional com sendo “[...] a cara geográfica da globalização”. g

diante das novas dinâmicas econômicas e dos novos fluxos, bem como avaliar os limites e g possibilidades geradas para estes núcleos urbanos” (ENGLICH, 2002, s.p.). g

No último semestre de 2003, a discussão sobre as cidades pequenas esteve g presente no 8º Simpósio Nacional de Geografia Urbana, realizado em Recife. Na ocasião, g além da realização de uma mesa redonda, identificamos nos Anais do evento vinte e cinco g trabalhos sobre cidades médias e/ou cidades pequenas. A mesa redonda intitulada "Cidades g pequenas e médias nos diversos contextos regionais brasileiros" foi coordenada pela g Professora Beatriz Maria Soares Pontes que, na oportunidade, representou a região Nordeste; g também faziam parte da referida mesa redonda os professores José Aldemir de Oliveira, do g Amazonas; Beatriz Ribeiro Soares, de Minas Gerais; Maria Encarnação Beltrão Sposito, de g São Paulo e Heleniza Campos Ávila, do Rio Grande do Sul. Cada expositor relatou a situação g das cidades médias e/ou pequenas de suas regiões, constituindo assim um quadro panorâmico g do urbano no Brasil, no que tange à temática em foco. g

Também destacamos, em 2003, o trabalho de Mariana Alvarenga do Nascimento g que discutiu a função das cidades pequenas perante o “mundo globalizado”⁸. Nesse artigo g intitulado “Globalização e cidades pequenas: o caso de Perdões-MG”, a autora construiu uma g definição de cidade pequena, lançando mão de um levantamento bibliográfico e realizou um g estudo de caso para a sua comprovação. Conforme Nascimento (2003), as mudanças ocorridas g na divisão internacional do trabalho e na reestruturação da organização do espaço, g características dessa fase da globalização, tiveram grandes repercussões no processo g de urbanização. Essa nova configuração espacial “[...] traz em seu bojo tanto a possibilidade do g crescimento da importância dos pequenos municípios quanto de sua decadência em relação às g demais cidades que compõem a rede urbana” (NASCIMENTO, 2003, p. 403). g

No item sobre definição e características das cidades pequenas, a autora recorre a g vários autores e ressalta que o “[...] mais importante não é chegar num consenso sobre qual é a g

⁸ Aspas utilizadas pela referida autora. g

dimensão mais apropriada para definir as cidades pequenas, mas sim descobrir qual a sua função no 'sistema urbano' e porquê de sua existência no contexto nacional" (NASCIMENTO, 2003, p. 405). Como estudo de caso a autora analisou Perdões, cidade com 18.870 habitantes, localizada ao sul de Minas Gerais e afirma que "[...] por mais controversa que seja sua definição e caracterização, ela exerce um papel na estrutura hierárquica urbana" (NASCIMENTO, 2003, p. 411).

Em 2003, numa coletânea de artigos que foram expostos durante o 7º Simpósio Nacional de Geografia Urbana, encontramos a contribuição de Soares (2003), que escreveu algumas notas sobre cidade e metrópole. Em determinado momento do texto, a autora trata sobre a legislação urbana, o estatuto da cidade e o plano diretor, sendo este último obrigatório para cidades com mais de 20.000 habitantes. No estudo, Soares (2003, p. 83) faz vários questionamentos sobre a situação das cidades pequenas, os quais expomos a seguir: g

Que políticas públicas seriam destinadas às estas pequenas aglomerações urbanas que também apresentam problemas de degradação ambiental, favelamento, retenção especulativa dos terrenos e que somam 4.172 municípios brasileiros? Como os geógrafos, preocupados com a dinâmica das cidades, vão refletir sobre o isolamento e a precariedade social das pequenas cidades? Que instrumentos seríamos para compreender as novas fronteiras entre o urbano e o rural no Brasil? g

Esses questionamentos são bastante pertinentes e devemos levá-los em consideração, pois, como ressalta a referida autora, as cidades pequenas permaneceram à margem da política urbana e dos instrumentos legais de estruturação das cidades. Portanto, "[...] uma reflexão sobre a temática é urgente e necessária, visto que existem dificuldades em delimitar seu tamanho demográfico, em compreender a sua inserção na rede urbana" (SOARES, 2003, p. 83).

2.2 AS CIDADES PEQUENAS NO BRASIL E O OLHAR DOS NÃO-GEÓGRAFOS g

Tendo em vista que as investigações sobre as cidades não são exclusividade da Geografia, haja vista a complexidade de elementos presentes na cidade e os numerosos fenômenos que nela incidem, achamos conveniente que nossa busca por estudos que contemplam as cidades pequenas também envolvesse por outros campos disciplinares do conhecimento. Sendo assim, observamos que as cidades pequenas, mesmo que timidamente, também estiveram presentes na pauta de discussão de sociólogos, arquitetos, economistas, historiadores, entre outros pesquisadores. Encontramos algumas contribuições importantes, as quais destacaremos a seguir: g

Uma delas é o trabalho de Mueller (1996), que ao realizar um estudo sobre a organização e ordenamento do espaço regional do Nordeste brasileiro, identificou as cidades pequenas denominando-as “centros locais”, os quais possuem entre 10.000 e 20.000 habitantes, estando, portanto, na última posição da escala hierárquica das cidades. Na visão do autor, as cidades pequenas g

[...] fornecem apenas bens e serviços simples para as cidades sem centralidade e zonas tributárias. A população de suas áreas de influência é forçada a se valer de centros maiores para satisfazer a parte de suas necessidades; não sendo isso viável, as situações de carência podem se tornar agudas (MUELLER, 1996, p. 75). g

A questão da dependência em relação a um centro maior, na maioria dos casos para o atendimento das necessidades, faz com que as cidades pequenas tornem-se dependentes de cidades maiores, gerando problemas para o seu desenvolvimento. Essa situação, que pode ser encontrada em várias partes do Brasil, foi ressaltada por Clementino (1995) ao analisar a urbanização do Rio Grande do Norte sob a ótica da dinâmica econômica estadual. Seguindo a tendência nacional, a urbanização potiguar apresenta um caráter fortemente desigual “[...] refletindo a heterogeneidade estrutural inerente ao nosso processo de desenvolvimento” (CLEMENTINO, 1995, p. 35). De um modo geral, na percepção da autora, “[...] pode-se g

dizer que este padrão de evolução urbana tolhe o destino das pequenas cidades, relegando-as a g continuarem com sua histórica função de intermediação comercial” (CLEMENTINO, 1995, g p.37). g

Em outro trabalho, a mesma autora analisou a relação entre as receitas municipais g e o grau de dependência dos pequenos municípios do Nordeste brasileiro e chama a atenção g para a predominância de uma g

[...] g estrutura g urbana g deficitária, g formada g essencialmente g por g pequenos g municípios, com funções de intermediação comercial primária, com baixo g nível g de g urbanização g e g uma g estrutura g política g marcada g pelo g nandonismo g local, cuja base de poder sempre foi a propriedade da terra (CLEMENTINO, g 1996, s.p., grifo do autor). g

A partir dessa explicação, dois aspectos g merecem destaque: a g força do aspecto g político, que pode atuar como facilitador ou – como ocorre na maioria dos casos observados – g inibidor do processo de desenvolvimento dos municípios analisados, e o nível de urbanização g de tais espaços, considerado embrionário, no qual existem poucas funções. g

Registramos g também g o g trabalho g de g Motta, g Mueller g e g Torres g (1997), g que g discutiram sobre a dimensão urbana do desenvolvimento econômico-espacial brasileiro. No g item sobre a evolução da rede urbana, os autores denominaram as cidades pequenas de g “centros g pequenos”, g os g quais g são g classificados g em g três g subgrupos: g cidades g de g até g 10.000 g habitantes, de 10.000 a 20.000 habitantes e de 20.000 a 50.000 habitantes. g

Na década de 1970, no Brasil, a primeira dessas classes de cidades apresentou g taxa de crescimento populacional reduzida, correspondendo a 1,28% ao ano. As cidades do g segundo g subgrupo g (de g 10 g a g 20.000 g habitantes) g cresceram g 3,45% g ao g ano, g e g as g cidades g de g 20.000 a 50.000 habitantes, 4,5% ao ano. Na interpretação dos referidos autores, g

estas são taxas não muito inferiores à média do crescimento da população de g todas as cidades (5,2% a.a.). Entretanto, o desempenho do primeiro subgrupo g

não resultou necessariamente do esvaziamento das cidades pequenas, mas, g sim, da passagem, ao longo da década, de várias destas para os grupos de g tamanho superior. [...] O número de cidades com menos de 10 mil habitantes g se reduziu de 3 361 para 3 079, entre 1970 e 1980, o número de cidades do grupo de 10 mil a 20 mil habitantes aumentou de 288 para 416, e o do grupo g de 20 mil a 50 mil habitantes passou de 189 a 295 (MOTTA, MUELLER e g TORRES, 1997, p. 11). g

No g período g entre g 1980 g e g 1991, g os g “centros g pequenos” g apresentaram g comportamento g semelhante g à g década g anterior, g registrando g “[...] g pequena g desaceleração, g passando de uma taxa de crescimento médio anual de 2,84%, na década de 70, para 2,54%, g entre 1980 e 1991” g (MOTTA, MUELLER e TORRES, g 1997, p. g 8). Mesmo diante da g diminuição da taxa de crescimento, na última década analisada (1980-1991) “[...] houve um g incremento de cerca de 8,1 milhões de habitantes nas cidades de menos de 50 mil habitantes” g (MOTTA, MUELLER e TORRES, 1997, p. 18). g

Ainda g conforme g os g referidos g autores, g em g termos g de g subgrupos g dessa g classe g de g tamanho, houve uma aceleração, no período mais recente, no crescimento das cidades com até g 10.000 habitantes, já que “[...] o número de cidades do grupo de 10 mil a 20 mil habitantes g aumentou de 416 a 600, e o do grupo de 20 mil a 50 mil habitantes passou de 295 a 394” g (MOTTA; MUELLER; TORRES, 1997, p. 19). A partir dos dados acima, podemos constatar g nos últimos anos o aumento do número g de cidades pequenas, que pode g ser observado em g várias partes do Brasil, inclusive no Rio Grande do Norte, cujo processo de fragmentação do g território e g criação de municípios – os g quais conseqüentemente g têm g as sedes consideradas g cidades – foi analisado por Gomes (1997). g

Apesar de não ser a temática central do trabalho desse autor, as cidades pequenas, g denominadas g de g “pequenas g localidades” g também g estiveram g presentes g no g trabalho g de g Abramovay g (2000), g que g analisou g as g funções g e g medidas g da g ruralidade g no g desenvolvimento g contemporâneo. Na concepção desse autor, muitas cidades brasileiras estão incluídas no meio g rural “[...] em proporções que variam segundo as diferentes definições, abrindo caminho para g

que se enxergue a existência daquilo que, entre nós, é considerado uma contradição nos termos: *idades rurais*” (ABRAMOVAY, 2000, p. 2, grifo do autor). A exemplo da postura de Veiga (2002), Abramovay se mostra insatisfeito com as fronteiras entre o rural e o urbano no Brasil; e para definir o caráter diferenciador entre essas duas unidades geográficas o autor adotou o limite de densidade populacional, considerado de 150 habitantes por quilômetros quadrados⁹. Por fim, Abramovay (2000, p. 27) ressalta a importância crucial das cidades pequenas como focos de dinamização das regiões rurais. g

Encerrando parcialmente, porém não concluindo esse levantamento bibliográfico, registramos mais uma significativa contribuição aos estudos referentes às cidades em questão. Trata-se do trabalho de Wanderley (2001), que se propôs a analisar as relações entre a cidade pequena e o mundo rural, sendo como referência empírica um estudo preliminar sobre os pequenos municípios do estado de Pernambuco. Depois de estabelecer uma breve discussão com vários pesquisadores das mais variadas áreas, a autora propõe uma categoria de análise para os pequenos municípios¹⁰ e afirma: “para compreender mais profundamente esta realidade, é necessário considerar, em cada caso, [...] a *trama social e espacial específica* e as *trajetórias de desenvolvimento*, que geram, simultaneamente, a dinâmica interna e externa dos pequenos municípios” (WANDERLEY, 2001, p., grifo do autor). A categoria “trama espacial”¹¹ envolve cinco dimensões complementares: o exercício das funções propriamente urbanas; a intensidade do processo de urbanização, a presença do mundo rural, o modo de vida dominante e a dinâmica da sociabilidade local. Para a referida autora, essa proposta, g baseada na análise das trajetórias de desenvolvimento, permite distinguir três tipos de situação para os pequenos municípios: g aqueles g preponderantemente g urbanos, g aqueles g preponderantemente rurais ou municípios que correspondem a situações intermediárias. g

⁹ Mesmo critério sugerido pela OCDE.E

¹⁰ No artigo a autora não faz distinção entre os termos cidade e município.E

¹¹ Esta categoria advém das concepções de Jean (1997) e Mendras (1984) *apud* Wanderley (2001).E

Nosso propósito, nessa seção do trabalho, foi averiguar o que tinha sido produzido g sobre cidades pequenas no Brasil. Esse levantamento não teve a pretensão de ser pronto e g acabado, pois devem existir mais trabalhos sobre a temática, os quais, por razões diversas, não g chegaram ao nosso conhecimento, nem caberia detectá-los tendo em vista os propósitos desse g trabalho. gMesmo gdiante gda gmodesta ge, gaogmesmo gtempo, gsignificativa gquantidade gde g investigações sobre as cidades pequenas, observamos que não há uma sistematização desses g estudos. Isso se explica, entre outras razões: em virtude da própria indefinição do termo; da g enorme diversidade – em número e conteúdo – de cidades existentes no Brasil; da exigüidade g de gnálises gque gcontemplem gfenômeno gurbano gos gmais gvariados gperfis g e gdas gnúmeras g transformações socioespaciais observadas nessa transição entre os séculos XX e XXI, as quais g repercutiram na organização do espaço, no tempo e no modo de vida da sociedade. g

Também gconstatamos gque gas gcaracterísticas gdas gcidades gpequenas gestudadas g diferem de região para região, o que impede qualquer tentativa de simplificação. Boa parte g dos gpesquisadores gnteriormente gitados ginteressou-se gm gestudar gas gcidades gpequenas go g atual período técnico, estabelecendo uma relação direta com os processos de globalização. Os g exemplos de Santos, W. (1989), que analisou as cidades pequenas da região de Campinas, no g estado de São Paulo; de Oliveira e Soares (2002), a respeito dos impactos da globalização no g cerrado glo gestado gde Minas gGerais, gentre goutros, gremetem ga grealidades gspaciais gque g expressam o lado dinâmico da atual fase do modo de produção, constituindo-se em espaços g onde o capital se realiza em sua plenitude. Uma vez que a globalização é altamente seletiva e g excludente g e gnão gnula ga gdiversidade gterritorial g(HAESBAERT, g999), gfaç-se gnecessário, g entre outros encaminhamentos, averiguar a situação das cidades pequenas em regiões que não g foram contempladas com os investimentos do capitalismo global. g

Por gfim, gdefendemos ga gdéia gde gque gas gcidades gpequenas, gquanto gobjeto gde g estudo ge gspaços grepresentativos gpara ga gsociedade, gpassíveis gde gintervenção glo gEstado, g

carecem de investigação e incentivos, no intuito de promover a compreensão de tais espaços, g detectando a real situação dessa face do urbano, com vistas à ampliação dos conhecimentos g sobre a Geografia Urbana do Brasil e fornecendo subsídios ao pleno desenvolvimento das g cidades pequenas. g

A partir de tais constatações recorreremos às palavras de Soares (2003, p.83): “[...] g uma greflexão g sobre a gtemática g urgente g necessária”. g Ou g ainda, g as g observações g de g Wanderley (2001, s.p., grifo do autor), já que g

[...] não se trata simplesmente de afirmar ou negar o caráter urbano destes g aglomerados, g omados g globalmente, g nas sobretudo g de tentar entender g as g funções g que elas g exercem no chamado sistema g urbano. A este respeito, g parece-me importante não minimizar o seu significado, enquanto expressão g de um g ethos g urbano, g que precisamente, organiza, administra e integra a g sociedade local, rural e urbana. g

Mesmo diante das modestas dimensões espaciais e da falta de consenso sobre a g definição g acerca g das g cidades g pequenas, g não g se g pode g negligenciar g a g preocupação g com g essa g categoria g de g cidades, g justamente g porque g estas g abrigam g parcela g significativa g da g população, g constituindo-se em espaços representativos para a sociedade. Além disso, não existe no Brasil g um g único g padrão g de g cidade, g ou g seja, g o g fenômeno g urbano g em g assumido g diversas g feições, g principalmente em função dos novos processos de reestruturação econômica, os quais têm g forte rebatimento no espaço selecionando uns e descartando outros. Daí a importância de se g observar g os g distintos g perfis g do g processo g de g urbanização g hoje g no g Brasil, g que g não g é g exclusivamente g metropolitano, g e g a g necessidade g de g constatar g as g reais g condições g de g vida g da g maioria dos habitantes residentes nessas aglomerações. g

Diante desse quadro de referência, até então exposto, no qual predomina a grande g quantidade de cidades pequenas no Brasil (de modo particular no Rio Grande do Norte), que g revela ainda g a g inexistência de estudos direcionados a essa categoria de cidades – as quais g convivem g com g graves g problemas g – g várias g indagações g de g caráter g geral g e g específico g

descortinam-se e nos convidam ao desafio. Metaforicamente, afirmamos que nossa trajetória g de reflexão chegou num ponto do caminho que, perante à variedade de direções existentes (as g várias possibilidades de investigações a serem feitas), necessitamos escolher qual o rumo a ser g seguido. Ao definirmos um caminho dentre os demais, assumimos um risco considerável, pois g diante desse leque de opções, o caminho que elegermos para trilhar pode ser muito arriscado, g árduo e repleto de obstáculos. Entretanto, parafraseando as consagradas palavras de Graham g Bell, não podemos andar pelo caminho traçado, pois ele conduz somente até onde os outros g foram. E g como nos lembra Bertrand Russel: “para g que repetir os erros g antigos g quando há g tantos g erros g novos g a g cometer?”. Portanto, g entendemos g que não g existem g caminhos g certos, g descobre-se o caminho quando se trilha por ele. g Acreditamos que seguindo a dinâmica da g compreensão do espaço não se chega a um ponto final. O que podemos fazer é trilhar nosso g caminho, o qual não pode ser escolhido aleatoriamente, sendo mais importante a contribuição g que pode ser dada para que possamos traçar um caminho mais adequado a cada realidade. g

Perante as considerações anteriores, saber qual a configuração espacial do urbano g nas cidades pequenas do Agreste Potiguar – tendo em vista que essa região expressa fraco g dinamismo econômico – é o questionamento central eleito para a realização deste trabalho, o g qual direcionou sua operacionalização. Para responder a esse questionamento, elegemos um g caminho, o qual será apresentado na próxima seção, e que contemplou, ao mesmo tempo, um g direcionamento teórico e um instigante levantamento empírico. g

2.3 COMO ENTENDER AS CIDADES PEQUENAS?E

Depois de explicitarmos a problemática, visitarmos a produção bibliográfica sobre g cidades pequenas e apontarmos os questionamentos norteadores desse trabalho, convém g explicitar nosso protótipo interpretativo. Para responder aos questionamentos anteriormente elaborados, julgamos necessária uma apreciação crítica e reflexiva dos vários aspectos que, g articulados, condicionaram e condicionam o perfil das cidades pequenas. Para tanto, elegemos g um caminho que contempla um levantamento tanto de dados objetivos quanto das g características subjetivas presentes no espaço das cidades pequenas. g

Partimos do pressuposto de que a configuração urbana das cidades pequenas do g Agreste Potiguar é entendida como um dos resultados da produção do espaço regional que, g por sua vez, está inserida num contexto de estruturação do urbano no território potiguar, em g sintonia com a expansão do capital. g

Desse modo, o marco teórico dessa investigação privilegia: o espaço e seu g constante processo de (re)produção; a região, enquanto recorte do espaço geográfico, no qual g a diversidade territorial dos processos sociais se manifesta com maior evidência g (HAESBAERT, 1999); a cidade, apreendida como dimensão espacial da sociedade, que é g (re)definida em função das relações inter-urbana e intra-urbana; e a vida cotidiana, g manifestação que representa a dimensão da vida humana nesse processo de (re)produção do g espaço. g

2.3.1 O espaço e sua dinâmica :

Apesar de se constituir numa das categorias de análise da Geografia, o conceito de g espaço não é exclusivo dos geógrafos. Tal palavra possui vários sentidos e é utilizada por g vários ramos científicos. Neste trabalho, apoiamo-nos na definição de Santos, M. (1988, p. g 26) que considera o espaço “[...] como um conjunto indissociável de que participam, de um g

lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento”. A partir do exposto, podemos inferir que o espaço não é algo estático; logo, as feições que este possui hoje estão sendo constantemente redefinidas, em função da articulação de vários atores: o Estado, as empresas e a sociedade. A compreensão do espaço deve, portanto, privilegiar seus arranjos espaciais e a vida que imprime o caráter de mobilidade. g

Recorremos à compreensão de espaço e sua (re)produção, uma vez que as cidades não se explicam isoladamente. Ao contrário, são entendidas como uma dimensão socioespacial, que resulta, dentre outras, da articulação de processos sociais, econômicos, políticos e culturais, que se materializam no espaço e gestão sob constante processo de produção e reprodução (CARLOS, 1994). Esse processo abrange uma escala mais ampla. Logo, o espaço urbano dessas cidades não é exclusivo, pois “[...] ele está contido e contém uma totalidade que inclui tanto o processo de desenvolvimento na área em que está inserido como a forma de produção da sociedade que o envolve, refletindo a maneira da espacialização de outras cidades [...]” (OLIVEIRA, 1997, p.269). Mesmo assim, o espaço em tais cidades possui suas especificidades, que imprimem os traços do urbano e garantem sua identidade. g

O processo de (re)produção do espaço é regido pela ação de três atores principais: o Estado, o capital e a sociedade, que atuam em várias dimensões. Seus mecanismos de atuação são bastante complexos e resultam da “[...] dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem” (CORRÊA, 1995, p. 1). Na compreensão do processo de produção do espaço, não se pode descartar nem enfatizar exclusivamente a atuação de um desses agentes. Carlos (1994, p. 22) estabelece uma relação entre o funcionamento do sistema econômico e o modo de produção no contexto atual, e afirma enfaticamente que, g

[...] as necessidades de reprodução do sistema fundado no capital vão estabelecer os rumos, objetivos e finalidades do processo geral de reprodução, no qual o espaço aparecerá como condição e meio, desvanecendo-se o fato de que também é produto. g

Essa afirmação deixa claro que o espaço expressa os vários efeitos da dinâmica econômica implementada, estando sujeito a várias transformações, haja vista a rapidez com que se processam as transformações econômicas, sobretudo no momento atual, em que o capital está inserido numa nova dinâmica. g

Além do capital, um outro agente a ser considerado nesse processo de produção do espaço é o Estado, enquanto regulador e controlador do uso e ocupação do solo e provedor dos serviços públicos. Sua ação, que ocorre mediante as políticas públicas, processa-se em três níveis administrativos: federal, estadual e municipal. Ao Estado cabe a função de planejar o ordenamento do espaço e garantir qualidade de vida aos cidadãos. Muito embora “[...] onde o capital produtivo não constitui o setor hegemônico da economia, o Estado não se obriga, necessariamente, a viabilizar as condições de produção e reprodução do capital e da força de trabalho” (CLEMENTINO, 1995, p. 30). Isso contribui, muitas vezes, para ampliar as desigualdades espaciais existentes. g

Conforme Oliveira (2001, p. 200), “[...] a produção de um espaço não se constitui apenas de uma determinação do Estado e do capital. Embora esta determinação seja dominante, ela não é exclusiva”. Assim sendo, além da ação desses dois atores, o processo de produção também se reveste da dimensão humana, uma vez que “[...] os homens, ao produzirem seus bens materiais e se reproduzindo como espécie, produzem o espaço geográfico” (CARLOS, 1994, p. 22). Nesta mesma perspectiva, Santos, M. (1988, p. 34) esclarece que “[...] a produção do espaço é resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço, através dos objetos, naturais e artificiais”. Nesse sentido, existe uma íntima relação entre espaço e sociedade. O espaço é importante para a sociedade, pois é nele que ocorrem todas as relações sociais empreendidas pelo homem. Sendo assim, “na medida em que a g

sociedade produz e reproduz sua existência de um modo determinado, este modo imprimirá g características históricas específicas a gsta sociedade, e conseqüentemente influenciará o g processo de produção espacial” (CARLOS, 1994, p. 33). g

Desse modo, o espaço é condição, meio e produto da reprodução da sociedade g (SANTOS, gM., g1988, gCARLOS, g1994; gCORRÊA, g1997). gNele, gmaterializam-se gas g contradições gsociais gemergentes gna gsociedade, gque gse gexpressam gna gpaisagem. gTais g contradições são perceptíveis tanto em nível intra-urbano, quanto em nível regional. Carlos g (1994, p. 26) ressalta enfaticamente que g

[...] a produção espacial é desigual, na medida em que o espaço é fruto da g produção social capitalista que se realiza e se reproduz desigualmente. Nesse g sentido, a unidade espaço-sociedade traz implícita uma desigualdade que se g materializa gtravés gda gdivisão gdo gtrabalho gentre gparcelas gdo g espaço g em g cada uma delas (grifo da autora). g

Sobre o caráter desigual do espaço, Gomes (1990, p. 18) afirma que desde o início g do gciclo gprodutivo gestá ginclusa ga gdesigualdade gsocial g“[...] gentre gos gque gproduzem g (operários/trabalhadores) ge gos gque gdetêm ga gposse gdos gmeios gde gprodução g(patrões, g empregadores/empresários)”. gTais gdesigualdades gtêm g sido gampliadas genormemente gno g decorrer da evolução do modo de produção capitalista. g

No contexto econômico atual, marcado pela dinâmica globalizante, o espaço vem g absorvendo cada vez mais as influências do modelo de desenvolvimento, que, eivado pela g contradição e pela seletividade, não contempla todos os lugares. Ao mesmo tempo em que nas g áreas gnais gprivilegiadas, gos grandes ginvestimentos gdo gcapital gse gconsolidam galgumas g “porções” do espaço se firmam no mundo globalizado, na outra extremidade, que não recebe g tais investimentos, constata-se a grande quantidade de pessoas que não participam ativamente g desse processo, permanecendo à margem do ciclo produtivo. g

Sobre essa seletividade do espaço, Santos, M. (1979b, p. 15) aponta elementos g que justificam esse quadro, já que para ele “[...] a produção tende a se concentrar em certos g pontos gdo gterritório gcom gtanto gmais gforça gquanto gse gtrate gde gatividades gmodernas”. g Atualmente, as desigualdades espaciais estão fundamentadas num “[...] número de variáveis g bem gmais gvasto, gcuja gcombinação gproduz guma genorme gama gde gsituações gde gdifícil g classificação” g(SANTOS; gSILVEIRA, g2001, gp. g259). gTais gautores gexaminam galgumas g situações características no Brasil e apontam: os espaços da rapidez e da lentidão; os espaços g luminosos e os espaços opacos; e ainda os espaços que mandam e os espaços que obedecem g (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 259). g

Julgamos necessário fazer alusão à conjuntura econômica atual, uma vez que as g cidades, gindependentemente gdo gporte gou grau gde gdesenvolvimento, gnão gpodem gser g compreendidas isoladamente. Elas fazem parte da totalidade do espaço, não estão isoladas e g nem se explicam por si só. Nesse sentido, é bastante esclarecedora a contribuição de Castells g (1999), gque analisou ga gdinâmica gsocial g econômica da gra gla globalização. gApesar gdos g movimentos de globalização afetarem direta ou indiretamente a vida de toda a humanidade, g esses gnão gbarcam g “[...] gdodos gprocessos g econômicos glo gplaneta, gnão gbrange gdodos g g territórios e não inclui todos as atividades das pessoas” (CASTELLS, 1999, p . 120). g

Carlos (1997, p. 192) evidencia que a globalização “[...] aprofunda o processo de g fragmentação gontido gno g espaço, gna gciência, gna gcultura g gna gvida glo ghomem”. gAssim, g verificamos que as transformações advindas do processo de reestruturação produtiva não se g processam na mesma intensidade em todos os espaços. Portanto, “[...] é dessa forma que as g cidades pequenas e médias acabam beneficiadas ou, ao contrário, são feridas ou mortas em g virtude da resistência desigual dos seus produtos e de suas empresas face ao movimento de globalização” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 281). g

Concordando com os autores acima citados, compreendemos o espaço como uma g construção social mutável e heterogênea, que reflete as contradições inerentes à sociedade, g que o produz. Essa dinamicidade concorre para que haja uma diferenciação do espaço, que se g amplia ainda mais no atual contexto da economia globalizada, pois, como enfatiza Haesbaert g (1999, pp.16), g a globalização g traz g em g seu g bojo, g “[...] g uma g permanente g reconstrução g da g heterogeneidade e da fragmentação via novas desigualdades e recriação da diferença em todos g os cantos do planeta”. É pelo rumo da diferenciação, das desigualdades socioespaciais, que se g expressam g em várias g escalas, g da g desconexão g dos g processos g de g acumulação g (CASTELLS, g 1999) que podemos compreender a configuração do urbano nas cidades pequenas do Agreste g Potiguar, uma região, a exemplo de várias partes do Nordeste brasileiro, que não absorveu g satisfatoriamente as alterações resultantes desse processo de reestruturação. g

2.3.2 O conceito de região em questão :

Optamos por trabalhar com a região Agreste Potiguar, pois, baseado em Corrêa g (1994), acreditamos que a caracterização de uma cidade como pequena está vinculada à sua g inserção numa dada área, região ou rede urbana. Isto porque as cidades se definem a partir das g relações g internas g e g em g função g das g interações g estabelecidas g com g outras g cidades, g o g que g vai g definir sua posição no espaço regional ou na rede urbana. g

Assim como o espaço, a palavra região, um dos conceitos mais pretensiosos da g Geografia, tem vários g sentidos. g Na g compreensão g de Lencioni g (2001), o g estudo regional se g constitui g num g dos g campos g mais g importantes g para g o g avanço do conhecimento geográfico. g Corrêa (1997, p. 183) lembra que, apesar desse termo fazer parte da linguagem do homem g

comum, “[...] é um conceito-chave para os geógrafos e tem sido empregado também por todos g os cientistas sociais quando incorporam em suas pesquisas a dimensão espacial”. g

Oliveira (1993, p. 27) ressalta que “[...] a região pode ser pensada praticamente g sob g qualquer g ângulo g das g diferenciações g econômicas, g sociais, g políticas, g culturais, g antropológicas, geográficas, históricas”. No decorrer da evolução do pensamento geográfico, g a noção g de região g foi g se moldando g em g sintonia g com g os g diversos g rumos g adotados g pela g Geografia. No contexto atual, a relevância dos estudos regionais está relacionada à realidade g concreta g que g evidencia g “[...] g uma g nova g força g das g singularidades, g um g revigorar g dos g localismos/regionalismos e das desigualdades espaciais” (HAESBAERT, 1999, p. 16). O fato g de a nova “regionalização” (assunto discutido pelo autor citado) ser considerada como um g contraponto à globalização, também se constitui num elemento que justifica a importância da g região. g

Ao discorrer sobre a importância da região, Santos, M. (1988, p. 47) argumenta g que g esta g “[...] g torna-se g uma g importante g categoria g de g análise, importante g para g que se g possa g captar a maneira como uma mesma forma de produzir se realiza em partes específicas [...] g dentro de um país, associando a nova dinâmica às condições preexistentes”. Partindo desse g pressuposto, podemos inferir que a forma como o espaço é produzido numa das cidades do g Agreste Potiguar assemelha-se g às demais cidades circunvizinhas, já que g estão inseridas no g mesmo contexto regional. g

Como já assinalamos anteriormente, nossa análise enfoca as três últimas décadas g do século XX por ser justamente o período em que o Rio Grande do Norte passou por um g processo de redefinição de sua base produtiva. E no caso específico do Agreste Potiguar, não g se desenvolveram novas atividades. Daí a importância de não perdermos de vista a dinâmica g do g modo g de g produção, g que g é g desigual g e g contraditória g (CARLOS, g 1994). g Haesbaert g (1999) g fornece subsídios fundamentais ao entendimento da região no contexto atual. Ao discorrer g

sobre a relação existente entre região, diversidade territorial e globalização, o autor informa g que, g

[...] hoje o caráter altamente seletivo e muitas vezes pontual da globalização g faz com que tenhamos um mosaico tão fragmentado de unidades espaciais g que ou a região muda de escala (focalizada muito mais sobre o nível local, g onde g ainda g parece g dotada g de g continuidade) g ou g se g dissolve g entre g áreas g descontínuas e redes globalmente articuladas (HAESBAERT, 1999, p. 31). g

Em sua concepção, os movimentos de globalização têm vários efeitos, inserindo g umas regiões, excluindo outras; e não anula a existência das regiões, mas sim, reforça sua g existência. Diante desses processos, a região passou por várias redefinições. O referido autor g aponta três diferentes níveis de abrangência conceitual. A região em análise pode ser definida g como “[...] um tipo de recorte do espaço geográfico, definido pela escala em que a diversidade g territorial dos processos sociais se manifesta com maior evidência ou coesão” (HAESBAERT, g 1999, p. 33). g

Mediante o exposto, ressaltamos a importância de se analisar o passado e o g presente num estudo regional, tendo sempre em vista o contexto mais amplo no qual a região g está inserida. Portanto, na nossa compreensão, a região é historicamente construída, sendo g uma parte de uma totalidade, isto é, significa um fragmento espacial que está incluso num g contexto mais amplo e, por ser fruto do processo histórico, pode apresentar diferentes feições g de g acordo g com g o g estágio g de g desenvolvimento g das g forças g produtivas. g Esse fato g nos g leva g a g inferir g que g a g função g que g uma g região g possui g na g atualidade g pode g não g ter g sido g a g mesma g em g tempos passados. Sendo assim, os problemas que afligem uma determinada região podem ter g suas explicações nas relações estabelecidas em épocas pretéritas. Portanto, corroboramos com g o pensamento de Lencioni (2001, p. 196) ao assinalar que “[...] a reconstituição histórica pode g ser reveladora para a compreensão da região em estudo. Em muitas análises, a região passou a g ser vista como g produto de uma divisão territorial g do trabalho, tendo como referência o g

processo geral de produção capitalista”. É nesse sentido que encaminhamos a apreciação da g região Agreste Potiguar, e para reconhecer sua inserção na divisão territorial do trabalho, faz-g se necessário “[...] detalhar sua composição enquanto organização social, política, econômica g e cultural” (SANTOS, M., 1988, p. 48). g

Partimos do pressuposto de que a dinâmica do contexto regional exerce influência g no g espaço g interno g das g cidades g e g vice-versa. g Daí g decorre g a g estreita g relação g entre g cidade g e g região. Corrêa (1994, p. 41) ressalta que “a cidade é um espelho de sua região”. Desse modo, g faremos alguma considerações sobre as cidades, no visível intuito de compreender as cidades g pequenas. g

2.3.3 Sobre cidades e cidades pequenas :

Na tentativa de construir parâmetros que possibilitem a interpretação das cidades g pequenas g e g se adaptem g à realidade g espacial do Rio Grande do Norte, em nosso recorte g espacial, g não g podemos g negligenciar g um g aspecto g fundamental: g para g chegarmos g ao g entendimento da categoria “cidade pequena” g necessitamos g compreender o significado do g termo cidade. Em outras palavras, para entender as cidades pequenas, o que elas são e como g estão, precisamos entender as cidades, o que são, uma vez que aquelas se constituem numa g subdivisão dessas. Desembocamos, assim, num amplo leque de opções, pois não existe um g consenso g mundial, g nem g muito g menos g nacional, g sobre g a g definição g de g cidade. g Conseqüentemente, g o g não-consenso g sobre g a g definição g de g cidade g também g se g reflete g na g indefinição do termo cidade pequena. Essa situação de multiplicidade de definições torna-se g mais g relevante, g sobretudo, g nesse g início g de g século g XXI, g período g em g que g a g sociedade, g a g economia e, conseqüentemente, o espaço vivenciam substanciais transformações, as quais têm g

forte rebatimento na estrutura das cidades. Isso implica a necessidade de novos encaminhamentos metodológicos na avaliação dos encaminhamentos já adotados e na ampliação de outros, frente às configurações do espaço na atualidade.

Devido à heterogeneidade das características expressas no espaço urbano, as cidades podem ser estudadas sob diversos ângulos. A respeito desse assunto, Carlos (2004, p. 13) esclarece:

A produção geográfica aponta claramente o fato de que não há um único modo de se pensar a cidade, sinalizando que não há um único caminho a ser trilhado pela pesquisa. No Brasil, no plano da pesquisa urbana, várias perspectivas teórico-metodológicas despontam no horizonte; mas se os caminhos da pesquisa são múltiplos, nenhuma corrente pode ter a pretensão de ser a “verdadeira”.

Ainda sobre esse aspecto, Silva (1997, p. 86) afirma: “cada ângulo permite imagens diferentes”. Daí decorre a dificuldade de existir uma definição universal e precisa, que corresponda a todas as configurações socioespaciais urbanas. A diversidade que envolve as cidades e a inexistência de um critério padrão para sua definição, sobretudo, no caso das cidades pequenas, convida-nos a refletir sobre o significado do termo cidade. Para tanto, recorreremos a alguns pesquisadores envolvidos com os estudos urbanos.

O que torna uma aglomeração uma cidade? Quais os elementos que a caracterizam? Enfim, o que significa uma cidade? São questões que se desdobram neste momento e merecem ser brevemente discutidas, no sentido de amparar nossa interpretação. Não se constitui tarefa fácil responder a tais questões, a julgar pela complexidade que envolve as cidades na escala inferior da hierarquia urbana e, sobretudo, tendo em vista a extensão do Brasil e suas diferentes dinâmicas regionais. Antes de discorrermos sobre as mesmas, convém esclarecer que nossa intenção não é esgotar a literatura sobre as cidades, nem tampouco elaborar um panorama sobre a evolução da definição de cidade. Nosso propósito é apresentar um dos fundamentos conceituais, no qual se baseou o estudo em tela.

As cidades nasceram da necessidade de se organizar um dado espaço no sentido g de gntegrá-lo e gaumentar sua gndependência gvisando ga geterminado gfm. gAssim gcomo ga g sociedade, a cidade vem adquirindo novas feiçõs ao longo do tempo¹². A título de ilustração, g podemos gfirmar gque ga gcidade ga gidade gAntiga gpossuía gcaracterísticas gpróprias glaquelle g período histórico, as quais se diferenciam da cidade na Era Moderna. Claro está que isto não g anula o conteúdo urbano. Trata-se de remodelações, de adaptações do conteúdo das cidades g aos gdiversos gcontextos ghistóricos. gSendo gassim, gas gcaracterísticas gurbanas gvariam gem g conformidade com o contexto econômico, gsocial, gpólítico e cultural de cada gperíodo da g história da humanidade. g

Partindo desse pressuposto e dando continuidade à nossa reflexão, apoiamo-nos g nas idéias de Santos, M. (1979a, p. 40) ao esclarecer que g

A cada movimento social, possibilitado pelo processo da divisão do trabalho, g uma nova geografia se estabelece, seja pela criação de novas formas para g atender ga gnovas gfunções, gseja gpela galteração gfuncional gdas gformas gjá g existentes. Daí a estreita relação entre divisão social do trabalho, responsável g pelos movimentos da sociedade, e a sua repartição espacial. g

Nessa mesma vertente, George ([s.d.] *apud* CARLOS, 1999, p. 68), defende que a g cidade é, em cada época, o produto de uma organização das relações econômicas e sociais que g não se limita a exercer sua influência sobre as únicas aglomerações urbanas. Entretanto, “[...] g sendo ga gidade gum gfato grelativamente gdurável e gde gevolução gmais genta gque ga gdo gsistema g econômico-social, gconservará gelementos gantigos grelacionados ga guma gsituação gnova” g (GEIGER, g1963, gp. g4). gSendo gassim, ga gcidade gpode gpresentar gelementos gnovos, gmesmo g quando gestá ginserida guma gestrutura geconômica ggraica, guma gvez gque ga gidade g é gbastante g sensível às influências externas. g

¹² Uma importante contribuição nesse sentido é o trabalho de Sposito (1998). g

Dessa forma, entendemos que os movimentos da sociedade fizeram surgir uma g nova geografia (SANTOS, M., 1979a) nesse início de século XXI, sem anular completamente g as g eografias gpretéritas. gA gcomplexa ge gefervescente gconjuntura geconômica, galiada gàs g mudanças que se processam nas esferas social e política, teve grande repercussão no espaço. g Diante dessas transformações, as cidades vêm passando por várias alterações socioespaciais, g que podem ser observadas nas mais variadas dimensões e atingem boa parte das cidades da g rede urbana. As novas características, ou melhor, o novo padrão assumido pelas cidades, fruto g dessa dinâmica, que é inerente à sociedade, não impede a permanência de padrões antigos. g Nesse sentido, verificamos que as mudanças no perfil urbano não se processam na mesma g intensidade gm godas gs gidades. gEssa é g gchave para g o entendimento gla gdinâmica gdas g cidades pequenas do Agreste Potiguar, idéia que será melhor elucidada adiante. A razão para g isso ge encontra ga gestrutura gsocial e ga gdinâmica glo modo de gprodução vigente, que são g desiguais e contraditórios. É oportuno ressaltar que, como a sociedade é hierarquizada, por g rebatimento a cidade e a rede de cidades também o são. g

Uma contribuição bastante elucidativa para o entendimento da cidade é o trabalho g de Sposito (1988), que analisou os núcleos urbanos no decorrer da história, com ênfase no g contexto do modo capitalista de produção. Na visão dessa autora, como a cidade possui um g caráter de concentração, de densidade e viabiliza a relação com maior rapidez do ciclo do g capital, gla é g o lugar gonde ge geúnem gs gmelhores gcondições para g o desenvolvimento glo g capitalismo, ocupando assim o papel de comando na divisão social do trabalho (SPOSITO, g 1988, p. 64). g

Ainda g sobre g a compreensão gla g cidade, g Carlos g (1994, p. 85-84, grifo glo g autor) g estabelece uma relação entre o processo produtivo e a sociedade, e mostra que: g

A cidade é essencialmente o lócus da concentração de meios de produção e g de gconcentração gle gpessoas; g[...] é g o lugar gla gdivisão gsocial glo gtrabalho g

dentro do processo produtivo e na sociedade e é também um elo na divisão g espacial do trabalho na totalidade do espaço. g

Destacamos ainda duas importantes contribuições: a de Corrêa (1997, p. 121), ao g explicar que as cidades podem ser vistas como uma forma de organização do espaço pelo g homem; e a de Silva (1997, p. 86), ao afirmar que as cidades correspondem a “[...] uma das g configurações gmais gcomplexas gproduzidas gpela gsociedade, gque g[...] gcom gtodas gas gsuas g variações hierárquicas de gamanho, gporte e peso fica gda vez mais avessa g apreensão, g g análise”. g

Bastante esclarecedora também g a compreensão de Lefebvre g(1999) sobre o g espaço urbano. Na visão desse autor, o espaço urbano se constitui essencialmente numa obra g inconclusa, gno gsentido gle gque gestá gem gpermanente gconstrução. gEsse gspace, gnão gsendo g homogêneo, é permeado pelas contradições inerentes à sociedade que o produziu. Tomando g por base a opinião do referido autor, entendemos que é a sociedade que constrói o espaço, isto g é, o espaço é obra criada pela sociedade, a qual nele imprime suas características. Mesmo g assim, g maneira gcomo g espaço g é g(des)organizado gambém ginfluencia ga gorganização gla g sociedade. Desse modo, o espaço é causa e consequência da organização social. O fato de as g cidades não serem iguais representa uma constatação empírica que reafirma tal entendimento. g

Essa gdiferenciação gentre gas gidades g pode ger gobservada g tanto gem gnível g interno g (intra-urbano), pois o tecido urbano não possui homogeneidade e sua organização interna é g desigual, quanto em nível externo (inter-urbano), visto que as cidades apresentam múltiplos g perfis g variadas g dimensões ghierárquicas. g Existem gidades gbastante gdesenvolvidas g outras g que, por diversas razões, encontram-se em situação de declínio ou de estagnação. g

Prosseguindo nossa reflexão, também consideramos oportuno discorrer sobre os g aspectos que definem uma cidade, ou seja, as características que subsidiam a denominação de g cidade a uma aglomeração. g Como assinalamos anteriormente, no Brasil, esta designação g

corresponde à função político-administrativa e não a uma configuração espacial na qual g prevalece a vida urbana. Por isso, em nosso trabalho, utilizamos a denominação de cidades, g pois sua titulação está apoiada numa base legal administrativa (sobre o assunto ver MAIA, g 2004). Muito embora, entendamos que essa definição não dá suporte a uma reflexão crítica g sobre a realidade que, por sua vez, é dinâmica e contraditória. g

As cidades devem ser entendidas como uma “dimensão espacial da sociedade” g (expressão utilizada por Carlos 1994, 1999 e 2004) ou ainda, parafraseando Lefebvre (1991), g como uma “projeção da sociedade sobre um local”, correspondendo, assim, a uma realidade g material, concreta. Estas podem ser apreendidas como produto do movimento gerado pelo g desenvolvimento das relações sociais de produção materializados no espaço. g

Na sua clássica obra sobre as cidades locais na América Latina, Santos, M. g (1979a, p. 71) esclarece: “para que exista uma cidade deve haver necessidades que exijam ser g satisfeitas regularmente [...], mas é necessário, por outro lado, que exista criação de atividades g regulares g especialmente g destinadas ga g responder ga g essas g necessidades”. gA gpartir g dessa g afirmação destacamos dois aspectos: as necessidades da população e as atividades, as quais g devem atender a tais necessidades, que, por sua vez, “[...] gariam em função da densidade g demográfica, das comunicações g da economia da região, g bem g como g o comportamento g sócio-econômico g de g seus g habitantes” g(SANTOS, gM., g1981, gp. g15). gIsso g resulta g numa g “especialização g do g espaço”, g que g ocorre g por g meio g da g instalação g de g tais g atividades. gA g esse g respeito George (1983, p. 166) é bastante enfático, ao esclarecer que “[...] qualquer forma de g trabalho concentrado provoca ou favorece a formação ou o desenvolvimento de uma cidade”. g Ainda na concepção de George (1983), o lugar que os habitantes ativos ocupam num sistema g de relações econômicas e sociais é o que justifica e caracteriza uma cidade. Em se tratando g das necessidades responsáveis pela criação ou desenvolvimento de uma cidade, Geiger (1963, g p. 13) esclarece que estas se efetuam “[...] em função de técnicas determinadas, no quadro da g

aplicação de sistemas econômicos e sociais. Haverá, assim, tipos de cidades correspondentes g às geconomias gagrícolas ge tipos gde gcidades gcorrespondentes gàs geconomias gindustriais”. g Estabelecendo uma relação com nosso recorte espacial, ressaltamos que as cidades pequenas g do Agreste Potiguar estão relacionadas com as economias agrícolas. g

Ao escrever sobre a definição de “lugares urbanos”, Clark (1991, p. 37) esclarece g que é a densidade de concentração de um conjunto de edifícios, de atividades e de população g – atributos conjuntamente reunidos no espaço – que diferenciam a cidade de outras formas de g assentamento humano. Entendemos que definir lugares urbanos a partir desse critério torna-se g arriscado, gm virtude da existência dos chamados “vazios gurbanos” existentes no tecido g urbano. Tomando como referência a teoria dos lugares centrais de Christaller, Lörsch e outros g que gprocuraram gformular modelos para compreender a razão da existência de gamanhos g variados de cidades, a natureza de sua relação com seu entorno e a formação de uma rede ou g sistema de cidades, Abromovay (2000, p. 13-15) aponta que “[...] as cidades definem-se com g relação a suas funções e sua capacidade variável de imprimir dinamismo à vida econômica de g uma região”. A partir desse fragmento, surge a importância do contexto regional, no qual as g cidades estão inseridas, com já evidenciamos anteriormente. g

Ao investigar as diferenças fundamentais entre o mundo rural e o mundo urbano, g Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981), imbuídos de uma visão sociológica, definiram uma g cidade como “[...] uma comunidade na qual coexistem os tipos humanos os mais opostos e g contrastantes”. gNela, g “[...] gexiste guma gmaior gdivisão gsocial gdo gtrabalho, guma gmaior g diferenciação e estratificação social e maiores contrastes nos padrões de vida e no ambiente g que grodeia gos gseus gvários gmembros. gEnfim, guma gcomplexidade gmaior” g(SOROKIN, g ZIMMERMAN e GALPIN, 1981, p. 204). Os referidos autores complementam que “[...] tudo g e todos estão na cidade em contínuo estado de movimento”, o que eles chamam de “carrera g desvairada” e “mobilidade frenética”. Por esse ângulo, o espaço das cidades pequenas não g

poderiam ser considerados como urbano, já que neles o movimento não é tão acelerado e essa g “mobilidade gfenética” gnão gé gperceptível. gTodavia, gomando gpor gbase ga gconcepção gde g Lefebvre (1999), em nossa sociedade o “tecido urbano” estende-se sobre várias partes dos g espaços, g não se gstringe gos gglomerados gle guas g edifícios. gSendo gassim, gurbano g designa g “[...] gconjunto gdas gmanifestações gdo gpredomínio gda gcidade gsobre go gcampo” g (LEFEVBRE, 1999, p. 17). g

Nessa nova fase da história da humanidade, período denominado por Milton g Santos como “meio técnico-científico informacional” cada vez mais a cidade tem seus papéis g acentuados, destacando-se como elementos que dominam na nossa civilização. Assim, “[...] o g modo de vida urbano estende-se para além dos limites da cidade” (WIRTH, 1967, p.100), g qualificando uma série gle gmodificações gtuais, que gbrangem g sociedade como gm godo. g Portanto, g gnodo gle gvida gurbano g “[...] gmanifesta-se gm graus gváriaveis gonde gquer gque g cheguem as influências das cidades” (WIRTH, 1967, p. 103). g

Na concepção do autor, não se pode negligenciar as grandes variações, existentes g entre gs gcidades, go gentar gformular guma gdefinição gle gcidade. gComplementando, gexiste ga g possibilidade de g

[...] gdelinear ge gclassificar gcomunidades gurbanas gvariando gde gpequenas g cidades que lutam para se manter até os prósperos centros metropolitanos g mundiais; de pequenas localidades comerciais isoladas, situadas no meio de g regiões gagrícolas, a gprósperos portos gmundiais de movimento comercial e g industrial. gDiferenças gcomo gessas gparecem gser gcruciais gporque gas g características ge ginfluências gsociais gdessas gdiferentes g“cidades” gvariam grandemente (WIRTH, 1967, p. 102). g

Perante toda essa diversidade de características e a importância de se levar em g consideração mais de um parâmetro para defini-las, Santos, M. (1981, p. 15) esclarece que o g “[...] marco numérico é sempre artificial; os marcos reais são os funcionais; isto porque só a g partir de um certo estágio de desenvolvimento e dinamismo é que a cidade se define”. g

Assim, gentendemos gas gidades gcomo guma grealização ghumana gininterrupta g (CARLOS, 1999), ou ainda, uma obra inconclusa (LEFEBVRE, 1999). Como espaço social g historicamente construído, a cidade é reflexo e condicionante das contradições que perpassam g a sociedade g e se gdefine gm função gdas gelações gexternas g e g sua g dinâmica g interna. Sua g apreensão pressupõe a observância não apenas de seus aspectos exteriores, mas também seus g aspectos internos, além da sua perspectiva histórica, considerando-a como produto de relações g estabelecidas na sociedade. g

Diante desse impasse sobre a definição de cidades, Geiger (1963, p. 12) esclarece: g

Na verdade, não existe uma fórmula para definir cidade. Um pontilhado de g cidades num mapa-múndi não representa unidades idênticas ou semelhantes g entre si: cidades são frutos de civilizações distintas ou semelhantes entre si, g são gformadas gm condições ghistóricas gdiversas g e g pertencem ga g sistemas g econômicos diferentes. g

A partir g dessa g afirmação, não gesta glúvidas gm gelação ga grande glificuldade g existente em definir as cidades e, conseqüentemente, as cidades pequenas. Desse modo, g acreditamos que o significado maior dessa discussão está na superação deste conceito para a g compreensão da realidade. g

Mas, diante dessas considerações sobre a cidade, o que significa “cidades locais”, g “pequenos núcleos urbanos”, “centros locais”, “cidades pequenas”, entre outras denominações g existentes? Essas gglomerações podem ser ghamadas ge gidades? O que gentendemos por g cidade pequena? Como analisar tais cidades? Durante muito tempo essas questões ocuparam g posição de destaque em nossas preocupações. A julgar pela complexidade que envolve o tema g das gidades pequenas, e, sobretudo, gendo gm vista a g extensão g e g diversidade glo g espaço g brasileiro, não se constitui garefa fácil gresponder ga gais gquestões. Porém, não podemos g negligenciá-las. g

Essa busca incessante por um “objeto real não-identificado”^{13 g} nos deu a possibilidade de perceber que não acharíamos respostas prontas. A imprecisão da definição concorreu para uma generalização ou banalização do termo. Muito embora, quando se fala em cidades pequenas, geralmente, tem-se uma noção vaga do que signifique a expressão. Para superar esse empirismo, foi necessária uma ampla interação entre os referenciais teóricos e a realidade socioespacial para elaborarmos nosso protótipo interpretativo.

A utilização apenas do marco numérico para classificar tais cidades não se torna muito viável, pois este é sempre artificial, quantitativo e não expressa as verdadeiras dimensões da cidade e do urbano, que devem ser encaradas como dimensões qualitativas. Na concepção de Clark, “[...] as pequenas e grandes cidades são inerentemente difíceis de definir, por que elas são membros de um contínuo de assentamentos nucleados que se graduam uns dentro dos outros” (CLARK, 1991, p. 47).

Como assinala Santos, M. ([s.d.] *apud* GEIGER, 1963, p. 11), “definir cidades, como Nova York, Londres, Paris, São Paulo, não apresenta dificuldades, mas, quando se trata de definir, já não irei formar formas embrionárias, mas formas primárias do fenômeno urbano, começa a dificuldade”. Em outra obra, ao se referir às cidades pequenas, esse mesmo autor complementa: “[...] aceitar um número mínimo, como o fizeram diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidades no mundo inteiro, é incorrer no perigo de uma generalização perigosa” (SANTOS, M., 1979a, p. 69).

Recorremos ainda ao entendimento de Wirth (1967) sobre o urbanismo como modo de vida. Ao escrever sobre os elementos que caracterizam uma cidade, o autor esclarece: “[...] caracterizar uma comunidade como sendo urbana, apenas tomando como base o tamanho, é obviamente arbitrário. [...] nenhuma definição de urbanismo poderá ser

¹³ Expressão utilizada por Brunet (1997 *apud* AMORA, 2002) ao referir-se às cidades médias, pois seguindo o autor, elas existem mas não foram definidas, sendo uma noção um pouco vaga. Situação similar ao que ocorre com as cidades pequenas.

considerada satisfatória apenas se considerando os números como único critério” (WIRTH, g 1967, p. 100) g

Na gcompreensão gde gSantos, M. g(1979a), g as g cidades gpequenas, g as gquais gde g denomina g“cidade glocal”, gcorrespondem gà g “[...] gdimensão gmínima ga gpartir gda gqual g as g aglomerações gdeixam gde gservir gàs g necessidades gda gatividade zprimária gpara gservir gàs g necessidades gnadiáveis gda gpopulação” g(SANTOS, M., g1979a, p. g71, grifo glo gautor). gTais g aglomerações devem ter capacidade de “[...] responder às necessidades vitais mínimas, reais g ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações” (SANTOS, g M., 1979a, p. 71). g

Para compreender a realidade dos fatos que envolvem a área selecionada neste g trabalho, acreditamos que o entendimento das cidades pequenas como dimensão espacial da g sociedade, como um produto histórico da produção do espaço urbano e regional torna-se mais g viável, já que uma cidade se define a partir das relações internas e em função das interações g estabelecidas com as outras cidades. Daí decorre o interesse em averiguar a dinâmica regional g e sua influência no espaço das cidades. g

Tendo por base as citações, até então expostas, e as referências empíricas obtidas g sobre a realidade das cidades pequenas do Agreste Potiguar, entendemos a cidade como uma g complexidade de coisas, de fenômenos e relações sociais, que estão em constante movimento g e gnão gse gpermite gsimplificar. gConsideramos, gportanto, g as g cidades gpequenas gcomo guma g dimensão socioespacial concreta, um aglomerado de pessoas que reflete as condições de vida g da sociedade organizada, onde há uma relativa concentração de estabelecimentos e uma base g institucional, g apresentando, gportanto, g funções gurbanas. gPodemos gconsiderá-las gcomo g pequenas, principalmente, em função das suas dimensões espaciais e do número de habitantes g (girando em torno de 20.000 habitantes), entre outros aspectos. Resolvemos tratá-las como g cidades gpequenas, gpois, glo gponto gde vista gconceitual, g elas g são g cidades, gendo gm vista ga g

denominação legal administrativa, mesmo que pesem os questionamentos existentes sobre a base metodológica utilizada para tal classificação; e, nesses espaços, podemos encontrar a presença do modo de vida urbano, uma vez que este ultrapassa os limites das cidades. A utilização dessa nomenclatura é isenta de todo e qualquer sentido pejorativo que possa ser atribuído ao termo pequeno. Partimos do pressuposto de que, mesmo diante das pequenas dimensões espaciais, estas cidades têm uma grande importância no contexto da rede urbana regional e nacional. Além disso, as cidades pequenas podem ser consideradas grandes diante dos seus valores socioculturais, como também em virtude do enorme significado que têm para seus moradores, nos quais têm suas raízes familiares nesses espaços e vivenciam cotidianamente sua realidade socioespacial, identificando-se, portanto, com tais lugares. g

Entendemos que a delimitação entre a cidade e o campo não corresponde somente a uma circunscrição territorial, mas diz respeito, especialmente, às relações que são estabelecidas entre a população desses dois espaços e seus costumes; enfim, seu modo de ser e de agir. Sendo assim, a “vida de relações” (SANTOS, M., 1979a) é outro aspecto a ser considerado e, sem dúvida, são justamente as relações estabelecidas entre os habitantes, nos mais variados segmentos, que conferem (ou não) o grau de urbanidade a tais cidades, até porque a cidade vai se definir em virtude do movimento das pessoas. O caráter urbano está relacionado ao modo de vida das pessoas. Por isso, achamos conveniente uma apreensão dos aspectos subjetivos, no caso específico, o modo de vida, o cotidiano da maioria dos habitantes das cidades pequenas. g

2.3.4 A vida cotidiana

Durante as incursões iniciais que deram origem a este trabalho, já era possível g perceber a variedade e riqueza das paisagens que caracterizam as cidades pequenas. Tornou-g se imperativo a observação da vida cotidiana, enquanto instância da realidade concreta, para g apreendermos o perfil das cidades pequenas. Como g escreveu Damiani (2001, p. 66), a g temática do cotidiano é uma exigência na compreensão do mundo moderno. Mesmo porque g

[...] a (re)produção como categoria central de análise abre a perspectiva de g analisar, antes de mais nada, a vida humana, pois aponta, em cada momento, g um determinado grau de desenvolvimento da história da humanidade, o que g significa dizer que a produção se define com as características comuns em g diferentes épocas (CARLOS, 2004, p. 18). g

Daí decorrer o fato de nosso trabalho sinalizar para a compreensão da reprodução g da vida g humana, g que se g manifesta na vida g cotidiana, gá g que g a subjetividade g presente nas g relações humanas constitui-se num dos principais aspectos que influenciam no processo de g (re)produção do espaço urbano. g

A (re)produção do espaço se reveste da dimensão humana, pois como esclarece g Carlos (1994, p. 24) “[...] ao produzir suas condições de vida [...], a sociedade como um todo g (na cotidianidade de seu trabalho), produz o espaço geográfico e com ele um modo de vida, g de g pensar, g se g sentir. g Assim, g pensar g o g urbano g significa g também g pensar g a g dimensão g do g humano”. Já que, o espaço se (re)produz também em função das relações existentes entre os g indivíduos, as quais se expressam por meio das práticas cotidianas. g

Ao discutir a importância do cotidiano e a forma como é visto sua participação na g construção da realidade social, Flávio (2004) esclarece que o cotidiano é: g

[...] a instância onde os homens g produzem as coisas, as idéias, valores, g símbolos, representações. Onde produzem, toda a sua vida, no teor de sua g completa inteireza: g produção do mundo e produção de si mesmos, g um g ininterrupto e criador fazer/devir histórico em que o particular e o genérico, g

o gindividual ge go guniversal, ga gparte ge go gtodo ganham guma gexistência g eminentemente dialética, plena de conflitos e contradições (FLÁVIO, 2004, g s.p.). g

A partir do exposto, entendemos o cotidiano como o dia-a-dia das pessoas, como g o seu modo de agir em meio às interseções das relações sociais, nas ações mais corriqueiras, g sobre as quais não se sente necessidade de refletir. g

Santos, M. (1988, p. 72) ressalta que “[...] o movimento das pessoas corresponde à g etapa da produção que está se dando naquele momento”. Para esse autor, todos os homens – g independente do gênero, idade, etnia, profissão ou posição social – são produtores do espaço, g inclusive g “[...] quem g não gestá g diretamente gelacionado ga g processo gle produção, já g que g consome” (SANTOS, M., 1988, p. 72). g

Sendo assim, transpondo tal reflexão para o espaço urbano, entendemos que este g espaço não se restringe apenas às formas concretas, ele também é produzido e reproduzido g “[...] ga g partir glo g cotidiano gle quem g constrói, gontendo g vida, g fragmentos gle g vida g g dimensão do uso do espaço e do tempo. Só a partir do reconhecimento disso é que se pode g compreender ga g cidade para galém gla gparência” g (OLIVEIRA, 2001, p. 201). Logo, para g assimilar a constante produção e reprodução do espaço não podemos descartar a influência da g vida cotidiana. g

A subjetividade presente nas relações sociais influencia significativamente nesse g processo, gestabelecendo seus g contornos por g meio gla g construção gle g territorialidades. g Ao g discutir a relação entre cultura e territorialidade na cidade pequena, Silva (2000, s.p.) ressalta g com proeminência que: g

As relações sociais que produzem o espaço urbano não resultam apenas em g formas gmateriais ge g funcionais g que gsustentam go g processo gle g produção g capitalista. Elas também são marcadas pelos códigos e símbolos g que se g constroem ga vida g cotidiana g que gestabelecem gm g sentido g particular go g processo de produção da cidade. g

Sendo assim, as relações e práticas sociais estabelecidas na vida cotidiana imprimem suas marcas na produção do espaço, configurando-se na paisagem. Em se tratando da importância de se investigar o cotidiano, Damiani (2001, p. 163) apresenta argumentos que o justificam, uma vez que o cotidiano “[...] amplia o universo de análise para tantas outras relações entre os indivíduos e grupos, inclusive particulares, locais. Inclui o vivido, a subjetividade, as emoções, os hábitos e os comportamentos”.

Como nas cidades pequenas ocorre uma maior proximidade entre os indivíduos, já que o número é consideravelmente menor se compararmos aos grandes centros, consideramos significativo observar a vida cotidiana, que se estrutura espacial e temporariamente de modo diferente em cada sociedade (BERGER e LUCKMANN, 1985). Sobre esse aspecto, Silva (2000, s.p.) escreve que:

A temporalidade da vida cotidiana nas pequenas cidades é marcada pela regularidade dos fatos (safras, festas religiosas, etc.), que é regida pela natureza e pelas tradições, com pouca interferência externa, dando uma impressão de estagnação. É comum a expressão "a cidade não vai para frente", para definir o caráter cíclico dos acontecimentos.

Portanto, a vida cotidiana, predominante nas cidades pequenas, exerce influência na produção do espaço urbano. Desse modo, a análise da materialização da vida cotidiana se fez necessária, já que “[...] é no nível do cotidiano que as relações se humanizam, contrapondo-se a uma globalização que tem tendência a homogeneizar costumes e modos de vida. Portanto, é no cotidiano que emergem as resistências” (OLIVEIRA, 2001, p. 203).

Esse caminho se tornou, ao mesmo tempo, conveniente e desafiante, pois não existe na Geografia um instrumental metodológico que possibilite a identificação e o manejo da subjetividade que envolve a produção do espaço (SILVA, 2000). Sobre como compreender o cotidiano, Oliveira (2001, p. 204) afirma que este “[...] tem que ser compreendido no contexto social em que o espaço da cidade é produzido, não sendo a soma mecânica de

atividades diversas, mas a totalidade que as engloba e que determina a produção do espaço”. g
Trata-se portanto, de perceber como as práticas mais comuns, concorrem para a produção do g
espaço e como estas se materializam no espaço visível. É a partir da produção do espaço
geográfico no cotidiano que os homens imprimem tanto a reprodução da realidade social, g
quanto a possibilidade de transformação dessa mesma realidade. g

Capítulo 3 3

A FORMAÇÃO DO AGRESTE POTIGUAR E AS CIDADES PEQUENASC

3 A FORMAÇÃO DO AGRESTE POTIGUAR E AS CIDADES PEQUENAS :

Como assinalamos anteriormente, partimos do pressuposto de que o perfil urbano g das cidades pequenas do Agreste Potiguar foi definido ao longo do tempo, sendo, portanto, g uma das materializações da produção do espaço urbano e regional. Por isso, nessa seção do g trabalho, faremos uma breve reconstituição histórica da formação da região em foco, visando g identificar como ocorreu a constituição desse espaço e conseqüente consolidação das cidades g pequenas. Para tanto, estamos referenciados nas contribuições dos seguintes autores: Andrade g (1979, 1981, 1998); Santos, P. (1994); Clementino (1995); Gomes (1997); Moraes (1998); g Monteiro (2000) e Costa e Costa (2005). g

3.1 AGRESTE: “UMA MINIATURA DO NORDESTE” g

Antes gde gdebruçamo-nos gna ggevolução gdesse gprocesso, gabe gescclarecermos go g significado da expressão “Agreste”, já que essa denominação regional não é exclusividade do g Rio Grande do Norte. Etimologicamente, o vocábulo “agreste” é um adjetivo relacionado ao g campo, que significa rústico, tosco, campestre. Em termos geográficos, diz respeito a uma das g áreas do Nordeste brasileiro, que corresponde a uma faixa de transição entre o Litoral, de g clima úmido e o Sertão, quente e seco. Como assinala Melo (1980), essa nomenclatura deriva g das condições naturais existentes nessa área. Como sub-região fisiográfica tradicional, dispõe-g se em faixa paralela à periferia úmida do Nordeste, do Rio Grande do Norte até o Sudeste da g Bahia, englobando seis estados nordestinos. Daí decorre a utilização da expressão Agreste g Potiguar, gpara gdistingui-lo gdos gdemais gAgrestes, gquer gsejam gparaibano, gpernambucano, g alagoano, sergipano e baiano. g

Na glécada gle g1960, gna ggua gobra glássica g“A gterra g g ghomem gno gNordeste”, g Andrade g(1998, gp. g25, grifo gnosso) gefere-se ga essa sub-região como guma g “[...] gzona gle g transição com trechos quase tão úmidos como o da Mata e outros tão secos como o do Sertão, g alterando-se constantemente e a pequena distância, o que o *povo* chamou de Agreste”. Diante g dessa afirmação, destacamos ga informação que o greferido gautor gfornece ga respeito dessa g denominação, que no seu entendimento provém da população nordestina. g

Ab’Saber (1999, p. 13) esclarece que a região em análise está inserida no semi-g árido nordestino, junto com o Sertão, e se refere aos “agrestes” como uma “[...] região de g transição climática e contrastes ecológicos entre a zona da mata e o do domínio extensivo das g caatingas”. Essa utilização do termo no plural se adequa perfeitamente a tal área, pois nela o g que impera é a diversidade de paisagens em curta distância, o que levou Andrade (1998, p. g 32) a caracterizá-la como “[...] uma miniatura do Nordeste, com suas áreas muito secas g g muito úmidas”. Essa variação dos aspectos naturais g é acompanhada pela diversidade de g produção econômica e de organização do espaço. g

A exemplo do que ocorre nos demais trechos da região agrestina inseridos nas g outras g unidades gla gfederação, ga gposição gintermediária glo gAgreste gPotiguar g é guma g das g características g fundamentais g que ga gdiferenciam g das g demais g regiões, g tanto g no g plano g fisiográfico, quanto no plano socioeconômico (MELO, 1980, p. 41). g

3.2 BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO g

O processo histórico de formação socioespacial do Agreste Potiguar está inserido g no contexto de exploração e povoamento do interior da então Capitania do Rio Grande, tendo g em vista a ampliação do território para a expansão de atividades econômicas. Por conseguinte, g a produção do espaço agrestino teve como base a implementação das atividades agropastoris, g que transformou esse espaço em fornecedor de produtos animais e vegetais para Natal. g

Para compreendermos a produção do espaço agrestino, julgamos necessário fazer g alusão go p processo g que g ocorreu no g âmbito g estadual, g regional g nacional, g uma vez g que g o processo g de produção g do espaço g é bastante g dinâmico g e não g está g reduzido apenas g à escala g local. Sendo assim, percebemos que a ocupação e o povoamento do Rio Grande do Norte g estão inseridos no contexto de formação do espaço nordestino, que, por sua vez, ocorreu no g âmbito da organização do território brasileiro. g

Andrade g(1979) g explica g que g o g descobrimento g e g a g organização g do g território g brasileiro, g, g por g conseguinte, g do g nordestino, g ocorreu no g contexto g do g desenvolvimento g do g capitalismo comercial, que se deu no século XVI. Além de significar a posse e o domínio g português, a ocupação do espaço brasileiro também representava uma exigência européia, no g sentido de prover seu mercado com produtos que não eram encontrados naquele continente. g Desse modo, o processo de ocupação do espaço brasileiro e, conseqüentemente, nordestino foi g impulsionado por interesses externos, o que contribuiu para a consolidação de uma economia g primário-exportadora. g Conseqüentemente, g g “[...] g o domínio g do g território g regional g significou g uma g especialização g de g atividades g em g distintas g áreas” g (ANDRADE, g 1979, g p. g 3). g Nesse g contexto, o Nordeste brasileiro foi subdividido da seguinte forma: no Litoral, era praticado o g extrativismo vegetal, na Zona da Mata foi instalada a agroindústria canavieira; no Interior g

(que inclui g Agreste g o g Sertão) prevalecia a g atividade g pecuária; no Meio-Norte g foram g desenvolvidas a cotonicultura e a rizicultura; e no Sudeste do estado da Bahia, o cacau. g

O foco inicial de ocupação do Nordeste brasileiro se deu inicialmente na Zona da g Mata g de g Pernambuco g e g no g Recôncavo g Baiano, g tendo g como g principais g núcleos, g respectivamente, g Olinda-Recife ge g Salvador. g É g oportuno g fazermos g referência ga g essas g informações, pois o Rio Grande do Norte foi ocupado em função da expansão pernambucana g no sentido Norte. Essa ocupação – representada inicialmente pela construção da Fortaleza dos g Reis Magos, em 1598 – contribui significativamente para os colonizadores prosseguirem a g expansão rumo a Oeste. Como esclarece Andrade (1981, p. 17), das terras potiguares “[...] g partiram as forças que ocuparam o Ceará, o Maranhão, e o Pará, ocupação feita de forma g rápida, em menos de vinte anos [...]”. g

Em g e g ratando g los g núcleos g de g povoamento, g o g Rio g Grande g do g Norte g ontava, g inicialmente, com o Litoral ou Zona da Mata, onde foi implementado o cultivo da cana-de-g açúcar – seguindo a tendência dos outros estados – e o Sertão, porção Oeste da superfície g estadual, que teve a criação de gado como atividade que g garantiu a ocupação. Gomes (1997, g p. 23) g nforma g que a ocupação ga área litorânea “[...] g caracterizava-se g pela presença de g pequenos núcleos populacionais em torno das feitorias que, na realidade, tinham por objetivo g principal a defesa e proteção [...] das atividades que aí se desenvolviam”. g

Como g ndicam g os g registros g disponíveis, g a g exemplo g do g que g ocorreu g no g Brasil, g houve um certo retardamento na ocupação do interior, em virtude do desconhecimento e, em g alguns casos, da resistência indígena. Nesse sentido, Santos, P.(1994, p. 63) esclarece que “o g povoamento do interior se deu no século XVIII, pela concessão de sesmarias para fazendas de g gado, g os g baianos g e g pernambucanos g que, g resistindo g a g todas g dificuldades g e g hostilidades ga g indiada, conseguiram se estabelecer com currais de criação”. A origem de muitas cidades está g

relacionada com a presença desses currais. O município de Currais Novos, no semi-árido potiguar é um dos exemplos mais concretos. g

Depois de estabelecidos os dois núcleos iniciais de ocupação no Rio Grande do Norte, passou a existir uma interação comercial entre a área sertaneja e o litoral, mesmo porque, como assinalamos anteriormente, essa ocupação atendia aos interesses externos, e o escoamento dos produtos sertanejos era necessário. gNesse sentido, o gado produzido no Sertão era trazido para o Litoral, onde além de ser utilizado como força motriz nos engenhos g servia para alimentar a população (MONTEIRO, 2000). A relativa extensão alcançada pelo espaço estadual “[...] fez com que as ligações entre o sertão pastoril e o litoral açucareiro se tornassem periódicas” g(CLEMENTINO, g1995, gp.95). gVale gressaltar gque go gado gse g autotransportava e esse escoamento dos rebanhos, originados das fazendas sertanejas, era feito g pelos gchamados g“caminhos do gado” g(MONTEIRO, g2000, gp. g81). gEsse gaspecto glevou g Clementino (1995, p. 95) a considerar o gado como “[...] a matriz do sistema urbano potiguar e os seus velhos caminhos as raízes das grandes regiões do estado [...]” (MONTEIRO, 2000, g p. 95).g

Desse modo, percebemos que a pecuária foi a principal atividade econômica que gerou o processo de concessão de latas e sesmarias, gerando um novo tipo de domínio territorial que era a fazenda de gado as quais posteriormente vieram a se constituir nos primeiros núcleos urbanos, inclusive na região Agreste Potiguar (COSTA e COSTA 2005). g

Foi estabelecido, portanto, uma interação entre o Sertão e o centro de consumo na área litorânea, situação semelhante ao que ocorria na Bahia e em Pernambuco. Referindo-se g ao que ocorreu entre estes centros de ocupação inicial e o interior do Nordeste, Andrade g (1979, p. 24) afirma que “[...] o sistema de transporte do gado, criando áreas onde estacionava g por algumas semanas ou meses, a fim de descansar e recuperar o peso devido a longas caminhadas, teve grande importância no surgimento das primeiras povoações [...]”. gEssa g

situação pode ser comparada com a realidade potiguar e é nesse contexto de transporte do gado que vão surgir os primeiros núcleos de ocupação no Agreste. O longo e difícil percurso enfrentado pelos viajantes, que transportavam o gado em grandes boiadas, era contemplado com algumas paradas em locais que recompensassem o cansaço e a sede. Outro fator que condicionou a ocupação do Agreste foram seus atributos naturais, que propiciaram o surgimento da cultura de vários grãos, sobretudo o algodão.

Não menos importante que a cana-de-açúcar e o gado, o algodão também se constituiu num dos elementos fundamentais desse processo de produção do espaço. A fertilidade natural dos solos do Agreste Potiguar, o clima favorável e sua localização intermediária no contexto estadual favoreceram o desenvolvimento dessa cultura.

Este produto que, conforme Andrade (1981, p. 20), já tinha sido cultivado pelos índios antes do descobrimento, ganhou notoriedade no cenário estadual após a Revolução Industrial, uma vez que a indústria têxtil inglesa teve que substituir grande parte do linho pelo algodão que estimulou seu cultivo no mundo tropical. Com a expansão dessa cultura, “[...] o processo de construção do território do Rio Grande do Norte passou por um momento de redefinição” (GOMES, 1997, p. 31). A referida autora afirma que o algodão conseguiu promover uma articulação do espaço potiguar, que se deu por meio da “[...] construção das ferrovias e rodovias, tendo em vista a necessidade de transportar o produto do sertão até as áreas portuárias”.

O surto algodoeiro, no final do século XVIII, atingiu quase todo o espaço nordestino e o algodão se tornou um dos principais produtos do Agreste e do Sertão, produzindo significativas transformações no contexto regional. Sobre a importância dessa malvacea, Coelho (1992, p. 78) afirma que:

Ao associar-se às culturas de subsistência no Agreste e à pecuária no Sertão e ao propiciar o aparecimento de atividades tipicamente urbanas,

complementares ao seu cultivo (descaroçamento e indústria têxtil), o algodão g expandiu as atividades regionais, colaborando para uma maior diferenciação g na divisão social do trabalho. Por outro lado, os seus efeitos positivos sobre g o desenvolvimento g urbano geraram g significativas g mudanças g nas relações g cidade-campo. g

A partir dessa afirmação percebemos que a cultura algodoeira contribuiu para o g surgimento dos primeiros contornos urbanos. Sobre essa cultura Costa e Costa (2005, s.p.) g afirma que g “[...] g apesar da g pecuária g bovina g ser, até g a metade do g século g XIX, g a atividade g econômica g mais g importante g do g Rio g Grande g do g Norte, g a atividade g agrícola g também g desempenhava importância na economia, pois se constituía em atividade complementar nas g fazendas”. Desse modo, percebemos que a cultura algodoeira no estado ganhou importância g num período em que a pecuária bovina ainda permanecia em alta, permitindo a coexistência g das duas atividades. Gomes (1997, p. 39) esclarece que g

A pequena produção localizada no agreste, através do excedente produzido, g abastecia g as g áreas g de g produção g de g cana-de-açúcar, g uma g vez g que g a g monocultura g impedia g o desenvolvimento g de g uma g outra g cultura. g Além do g mais, em determinados períodos, essa pequena produção assumia a condição g de força de trabalho para atividade canavieira. g

O g cultivo g do g algodão g contribuiu g desde g os g primeiros g tempos g para g o g desenvolvimento g da g vida g urbana, g uma g vez g que g a g comercialização g e, g posteriormente, g o g beneficiamento da fibra ocorria nas pequenas aglomerações. Sobre essa expansão, Santos, P. g (1994, p. 94) assinala que o algodão conseguiu se disseminar facilmente por estar sempre g acessível g à maioria g dos g pequenos g produtores. g Corroborando com g essa afirmativa, g Andrade g (1998, p. 147) afirma que o algodão era mais democrático que a cana-de-açúcar e se tornou, g portanto, cultura de ricos e de pobres. g

A transição do século XVIII para o XIX trouxe várias transformações no espaço g norte-rio-grandense, g como g o g crescimento g populacional g e g a g diversificação g das g atividades g econômicas (ANDRADE, 1981). Além do gado, do algodão e da rapadura, o espaço passou a g

produzir, com alguma expressão, produtos como o sal, que incentivou o crescimento do litoral g setentrional, e como o tabaco, o peixe salgado e as drogas medicinais, que impulsionaram o g crescimento de Mossoró. g

Andrade (1981) esclarece que, apesar do crescimento econômico ter passado com g certa lentidão no período entre a segunda metade do século XIX e início do século XX, se g comparado gcom go gdesenvolvimento gdos gestados gvizinhos, ghouve g“[...] gaplicação gde g investimentos em suas atividades econômicas principais e penetração do capital estrangeiro g em alguns setores de sua economia” (ANDRADE, 1981, p. 26-27). A historiografia mostra g que, dentre os investimentos, destacam-se a abertura e melhorias das estradas por onde g passavam animais e veículos a tração animal e a construção da primeira ferrovia do estado, g construída entre 1880/83 ligando Natal a Nova Cruz. Segundo Clementino (1995, p. 102), “a g construção da linha Natal-Nova Cruz vem quebrar o peso do isolamento da capital com o g interior”. g

Outro investimento foi a implantação de indústria de beneficiamento de fibra e g das sementes de algodão na área sertaneja. E é neste contexto que as primeiras cidades do g Agreste Potiguar viram seus primeiros contornos urbanos nascerem, durante o século XVII, g em função da expansão da cotonicultura “[...] que induz o surgimento de atividades industriais g de gbeneficiamento glo galgodão, g as primeiras gdescaroçadeiras g prensas gle galgodão ge g constituem na primeira unidade fabril [...]” (FELIPE, 1984, p. 86). g

Desse modo, o algodão criou condições necessárias para o surgimento de várias g cidades do interior, sobretudo no Agreste Potiguar, as quais passaram a assumir a posição de g ponto gle gintermediação gentre g produção g a gcomercialização. O quadro g gsegata gárias g informações grelativas: g surgimento g das gidades ga gregião em análise; g goponímia glessas g cidades; as cidades mãe, que deram origem as atuais cidades e a data da emancipação política. g

Cidade :	Data inicial : da ocupação :	Como se deu o : povoamento :	Atributo : natural	Toponímia :	Cidade Mãe	Emancipação : política :
Bom Jesus g	Final do g Século XVIII g	Criação de gado, g lavoura, indústria oleira g e feira g	Lagoa de Panelas g	Homenagem ao g padroeiro g	Senador Eloi de g Souza g	11/05/1962 g
Brejinho g	-g	Produção de mandioca, g coco, frutas tropicais e g cana-de-açúcar g	Pequenos brejos g	Atributo natural g	Santo Antônio g	21/03/1963 g
Ielmo g Marinho g	Final do g Século XIX g	Criação de gado e g plantio g	Rio Potengi g	Filho ilustre da g terra g	São Paulo do g Potengi g	27/08/1963 g
Januário g Cicco g	Início do g Século XIX g	Produção agrícola g	Rio Trairi g	Homenagem à g santa Nossa g Senhora da Boa g Saúde g	Presidente g Juscelino, Monte, g Santo Antônio, g São José de g Campestre g	11/12/1953 g
Lagoa d'Anta g	Final do g século XVIII g	Fazendas de gado g	Rio Jacu e lagoas g	Lagoas g	Nova Cruz g	11/05/1962 g
Lagoa de g Pedras g	Final do g século XIX g	Escoamento da g produção rural g	Lagoas, açude g Pajuçara g	Lagoas g	Santo Antônio g	10/05/1962 g
Lagoa g Salgada g	Final do g século XVII g	Cultivo agrícola g	Lagoa da Caiçara g	Lagoa g	Januário Cicco g	07/05/1962 g
Monte Alegre g	Início do g Século XVIII g	Fazenda Quirambu e g feira g	Rio Trairi, lagoa g de Quirambu e g lagoa Barrenta g	Bagaço, g Quirambu g	São José de g Mipibu g	25/12/1953 g
Nova Cruz g	Início do g século XVII g	Instalação de uma g hospedaria destinada g aos boiadeiros g	Rio Curimataú g	Cruz para g afugentar o g espírito maligno g da Anta Esfolada g	São Bento g	12/03/1868 g
Passa e Fica g	Início do g Século XX g	Instalação de posto g comercial g	Açude Calaboço g	Atração na beira g da estrada g	Nova Cruz g	10/05/1962 g
Passagem g	Final do g século XIX g	Produção agrícola g	Rio Jacu g	Melhor travessia g	Brejinho g	27/12/1962 g
Presidente g Juscelino g	Início do g Século XIX g	Fazendas de criação e g lavouras g	Rio Jundiá g	Acidente geográfico g	Macaíba, São José g de Mipibú e São g José de Campestre g	24/11/1953 g
Riachuelo g	Final do g Século XIX g	Fazenda de gado, de g lavouras e fabricação de g queijo g	Riacho Pedra g Branca g	Homenagem a g batalha naval que g contou com a g presença do g fundador do g povoado g	São Paulo do g Potengi g	20/12/1963 g
Santa Maria g	Início do g Século XX g	Construção de BR 304 g	-g	Homenagem à g padroeira g	São Paulo do g Potengi g	21/12/1995 g
Santo Antônio g	Final do g século XVIII g	Atividades na lavoura, g criação de gado e g criação da feira g	Rios Jacu e g Jacuzinho g	Salto da Onça g	Goianinha g	05/07/1890 g
São Paulo do g Potengi g	Final do g século XIX g	Fazendas de criação de gado e lavouras g	Rio Potengi g Açude Campo g Grande g	Homenagem ao g padroeiro g	Macaíba g	30/12/1943 g
São Pedro g	Início do g Século XX g	Produção agrícola g	Açudes g	Homenagem ao g padroeiro g	São Paulo do g Potengi g	11/05/1962 g
Senador Eloi g de Souza g	Início do g século XIX g	Fazendas de criação de gado e lavouras g	Rio Jundiá g	Homenagem ao g líder político g	Presidente g Juscelino g	31/12/1958 g
Serrinha g	Meados do g século XIX g	Fonte de água na Serra g	Olho d'água no g pé da Serra. g	Acidente geográfico g	Santo Antônio g	02/10/1963 g
Várzea g	Final do g século XIX g	Atividades na lavoura e g criação de gado g	Rio Jacu e g Riacho da g Várzea g	Nome do riacho g	Goianinha g	20/12/1959 g
Vera Cruz g	Início do g século XIX g	Atividades agrícolas e g pastoris g	Riacho Vera g Cruz g	Nome do riacho g	São José de g Mipibú g	26/03/1963g

Fonte: Morais (1998); Silva (2000); Souza e Araújo (2000); Nóbrega (2003). g

Quadro 1 - Histórico da formação das cidades pequenas do Agreste Potiguar :

Os registros históricos, evidenciados no quadro anterior, indicam que a maioria g das cidades do Agreste Potiguar tiveram seus núcleos iniciais de povoamento, principalmente, g na segunda metade do Século XIX, período em que a indústria açucareira entra em crise – por g não ter acompanhado o progresso tecnológico – e ocorre a ascensão da cultura algodoeira no g cenário estadual e, particularmente, na região Agreste. g

Como mostra o quadro anterior, uma das condições fundamentais que contribuiu g para a g formação g dos aglomerados g populacionais g foram os g atributos g naturais g existentes g na g região, entre os quais destacamos: as lagoas, os brejos¹⁴ e, sobretudo, os rios. Prova disso é g que a toponímia de boa parte das cidades em análise está relacionada com a natureza ou as g tradições religiosas. g Desse g modo, as g características do quadro natural g tiveram significativa g importância para o povoamento dessa área do estado, que engloba quatro bacias hidrográficas. g Dentre os principais rios destacam-se: o Potengi/Jundiá, o Trairi, o Jacu e o Curimataú. Mais g da metade das cidades tiveram o foco inicial de povoamento ao longo das margens desses g rios. As lagoas também condicionaram o surgimento de algumas cidades do Agreste Potiguar, g como g o g caso g de g Bom g Jesus g (cujo g nome g inicialmente g era g Lagoa g de g Panelas), g Lagoa g de g Pedras, g Lagoa g Salgada, g Lagoa g D'anta g e g Monte g Alegre. g As g cidades g de g Várzea g e g Brejinho g possuem esses g nomes em g virtude g da g existência g de g muitos g brejos na área em g que g foram g assentados tais núcleos populacionais. g

A ocupação da região em foco ocorreu por volta de 1750, por meio da concessão g de g datas de terras e sesmarias, na condição de serem ocupadas e povoadas, num período de g cinco anos (COSTA e COSTA, 2005, s.p.). g Portanto, o povoamento g inicial das cidades g pequenas g ocorreu g em g virtude g da g instalação g e g desenvolvimento g das g atividades g agropastoris, g com destaque para o cultivo de algodão, feijão e milho e as fazendas de gado. O que gerou g uma g íntima g relação g dos g aglomerados g com g as g atividades g rurais. g Tal g aspecto g influenciou g

¹⁴ Corresponde aos sub-setores mais úmidos g existentes no interior do domínio semi-árido nordestino (AB g 'SABER, 1999, p. 17). g

significativamente nos hábitos, nos costumes dos habitantes e na economia das cidades, entre g outros, e, mesmo diante da queda da produção agrícola, a presença do mundo rural, que se g expressa, sobretudo, na paisagem, ainda persiste nos dias atuais. g

Outro fato que contribuiu para o surgimento dos primeiros povoados foram as g feiras livres, as quais eram realizadas periodicamente atraindo as pessoas para a g comercialização dos produtos agrícolas ou artesanais. As feiras do Bagaço, de Panelas e do g Salto da Onça são exemplos de feiras que contribuíram para formação das cidades de Monte g Alegre, Bom Jesus e Santo Antônio, respectivamente. Tais feiras permanecem até os dias g atuais e contribuem para dinamismo local, como destacaremos adiante. g

A posição intermediária do Agreste Potiguar contribuiu para que essa região se g tornasse rota de passagem praticamente obrigatória entre o Sertão e o Litoral. A historiografia g mostra que Urtigal (atual Nova Cruz) foi o primeiro povoado a surgir no Agreste Potiguar, às g margens do Rio Curimataú, tendo início com a instalação de uma hospedaria, na primeira g metade do século XVII. Moraes (1998, p. 69) afirma que essa hospedaria pertencia aos g moradores pioneiros e “[...] servia de repouso para boiadeiros da Paraíba e de Pernambuco g que passavam pela região conduzindo rebanhos de gado”. Além do descanso, muitos desses g viajantes também objetivavam se fixar nas terras devolutas. Uma das marcas desse aspecto é g que algumas cidades, no caso específico Passagem e Passa e Fica, herdaram em seus nomes g essa característica da localização. g

No que se refere à formação político-administrativa, observamos que, apesar g dessa região ter seus núcleos iniciais de ocupação no século XVII, apenas no século XIX é g que os primeiros municípios foram oficialmente criados, no caso específico, Nova Cruz e g Santo Antônio, que foram emancipados em 1868 e 1890, respectivamente. Os demais g municípios conquistaram autonomia político-administrativa no século XX. Como evidencia o g quadro anterior, até o início do século XX, o Agreste Potiguar contava com apenas dois g

municípios. Nesse período, o Rio Grande do Norte era composto por 35 municípios, que tinham como sedes: vilas ou cidades. As cidades, em número de 12, eram centros de maior expressão econômica e popularidade e as vilas, pequenos centros de comércio e administração local e de serviços menos especializados (ANDRADE, 1981, pp. 27-28). A área hoje correspondente à região Agreste Potiguar, nesse período, correspondia aos municípios de Nova Cruz, Santo Antônio e partes dos municípios de São José de Mipibú, Macaíba e Goianinha.

Nas primeiras cinco décadas do século passado, seis municípios foram criados. Na década de 1960 mais doze povoados foram oficialmente elevados à categoria de município, porém possuíam maior contingente populacional residindo em áreas agrícolas. Para se ter idéia, na década de 1970, a taxa de ruralização era de 76,16% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1970). Na década de 1990, Santa Maria, um antigo distrito de São Paulo do Potengi, foi emancipado.

Como assinalamos, anteriormente, esse processo de divisão territorial do Rio Grande do Norte foi analisado por Gomes (1997) e tomando como referência o aparato legal, a referida autora dividiu sua análise nos três períodos políticos-administrativos do Brasil, quais sejam: Colônia, Monarquia e República. Foi nesse último que ocorreu o maior número de criação de municípios no estado. Tendo em vista a flexibilidade presente na Constituição de 1946 – a qual dispensou atenção especial a essa unidade administrativa – vários municípios foram criados no Agreste Potiguar, seguindo a tendência verificada no cenário estadual. Na concepção de Gomes (1997, pp. 89), “[...] essa fragmentação atendia a dois objetivos principais: a criação e ampliação de centros de consumo e a produção/reprodução da classe política estadual e nacional”. Corroborando com essa afirmação, Bacelar (1998, p. 9) atribui esse processo ao que a mesma denominou de “desespero das oligarquias”, que visavam sobretudo a manutenção do poder político.

A exemplo do que ocorreu com a maioria dos municípios potiguares, esse processo de emancipação no Agreste Potiguar não contou com a participação popular. Tais decisões eram tomadas em pequenos grupos políticos, com vistas a atingir os objetivos de ordem pessoal, relegando a opinião e participação popular a planos secundários (NÓBREGA, 2003, p. 26). Um outro aspecto que merece ressalva é que os povoados ou distritos do Agreste Potiguar que repentinamente foram elevados à categoria de cidade não possuíam uma infraestrutura básica que garantisse o funcionamento de uma cidade, o que gerou um ônus para a União.

Teoricamente, a instituição de um município representa autonomia político-administrativa, e o, até então, povoado passa a contar com os mecanismos institucionais que podem garantir a representação dos interesses da população, possibilitando assim o exercício da cidadania. Todavia, na realidade isso não aconteceu de forma satisfatória para a maioria da população e, em alguns casos, a criação do município gerou uma série de problemas, haja vista que muitos deles não possuem estrutura, nem recursos financeiros suficientes, e quando esses existem a realidade tem demonstrado que não foram aplicados como deveriam.

Bacelar (1998) entende essa fragmentação e conseqüente formação de inúmeras cidades pequenas como um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, já que tais cidades, na maioria dos casos, são desprovidas de iniciativas locais, capazes de promover o desenvolvimento municipal.

3.3 gDESEQUILÍBRIO gREGIONAL gE gPOBREZA gESTRUTURAL gDAS gCIDADES gPEQUENAS g

Portanto, compreendemos que, no início de sua ocupação, a produção do espaço g do gAgreste gPotiguar gfoi, gde gcerta gforma, gprivilegiada g pela garticulação g dessa g região g com g a g agroindústria gaçucareira, gamparando-se gna gexpansão gda gpecuária gultra-extensiva ge gna g cotonicultura. Ao longo do tempo essa área foi se consolidando e passou a abrigar g

[...] guma gpecuária gmenos gextensiva g e guma gagricultura gque, gpoiada gno g algodão garbóreo ge gna gprodução gde galimentos, gchegou ga gassumir gcerto g significado. gEntretanto, guma grescente perda de sustentabilidade fez g essa g agricultura declinar, e a sub-região mergulhar em forte crise (MUELLER, g 1996, p. 39-40). g

A gpartir g das gconsiderações g deste g autor, gm g relação go gAgreste go g contexto gla g região gNordeste, g podemos g observar g que ga base gla geconomia glo gAgreste gPotiguar g sempre g esteve atrelada às atividades primárias e nas três últimas décadas do século XX constatamos g um considerável declínio dessa produção e conseqüente enfraquecimento do setor produtivo. g Sobre o assunto Felipe (1984, p. 86) informa: g

As crises g sucessivas gla g agroindústria g nordestina g e g norte-rio-grandense gm g particular gm seu gmomento gle g definições g para ga geconomia gle galgumas g cidades [...] quando as algodoceiras, as fábricas de óleo de algodão e oiticica, g as fábricas gle g sabão g e ga gordoarias g entram gm g processo gle galência gor g conta gle guma g série gle fatores g que estão no bojo de uma g nova divisão g interregional do trabalho. g

O declínio da indústria algodoceira teve sua eclosão entre as décadas de 1960 e g 1970 e, dentre as inúmeras causas existentes, Santos, P.(1994, p. 203) informa que “a precária g estrutura de produção e as condições de comercialização no Estado não resistiram à freqüente g oscilação g dos g preços do algodão”. Isso é g atribuído go gmovimento gle abertura glo g mercado g

brasileiro g conexão g internacional, que g ocorreu de forma g muito g passiva; g g que Bacelar g (1998) g denomina de g inserção g submissa. g A g referida g autora g afirma que g os g setores g menos g competitivos são os mais afetados e não conseguiram resistir à competição entre os mercados. g Portanto, o choque de competitividade foi dado por essa opção do Brasil de inserção submissa g no contexto da globalização da economia. g

O fim da g produção g algodoeira gerou g uma grande crise g em g toda g região semi-g árida, considerada por muitos autores como uma verdadeira tragédia. Bacelar (1998, p. 2) g esclarece que essa crise retirou “[...] a única fonte de renda monetária da grande massa de g produtores sem-terra e [...] a remuneração básica do grande produtor pecuarista”. O semi-árido g nordestino que g tinha g sua base g produtiva g apoiada g no g algodão g sofreu fortes g impactos com a g derrocada dessa cultura, dentre os principais destacam-se: g

[...] g acentuada g redução g da g atividade g e g do g emprego g rurais, g substancial g mudança nas relações de produção [...]; a *urbanização* e a *favelização* em g *pequenas* g cidades, g a g intensificação g da g concentração g fundiária g [...], g g a g desestruturação g de g atividades g associadas g à g comercialização g e g ao g processamento do algodão (MUELLER, 1996, p. 49, grifo nosso). g

No Agreste Potiguar, essa crise do setor produtivo, aliada às precárias condições g de vida, gerou uma grande emigração do campo em direção às cidades pequenas e dessas em g direção a Natal, maior centro urbano do estado. Os dados referentes à dinâmica demográfica g evidenciam que a taxa de urbanização das cidades pequenas do Agreste Potiguar, no período g entre 1970 e 2000, subiu 30 pontos percentuais. Enquanto isso, a participação da população g agrestina junto à população total do estado que, no início da década de 1970, representava g 9,62% g do g total g de g 550.184 g habitantes), g reduziu g esse g percentual g para g 7,4% g do g total g de g 2.776.782 g habitantes), g em g 2000 g (INSTITUTO g BRASILEIRO g DE g GEOGRAFIA g E g ESTATÍSTICA, g 2000). g Os g números g indicam g que, g apesar g da g população g agrestina g ter g aumentado g nesse g período g de g 49.213 g para g 205.710 g habitantes), g a g sua g participação g no g

contingente estadual vem reduzindo. Sobre esse aspecto, Bacelar (1998, p. 3) afirma que “[...] g o problema gde gdesestruturação gda greorganização gmontado gno gripé gpecuária, galgodão g agricultura de subsistência está provocando um êxodo rural”, uma vez que muitas pessoas g foram excluídas do mercado de trabalho. Na concepção da autora, estes fatores transformaram g o semi-árido numa região de profunda estagnação e com necessidade de reestruturação. g

Por outro lado, no cenário estadual, as “[...] tendências da acumulação privada, g reforçadas gpela gsempre gpresente gação gestatal gna gregião g[Nordeste], gfizeram gsurgir ge g desenvolver no RN diversos subespaços dotados de estruturas econômicas modernas e ativas, g focos gle glinamismo g[...]” g(CLEMENTINO, g2003, gp. g92). gEssas gáreas gdinâmicas gestão g localizadas gem gpontos gspecíficos gdo gterritório gestadual, gpóis gesse g “[...] gprocesso gde g modernização impõe uma seletividade tanto nas formas como nas funções” (FELIPE, 2002, p. g 230). Dentre os espaço dinâmicos destacamos: a produção de petróleo, nos municípios que g integram a Bacia Potiguar – localizados na Porção Noroeste do estado –; o pólo turístico do g Litoral Oriental – o qual tem Natal como maior expressão –; a carcinocultura desenvolvida g principalmente gnos gpincipais gestuários g g gfruticultura grrigada, gnos gales glos gios gAçu g g Mossoró. g

Pelo visto, a região em análise não foi contemplada com os focos de dinamismo, g resultantes desse gprocesso de reestruturação da gbase produtiva gestadual. E, desse modo, g podemos inferir que a produção do espaço regional concorreu para o surgimento de vários g problemas existentes, os quais se materializam no espaço, sobretudo nas cidades pequenas. g Ao estudar a estruturação do sistema de cidades no Nordeste e a relação com o padrão de g desenvolvimento econômico, Coelho (1992) esclarece que a pobreza estrutural das cidades g pequenas – consideradas pela referida autora como núcleos elementares de escoamento da g produção gagrícola g– gé guma gdas gcaracterísticas gda gpolarização gspacial gdas gatividades g

implementadas, que é[...] determinou o caráter desigual e pouco articulado do sistema de cidades” (COELHO, 1992, p. 75). g

Nas três últimas décadas do século XX, o cenário econômico do Rio Grande do Norte passou por um processo de reestruturação, no qual algumas atividades consideradas tradicionais entraram em crise e outras foram modernizadas, ao mesmo tempo em que surgiram novas atividades. Nesse período, o Rio Grande do Norte vem experimentando um padrão de desenvolvimento insustentável pelos problemas de natureza econômica, social e cultural, que produz, entre outras consequências, uma profunda exclusão social (FELIPE, 2002; CLEMENTINO, 2003), a qual possui forte embatimento no espaço das cidades e na divisão territorial do trabalho. O que levou Felipe (2002, p.236) a ressaltar que é[...] nas últimas décadas, o interior – Sertão e Agreste – viu seus municípios perderem suas expressões econômicas e também sua população”. À exceção de Mossoró, Caicó, Assu e João Câmara – devido suas potencialidades históricas, as demais cidades é[...] amargam uma situação de exclusão que comprometem sua sobrevivência”. g

Sendo assim, entendemos que a reestruturação produtiva gerou impactos negativos para a região semi-árida, a qual faz um contraste enorme com os pólos dinâmicos do estado (Bacelar, 1998, p. 4). Essa heterogeneidade presente no cenário potiguar tem aumentado consideravelmente “[...] em face da convivência pacífica, ou não, das manchas de modernidade com estruturas tradicionais” (CLEMENTINO, 2003, p. 398). Conforme a referida autora, as novas dinâmicas não alteraram é[...] a espacialidade intra-estadual, as diferenciações internas e suas tendências [...]” (CLEMENTINO, 2003, p. 398). g

Ao discorrer sobre os espaços da globalização no Rio Grande do Norte, Felipe (2002) destaca a ausência de processos produtivos, em grande parte do território estadual, principalmente no Agreste. O mesmo autor afirma que muitos trabalhadores dessa região resistem à mudança e é[...] basicamente sobrevivem do complexo produtivo e pecuária e g

agricultura gde sequeiro (milho, feijão e gmandioca), ficando no final quase sem excedentes g para levar ao mercado” (FELIPE, 2002, p. 232). g

Na compreensão de Coelho (1992, p. 89, grifo do autor), essa concentração das g atividades gprodutivas gem g determinadas g áreas gdo g espaço, gadvinda gdesse g movimento gde g reestruturação, gmostrou-se g mais g nociva g para g as g cidades g pequenas, g determinando g “[...] g a g *função* que esses núcleos exercem dentro da estrutura do sistema urbano nordestino – a de g servirem de escoadouro da produção agrícola”. Esse quadro de referência contribui para que g os mais baixos níveis de renda do Nordeste sejam encontrados nas cidades pequenas. A base g econômica g dessas g cidades, ga g maioria g inseridas g nas g áreas g onde g não g houve g mudanças g econômicas significativas, apóia-se nas aposentadorias e nas transferências governamentais g (FPM e ICMS) como elementos que movimentam a vida econômica local (CLEMENTINO, g 2003, p. 398). g

Com g base gem g Gomes g (1997), g percebemos g que ga g ausência gde gum g suporte g econômico que corresponda às necessidades urbanas faz com que tais cidades pequenas do g Rio Grande do Norte, seguindo a tendência do Nordeste, tenham atividades urbanas limitadas g à prestação de serviços menos complexos. g

Clementino (2003, p. 399) afirma enfaticamente que g

[...] as transformações ocorridas de forma seletiva – setorial e, espacialmente g pouco g contribuíram g para g corrigir g distorções g na g fragmentada, g refeita g e g dispersa rede urbana potiguar. As relações econômicas e funcionais entre a g Grande Natal e o *hinterland* potiguar se dão sobre forte liderança de Natal, g devido à sua importância econômica e concentração dos serviços públicos, g que têm uma posição marcante no tecido socioeconômico estadual. g

Em contrapartida, seguindo as tendências do Brasil, o semi-árido potiguar vem g sendo g relegado g ao g esquecimento g (BACELAR, g 1998, p. g7), g pois, g aliado g à g errocada g das g economias g tradicionais, sobretudo, a produção g agrícola e pastoril, g nas últimas g décadas o g

Estado tem vivenciado uma crise, tanto do ponto de vista da promoção de desenvolvimento, g quanto na sua função de provedor dos serviços essenciais. g

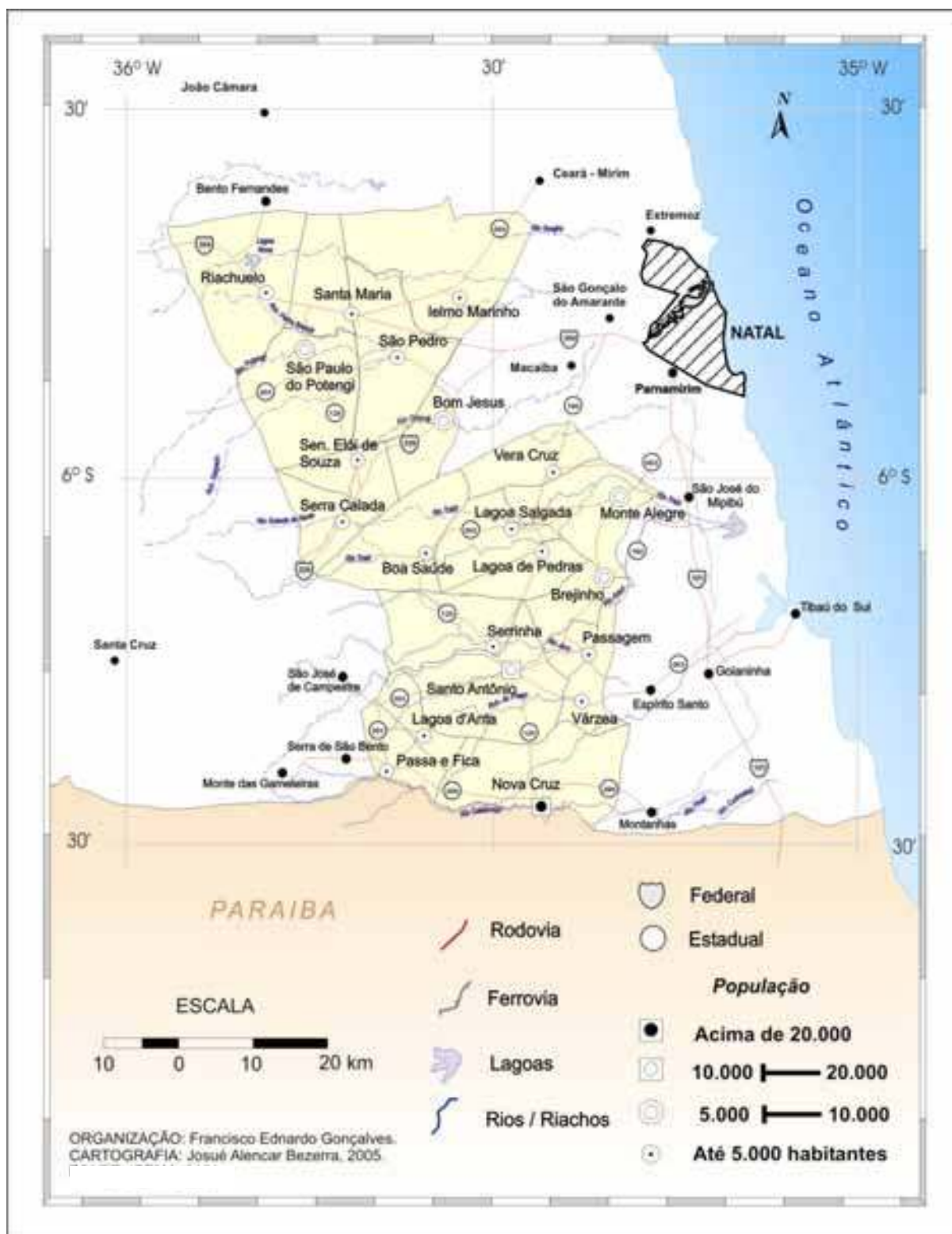
A partir da realidade observada e com base nos autores analisados, apreendemos a g região gAgreste gcomo gum gverdadeiro g espaço gle g exclusão, g frente gos g avanços gla g economia global. gDesse gmodo, g entendemos gque gas g mudanças gno g processo gprodutivo ge gas g crises g econômicas delas resultante, aliadas à insuficiência das políticas públicas, concorreram para a g existência de um verdadeiro “conflito” entre a estrutura física urbana das cidades pequenas e a g dinâmica da vida social. Verificamos, portanto, um grande descompasso entre as cidades e a g dinâmica dos homens, pois, em virtude da carência de recursos financeiros – para ampliar a g estrutura urbana e deixá-la em condições de atendimento ao quadro social –, a infra-estrutura g urbana g não g consegue g acompanhar ga g dinâmica gsocial gla g sociedade, gque gestá g sempre gem g movimento. g

Seguindo ga tendência gobservada no g contexto gnacional, ga população glo gAgreste g Potiguar g cresceu, gnesses g últimos ganos, gsobretudo, ga g população gresidente gnas g áreas g consideradas urbanas. O problema reside no fato de que a infra-estrutura de tais cidades não g acompanhou esse crescimento populacional, não tendo sido ampliada para atender a demanda g da sociedade. É nesse conflito que encontramos uma das causas da problemática regional que g envolve go gAgreste gPotiguar, ga g qual gem gas g cidades gcomo g expressão gnais gnarcante glesse g processo dialético. g

4 O PERFIL URBANO DAS CIDADES PEQUENAS DO AGRESTE POTIGUAR :

A produção do espaço regional do Agreste Potiguar possibilitou o surgimento das cidades pequenas, as quais convivem com sérios problemas de natureza socioespacial. Depois de analisar a formação histórica desse espaço regional e de suas cidades, nessa seção do trabalho, faremos uma caracterização socioespacial urbana das cidades que integram a região em análise. Para detectar a configuração espacial do urbano nas cidades pequenas do Agreste Potiguar recorreremos aos dados estatísticos disponíveis, às informações obtidas junto à população local e às observações sistemáticas, realizadas nessas cidades durante os estudos de campo. Nossa análise percorrerá um caminho que contempla a esfera econômica, a dinâmica populacional, os principais aspectos sociais (saúde, educação e segurança), o quadro ambiental, culminando com a discussão a respeito dos principais aspectos visíveis do espaço e as impressões que obtivemos sobre a vida cotidiana predominantes nas cidades pequenas do Agreste Potiguar. No que se refere a esse último aspecto, privilegiamos os momentos de maior mobilidade do espaço, como as feiras livres e as festas populares. Por se tratar de uma área com vinte e uma cidades, nossas considerações corresponderão às características comuns observadas no contexto regional, porém sempre que necessário enfatizaremos os casos específicos, tendo em vista suas particularidades ou, em alguns casos, devido à necessidade de ilustração.

Para facilitar a apreensão dessa caracterização, inicialmente mostramos o mapa da região Agreste Potiguar, destacando, entre outros aspectos, a localização das cidades, e seus respectivos contingentes populacionais, a infra-estrutura viária e os principais cursos d'água.



Fonte: RIO GRANDE DO NORTE, 2001. g

Mapa 2 – Agreste Potiguar: as cidades pequenas e o contexto regional :

Devido à sua configuração alongada no sentido norte-sul, as distâncias entre Natal e as cidades que compõem o Agreste Potiguar são muito variáveis. Enquanto Ielmo Marinho, Monte Alegre e Vera Cruz distam menos de 50 quilômetros, Lagoa d'Anta, Passa e Fica e Nova Cruz, localizadas ao sul da área em estudo, distam entre 104 a 120 quilômetros. Apesar dessas diferenças, podemos verificar que a região em foco, na sua totalidade, mantém estreitas vinculações com a capital, sobretudo, por meio do fluxo constante de transportes de passageiros e de particulares. Este intercâmbio é histórico, uma vez que foi a partir das relações entre o Agreste, fornecedor de produtos vegetais e animais, e Natal, principal centro urbano do estado, que o espaço regional agrestino foi sendo estruturado. Atualmente, o Agreste Potiguar dispõe de duas rodovias federais asfaltadas: a BR 304, que atende, principalmente, aos municípios de Santa Maria, São Paulo do Potengi, Ielmo Marinho e Riachuelo, além da BR 226, que atende Bom Jesus, Senador Elói de Souza e Presidente Juscelino. A BR 101, mesmo localizada na periferia da região, possibilita aos municípios situados mais à leste, notadamente Monte Alegre, Brejinho, Santo Antônio e Nova Cruz, um acesso mais fácil a Natal.

Embora dispondo desses três grandes eixos de circulação, ressaltamos que, no interior da região em análise, a maior parte das ligações é realizada por meio de rodovias estaduais e das estradas carroçáveis. Dentre as quais destaca-se a RN 120, que interliga Presidente Juscelino a Nova Cruz, sendo a mais extensa, além da RN 01, RN 02, RN 03, RN 160, RN 317 e RN 203. Muitos trechos dessas rodovias estaduais – por exemplo, o acesso a Ielmo Marinho e o trecho entre Januário Cicco e Serrinha – encontram-se em situação extremamente precária, o que dificulta a circulação de automóveis. Além disso, boa parte dos trechos da RN 120 entre Santo Antônio e Nova Cruz e da RN 203 entre São Pedro e São Paulo do Potengi não possuem acostamento, o que torna o tráfego arriscado.

Em virtude das transformações implementadas no cenário estadual, ao longo dos g últimos trinta anos, as interações entre as cidades do Agreste Potiguar e Natal intensificaram-g se em gdiversos gsegmentos. gUm gdeles é go gconstante gfluxo gde gtrabalhadores, gobservado g diariamente, sobretudo no início e no fim da semana, o que garante às cidades do Agreste g Potiguar a função de residência da força de trabalho. Um outro segmento que expressa tal g interação gexplica-se, gsobretudo, em virtude gla gfraca base gprodutiva g gdeficitária gestrutura g urbana das cidades pequenas do Agreste Potiguar, as quais não atendem gà demanda da g população, gerando assim uma forte dependência em relação à capital, principalmente no que g se refere aos setores de empregos, educação e saúde. g

A tranquilidade – por vezes aparente – e a sensação de estagnação ou de atraso da g cidade são as impressões imediatas que chamam a atenção de uma pessoa que mora numa g cidade grande, ou de porte médio, e visita uma das cidades pequenas do Agreste Potiguar. g Utilizando gas gpóprias galavras glos gmoradores, g a g impressão que gemos é que gas gcidades g estacionaram no tempo e “não vão para frente”. Esse aspecto pode ser comparado com o que g Santos, M. (2002) chamou de “tempo lento”, isto é, o ritmo de vida das pessoas, do trabalho, g da economia, das instituições, que funcionam mais lentamente do que o tempo nas grandes g cidades. gComo gfirmou gSalgueiro g(2003, p. g100) nas gcidades gpequenas g “[...] g o gtempo g não g passa tão depressa g como ga grande gmetrópole”. gEsse é gum glos traços característicos mais g marcantes nas cidades analisadas. g

Entendemos que o fraco dinamismo econômico dessas cidades, aliado a outros g fatores, serve para explicar essa impressão de estagnação. A falência da economia tradicional g (cultura algodoeira), a manutenção de estruturas arcaicas (concentração da terra e exploração g do trabalhador) e a concentração de investimentos públicos em Natal são apontados por Felipe g (2002) como os principais fatores que provocam essa situação nas cidades interioranas do Rio g Grande glo gNorte. gAtualmente, g a gustentação g econômica gas gcidades gpequenas glo gAgreste g

Potiguar está calcada na pecuária, na agricultura de sequeiro (milho, feijão e mandioca), nos g empregos públicos (estaduais e municipais), nas aposentadorias e no pequeno comércio local. g Prosseguindo essa caracterização, faremos uma análise da economia das cidades investigadas: g

4.1 ECONOMIA: ASCENSÃO E DECLÍNIO g

Desde o início de sua ocupação, a economia das cidades pequenas do Agreste g Potiguar gesteve g direcionada à produção g primária, g com g destaque g para g as g atividades g agropastoris. g Apesar g da g acentuada g redução g da g produção g agrícola, g os g produtos g gerados g no g campo g e g a g vida g rural g ainda g exercem g forte g influência g no g perfil g das g cidades g em g análise. g As g culturas g desenvolvidas g no g Agreste g Potiguar g podem g ser g divididas g em g culturas g permanentes g e g culturas g temporárias, as quais têm o excedente comercializado em Natal, ou nas feiras livres g da região. g

A g respeito g das g culturas g permanentes, g os g dados g levantados g junto g aos g Censos g Agropecuários do IBGE (1975, 1985 e 1995/96) indicam que as culturas mais expressivas g desenvolvidas na região são: a castanha-de-caju, a laranja, o limão e o mamão. O cultivo do g mamão, da castanha-de-caju e da laranja vem se ampliando nas últimas décadas, enquanto as g demais g culturas g permanecem g estáveis – a exemplo da produção de limão – ou em declínio g como g ocorreu g com g o g algodão g arbóreo g e g o g agave, g culturas g que g praticamente g desapareceram g da g região. g

Na década de 1970, dentre as culturas permanentes mais representativas estava a g castanha-de-caju, cuja produção correspondeu a 9,15%, (1.538 toneladas) do total produzido g no g estado, g que g foi g de g 16.807 g toneladas. g Com g 1.353 g toneladas, g (88% g do g total g regional), g Vera g cruz g foi g o g município g que g mais g produziu g a g castanha-de-caju. g Na g década g seguinte, g tal g cultura g

teve redução na sua produção para 931 toneladas, que correspondeu a 6,9% da produção estadual. Na última década analisada, houve um sensível aumento desse produto para 2.445 toneladas, as quais correspondiam a 9,14% do total produzido no Rio Grande do Norte. g

Enquanto a produção de laranja no estado vem diminuindo, a quantidade produzida no Agreste oscilou no período em análise. Em 1975, a região em foco produziu 326.000 frutos, equivalente a 5,3% da produção estadual. Em 1985, o percentual produzido na região foi para 876.000 frutos, que correspondiam a 4,22%, do total estadual. E, em 1995/96, a produção regional de laranja diminuiu e passou a representar 9,6% do cenário estadual. g

A produção de limão tem se demonstrado instável, no período em análise. Inicialmente, diminuiu de 254.000 frutos, em 1975, para 79.000 frutos, em 1985 e, recentemente, aumentou para 135.000 frutos, em 1995/96, os quais equivalem a 10,68% da produção estadual – 1.264.000 frutos. g

No que se refere à produção de mamão, esta tem aumentado ao decorrer do período analisado, sobretudo na última década, pois a produção que, em 1985, era de 70.000 frutos, subiu para 876.000 frutos em 1995/96, os quais correspondem a 9,4% da produção estadual – 9.314.000 frutos. g

No que tange às culturas temporárias, o algodão herbáceo, a batata-doce, o feijão, a mandioca e o milho são as principais culturas temporárias desenvolvidas no Agreste Potiguar. Sendo que as três últimas correspondem aos únicos produtos cultivados atualmente em todos os municípios da região. Dentre esses produtos, o milho aumentou progressivamente sua produção nas três décadas em análise. A produção de mandioca se manteve estável, já as produções de feijão e de batata-doce apresentaram uma oscilação favorável e, na última década analisada, sofreram redução na quantidade produzida. O algodão herbáceo, o mais importante cultura agrícola do Agreste Potiguar na década de 1970, teve sua produção g

drasticamente reduzida, fato que se accentuou ao longo do período em análise, o que destacaremos posteriormente. g

Em se tratando da produção de batata-doce, a análise dos dados mostra que a participação da produção regional junto à produção do estado aumentou de 6,26% (1.510 toneladas) em 1975 para 11,84% (2.452 toneladas) em 1985 e para 25% (2.323 toneladas), em 1995/96. g

A produção de milho apresentou uma considerável ampliação, tanto no que diz respeito à área colhida – que ampliou de 9.200 para 17.223 hectares – quanto na produção. g Em 1975, a quantidade de milho produzida nos municípios do Agreste Potiguar, que foi de 2.561 toneladas, representava 5,27% da produção total do estado. g Esse percentual foi ampliado para 7,41% em 1985, o que correspondia a 2.912 toneladas (de um total de 39.298 toneladas). No último Censo Agropecuário, o Agreste Potiguar aumentou sua produção para 7.365 toneladas de milho, o que representou 13,52% da produção estadual (54.452 toneladas). g Santo Antônio é o maior produtor de milho na região. Com 1.645 toneladas produzidas em 1995/96 esse município foi responsável por 22,33% da produção regional (7.365 toneladas). g

O feijão é outra cultura bastante desenvolvida no Agreste Potiguar e, no período analisado, sua produção apresentou oscilação. O percentual junto à produção total do estado que era de 10,31% (3.122 toneladas) em 1975, passou para 70,23% (21.573 toneladas) em 1985 e reduziu para 14,84% (4.558 toneladas) em 1995/96. Nesse último ano, os municípios que apresentaram os mais expressivos números foram Presidente Juscelino e Januário Cicco, g os quais produziram, respectivamente, 441 e 457 toneladas. g

No que se refere ao cultivo da mandioca, apesar da quantidade produzida no Agreste Potiguar ter aumentado entre 1975 e 1985 – de 49.231 para 92.385 toneladas – no decênio seguinte (1985 a 1995/96) sua produção foi reduzida em mais de 40.000 toneladas. g Esta oscilação também foi acompanhada pela diminuição de mais de 5.000 hectares da área g

colhida. Mesmo assim, os dados indicam que essa cultura é a mais expressiva da região, já que do total produzido no Rio Grande do Norte – correspondente a 130.450 toneladas, em 1995/96 – 40,54% (52.891 toneladas) foi proveniente dos municípios do Agreste Potiguar. g

Dentre as culturas desenvolvidas na região em análise, o cultivo do algodão chama particular atenção. A área destinada à cotonicultura, em 1975, no estado aproximava-se dos 70.000 hectares, dentre os quais 47% (32.563 hectares) correspondiam às terras do Agreste Potiguar. A área produzida no Rio Grande do Norte, em 1995/96, foi muito inferior a esse número chegando a 6.775 hectares dos quais apenas 0,3% (390 hectares) estavam concentrados no Agreste Potiguar. A quantidade produzida também diminuiu significativamente. Enquanto o estado produziu 1.816 toneladas em 1975, a região em análise produziu 1.416 toneladas, mais da metade do total produzido no estado, sendo, portanto, o produto mais expressivo do Agreste Potiguar naquele ano. A elevada quantidade produzida de 52%, junto a produção estadual, foi reduzida para apenas 2% (156 toneladas) em 1995/96, quando o estado produziu 6.373 toneladas. g

Essa redução da produtividade do algodão interferiu significativamente na dinâmica econômica dos municípios, em virtude da redução dos empregos e da falência de muitos agricultores, o que gerou fortes impactos, sobretudo, nas cidades. Conforme as observações realizadas em muitos municípios do Agreste Potiguar, as áreas cultivadas com algodão foram substituídas, nos últimos anos, por pastagem ou por cultivo de outros produtos agrícolas, como é o caso da mandioca. g

A análise dos dados disponíveis mostra que, nos últimos anos, vem ocorrendo uma modificação no quadro agrário do Agreste Potiguar, havendo portanto uma expansão da pecuária, uma das mais tradicionais atividades econômicas do Rio Grande do Norte. Como explica Melo (1980, p.67), o predomínio da espécie bovina torna o vocábulo bovinocultura praticamente sinônimo de pecuária. Segundo o referido autor, g“[...] diferentemente de g

qualquer espécie vegetal cultivada, a espécie bovina constitui um [...] gado comum e onipresente nas estruturas econômicas rurais e, implicitamente, nos sistemas de uso da terra ou de exploração de recursos” (MELO, 1980, p.67).

Os dados revelam que no período de 1975 e 1995/96 houve um contínuo incremento do rebanho bovino na região. A quantidade de cabeças existentes, que em 1975 era de 100.162 animais, aumentou 36,18% em 1985, passando a contar com 136.403 cabeças, e chegou a 146.452 cabeças em 1995/96. Isso corresponde a um aumento de 46,21% no período em análise. Santo Antônio, com 14.665 cabeças, e Monte Alegre com 14.210 são os municípios mais expressivos. Esse aumento da produção bovina no Agreste Potiguar não foi acompanhado no cenário estadual, uma vez que, entre as décadas de 1970 e 1980, a quantidade de gado bovino aumentou 24% e reduziu 20,61% entre 1985 e 1995/96, de 909.613 para a 722.058 cabeças.

O gado serve ganto para a produção leiteira, quanto para o abate. Segundo o depoimento dos moradores, nos últimos anos, vem existindo um interesse maior por parte dos grandes fazendeiros em desenvolver a pecuária leiteira, transformando suas propriedades em vacarias. A expansão da pecuária pode ser atribuída tanto a fatores internos como externos, alguns dos quais decorrem dos problemas que os proprietários rurais enfrentam na agricultura. Entre a série de vantagens apresentadas pela criação, em relação à atividade agrícola, podemos mencionar o fato de ocupar menos mão-de-obra e de exigir menores encargos e assistência, tornando-se, conseqüentemente, menos onerosa para os agricultores.

O Programa do Leite – considerado por Clementino (2003), com um dos programas governamentais mitigadores destinados à área sertaneja – também teve influência na expansão da pecuária. Tal programa vem promovendo mudanças significativas na produção pecuarista, que está mais direcionada à produção de leite. Todavia, como explica Clementino (2003, p. 397) “[...] os pequenos produtores, reideiros e parceiros continuam g

produzindo, sem conseguir, contudo, acumular: descapitalizados ao final de cada ciclo produtivo, são incapazes de dispor de reservas, para enfrentar um ano seco”.

Um outro aspecto que evidencia o desenvolvimento da pecuária são as vaquejadas e feiras de animais que são realizadas periodicamente, sobretudo, na última década. Nascidas nas fazendas do semi-árido nordestino, como uma necessidade de trabalho do vaqueiro, atualmente, a vaquejada vem “[...] perdendo seu caráter de festa de vaqueiros e tornando-se cada vez mais um evento de exibição nas cidades” (MAIA, 2003, p. 69). Tais eventos seguem um calendário e dinamizam a vida nas cidades do Agreste Potiguar. Praticamente todas as cidades possuem em seus arredores um parque de vaquejada. Em algumas delas, como em Santo Antônio, o parque de vaquejada se encontra inserido no próprio núcleo urbano. A figura abaixo mostra o gado na vaquejada de Passa e Fica, realizada em agosto de 2003.



Foto: Francisco Ednardo, 2003.

Figura 1 – Gado bovino, que participa da vaquejada em Passa e Fica:

No que tange à economia agrícola, percebemos que, neste setor, à exceção da batata-doce, do milho e do mamão, as demais culturas da região apresentaram decréscimo em sua produção, por vezes acompanhada de uma redução na área cultivada. A título de exemplo, observamos que, no período em análise, a cultura do sisal ou agave praticamente desapareceu, não sendo mais produzida em grandes propriedades. Os dados estatísticos correspondentes

aos anos de 1975 e 1985 revelam que a área colhida não chegou a 1 hectare e a quantidade g produzida não ultrapassou 2 toneladas, o que correspondia, nesse último ano, a 0,02% da g produção total do estado, que foi de 7.306 toneladas. No Censo Agropecuário de 1995/96 não há registros de produção desse produto no Agreste Potiguar. g

Diversos fatores contribuíram para o declínio da produção agrícola. No que se g refere ao algodão, Clementino (2003, p. 397) aponta “[...] a presença do bicudo e as alterações g na demanda, no padrão tecnológico e empresarial da indústria têxtil, modernizada no Estado g e, mais recentemente, as políticas associadas ao Plano Real”, como as principais causas para g seu declínio. Além desses fatores, a adoção de técnicas rotineiras – por parte dos agricultores, g o que se reflete imediatamente no progressivo esgotamento dos solos e na baixa produtividade g – g as g influências g extra-regionais, g fruto g das g mudanças g ocorridas g na g divisão territorial g do g trabalho, também concorrem para tal. A consolidação do Vale do Açu e de Mossoró como g pólos g agrícolas, que g têm g a g fruticultura g irrigada g destinada g à g exportação, g tiveram g influência g nesse processo. Portanto, tais fatores reunidos constituem as causas básicas que bloqueiam o g desenvolvimento do setor agrícola na região Agreste Potiguar. Desse modo, percebemos que a g crise na agricultura tem, em parte, contribuído para que a configuração das cidades apresente g essa aparência de estagnação. g

Corroborando g com g a g situação g da g economia g agrícola, g os g demais g setores g da g economia também possuem fraco dinamismo nas cidades pequenas do Agreste Potiguar: o g setor secundário não possui expressividade e o terciário é pouco diversificado. g

Na g maioria g das g cidades g analisadas, g as g raras g indústrias g existentes g estão g fundamentadas, principalmente, nos setores g de beneficiamento de g gêneros alimentícios. As g casas g de farinha g constituem-se g num g traço g característico g e g se g encontram g dispersas g nas g proximidades g dos g núcleos g urbanos g ou g em g alguns g casos, g como g em g Brejinho g e g em g Lagoa g de g Anta, estão inseridas no tecido urbano, com mostra a figura a seguir: g



Foto: Francisco Ednardo, 2003.E

Figura 2 – Casa de farinha no núcleo urbano de Lagoa d'Anta

Essa influência vem graças ao milho, pois, como mencionamos anteriormente, a mandioca é o produto agrícola mais representativo da região em análise. Por isso, a farinha do Agreste, sobretudo a de Brejinho, tornou-se um produto característico da região, passando a ser comercializado em várias cidades do Rio Grande do Norte e até mesmo em outros estados.

Ainda sobre as indústrias, o Cadastro Central de Empresas (IBGE, 1999) revela que o Agreste Potiguar contava com 57 indústrias de transformação, as quais correspondiam a 1,67% do total existentes no estado (3.407 indústrias). Como indica a tabela a seguir, o maior número de registros foi encontrado em Vera Cruz, Nova Cruz e Monte Alegre.

Tabela 1 – Cadastro Central de Empresas do Agreste Potiguar, 1999.:

Unidade geográfica g	Sedes de empresas com CNPJ g															
	Total g	agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal g	pescaria g	indústrias extrativas g	indústrias de transformação g	produção e distribuição de eletricidade, gás e água g	construção g	comércio; reparação de veículos g e automotivos, objetos pessoais e domésticos g	alojamento e alimentação g	comunicação, transporte, armazenagem e correio g	intermediação financeira g	atividades imobiliárias, aluguel e serviços prestados às empresas g	administração pública, defesa e seguridade social g	educação g	saúde e serviços sociais g	outros serviços coletivos, sociais e pessoais g
Rio G. do Norte g	44.549 g	407 g	71 g	267 g	3.407 E	159 g	1.406 g	24.361 g	2.076 g	1.379 g	1.329 g	3.210 g	390 g	970 g	1.157 g	3.960 g
Agreste g	1131 :	7 :	1 :	1 :	57 :	1 :	35 :	786 :	33 :	9 :	3 :	26 :	27 :	32 :	17 :	98 :
Bom Jesus g	56 g	1 g	- g	- g	2 E	- g	- g	41	3 g	1	- g	2 g	2	2	1 g	1 g
Brejinho g	63 g	- g	- g	- g	3 E	1	4 g	42	- g	3	- g	3 g	1	1	1 g	4 g
Ielmo Marinho g	10 g	2 g	- g	- g	- E	-	- g	5	-	-	- g	1 g	-	-	- g	2 g
Januário g	20 g	- g	- g	- g	1 E	-	1 g	14	- g	-	- g	1 g	1	-	- g	3 g
Lagoa d'Anta g	21 g	- g	- g	- g	- E	-	- g	19	- g	-	- g	- g	1	-	- g	1 g
Lagoa de Pedras g	18 g	- g	- g	- g	- E	-	2 g	12	- g	-	- g	1 g	1	-	- g	1 g
Lagoa Salgada g	36 g	- g	- g	- g	1 E	-	- g	32	-	-	- g	- g	-	-	- g	3 g
Monte Alegre g	66 g	2 g	- g	- g	8 E	-	3 g	43	2 g	- g	- g	3 g	1	2	1 g	1 g
Nova Cruz g	265 g	- g	- g	- g	9 E	- g	6 g	210 g	6 g	1 g	1 g	5 g	1	6 g	3 g	17 g
Passa e Fica g	45 g	- g	- g	- g	3 E	-	5 g	32	- g	- g	- g	1 g	2	1	- g	1 g
Passagem g	17 g	- g	- g	- g	- E	-	1 g	8	- g	-	- g	- g	2	2	- g	4 g
Pres. Juscelino g	21 g	- g	- g	- g	- E	-	- g	15	1 g	-	- g	- g	2	-	- g	3 g
Riachuelo g	22 g	- g	- g	- g	1 E	-	- g	10	1 g	-	- g	1 g	1	-	2 g	6 g
Santa Maria g	10 g	- g	- g	- g	- E	-	- g	8	-	-	- g	- g	1	-	- g	1 g
Santo Antônio g	137 g	1 g	- g	- g	5 E	- g	2 g	102 g	1 g	2 g	- g	2 g	2	10 g	2 g	8 g
São P. Potengi g	130 g	- g	1 g	- g	6 E	- g	6 g	77 g	5 g	1 g	- g	3 g	1	3 g	4 g	25 g
São Pedro g	29 g	- g	- g	- g	1 E	- g	- g	17	2 g	- g	- g	1 g	1	1	1 g	5 g
Senador E. Souza g	14 g	- g	- g	- g	2 E	-	- g	7	- g	-	- g	1 g	2	-	- g	2 g
Serrinha g	34 g	1 g	- g	1 g	3 E	-	3 g	18	- g	- g	- g	- g	2	1	2 g	3 g
Várzea g	29 g	- g	- g	- g	2 E	-	- g	20	- g	-	- g	- g	2	3	- g	2 g
Vera Cruz g	88 g	- g	- g	- g	10 E	- g	2 g	54	12 g	1 g	2 g	1 g	1	- g	- g	5 g

Fonte: IBGE, 1999.g

O Cadastro Central de Empresas evidencia a existência de 1.131 empresas cadastradas no Agreste Potiguar, o que corresponde apenas a 2,35% do total registrado no Rio Grande do Norte. Os ramos de empresas mais expressivos no Agreste Potiguar englobam o setor de comércio, de reparação de veículos automotores, de objetos pessoais e domésticos que equivalem a 69,5% das sedes de empresas com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Timidamente, integram o total de empresas do quadro regional as empresas direcionadas à indústria de transformação (com 5% do total da região); o setor de construção (com 3%); o setor de alojamento e alimentação (com 2,9%); o de educação (com 2,8%), entre outros (IBGE, 1999).

Dentre as cidades analisadas, Nova Cruz com 65 empresas (23,43% do total regional), Santo Antônio com 37 (12,11%) e São Paulo do Potengi com 30 (11,49%) concentram o maior número de empresas. Ielmo Marinho e Santa Maria com 10 unidades cada (0,88%), ao lado de Senador Elói de Souza com 14 unidades (1,23%) apresentam os menores números.

Na maioria das cidades analisadas, o setor terciário é composto pela prestação de serviços simples e pelo funcionalismo público, o qual corresponde a uma grande parcela do setor de empregos disponíveis nas cidades pequenas do Agreste Potiguar. Os estabelecimentos existentes requerem pouca mão-de-obra. Neles predomina o caráter familiar, isto é, os funcionários, na maioria das vezes, são parentes do proprietário do estabelecimento comercial.

Ao analisarmos o setor terciário, observamos um fraco movimento comercial na maioria das sedes municipais, que evidencia o baixo nível do poder aquisitivo da maioria de seus habitantes. Mesmo assim, a sua dinâmica ocorre por meio do comércio varejista e atacadista estabelecido e do comércio popular que se realiza nas feiras semanais (mercados g

periódicos), as quais ocorrem na maioria das cidades e dinamizam a economia do Agreste g Potiguar, como ressaltaremos posteriormente. g

O que movimenta esse comércio, assim como a vida econômica de tais cidades, g são os recursos provenientes do funcionalismo público (municipal e estadual) e dos benefícios g e gposentadorias. gA respeito glos gposentados, gm gnuitos gcasos gobservados, gão gles gque g sustentam a família, assegurando assim uma renda mínima, porém permanente. O número de g benefícios g gposentadorias gpagos g é gnuito gvariável g durante gm gno, gá gque gmensalmente g novas gpessoas gão gncuídas ga relação de gbeneficiados g outros gleixam gle receber, gpor g motivo de óbito. Como assinala a tabela 2, em fevereiro de 2003, registramos um total de g 31.681 gbenefícios gpagos go Agreste gPotiguar, g que gquivalia g 8,46% go total gestadual g (372.905 gbenefícios), os gquais gtotalizavam gm galor gle R\$ 6.531.793,33 (seis gmilhões gle g reais, quinhentos e trinta e um mil, setecentos e noventa e três reais e trinta e três centavos). g

Tabela 2 – Quantidade x valor de benefícios por municípios do Agreste Potiguar, fevereiro de 2003.:

Unidade geográfica g	População total g	Quantidade g	Valor R\$ g
Rio Grande do Norte g	2.776.782 g	372.905 g	93.590.251,39 g
Agreste Potiguar g	205.710 g	31.681 g	6.531.793,33 g
Bom Jesus g	8.608 g	1.277 g	259.632,06 g
Brejinho g	10.317 g	770 g	153.144,66 g
Ielmo Marinho g	10.249 g	952 g	189.397,00 g
Januário Cicco g	7.687 g	1.076 g	213.704,65 g
Lagoa d'Anta g	5.629 g	528 g	105.232,04 g
Lagoa de Pedras g	6.395 g	795 g	157.336,00 g
Lagoa Salgada g	6.808 g	948 g	187.006,04 g
Monte Alegre g	18.874 g	2.582 g	548.824,39 g
Nova Cruz g	33.834 g	6.499 g	1.378.257,65 g
Passa e Fica g	8.329 g	1.207 g	239.347,29 g
Passagem g	2.691 g	311 g	63.313,98 g
Presidente Juscelino g	7.005 g	1.099 g	220.035,12 g
Riachuelo g	5.760 g	651 g	129.695,31 g
Santa Maria g	3.778 g	60 g	13.025,32 g
Santo Antônio g	20.107 g	5.351 g	1.117.076,05 g
São Paulo do Potengi g	13.822 g	3.065 g	655.941,83 g
São Pedro g	6.776 g	868 g	171.848,50 g
Senador Eloi de Souza g	5.028 g	534 g	105.592,65 g
Serrinha g	7.253 g	857 g	171.763,01 g
Várzea g	8.238 g	1.127 g	223.420,80 g
Vera Cruz g	8.522 g	1.124 g	228.198,98 g

Fonte: SINTESE Gold – Sistema Integrado de Tratamento Estatístico de Séries Estratégicas, 2003. g

Comparando esses dados com a população total do Agreste Potiguar em 2000, g observamos que 15,4% da população foi contemplada com os benefícios pagos. Na média g estadual esse percentual foi menor, correspondendo a 13,42%. Dentre as cidades em análise, g Santo Antônio, com 26,61% (5.351 benefícios pagos); São Paulo do Potengi, com 22,17% g (3.065 gbenefícios) e Nova gCruz com gl9,201% g(6.499 gbenefícios) gforam as cidades que g apresentaram os gmaiores gpercentuais de benefícios pagos em relação g população gtotal gdo g município. g

Esses benefícios são pagos no início de cada mês, nas agências dos Correios ou g nas agências bancárias. Apenas as cidades de Monte Alegre, Nova Cruz, Santo Antônio e São g Paulo do Potengi possuem agências bancárias, as quais de certa forma garantem a tais cidades g um certo g poder gde atração gde pessoas g dentro gdo contexto g regional g junto aos municípios g vizinhos. gNos gl dias gde pagamento gas cidades g recebem gum gfluxo grelativamente g maior gde g

peessoas, o que dinamiza o comércio local. Observamos que, nas proximidades das agências g dos Correios ou das agências bancárias são instaladas várias barracas, que comercializam g diversos produtos. Nesses dias, também é comum encontrarmos alguns comerciantes (donos g de bodegas, vendedores de confecções, donos de bares, entre outros) nos locais de pagamento, g esperando receber glos apresentados g pagamento das contas do mês. É notório, como os g estabelecimentos comerciais, sobretudo os destinados à venda de gêneros alimentícios g (supermercados, mercearias e bodegas), tem o movimento comercial ampliado nesses dias de g pagamento, sendo superior aos demais dias do mês. Esse dinamismo também é perceptível g nas feiras livres, as quais serão analisadas posteriormente. g

A economia das cidades pequenas do Agreste Potiguar é pouco expressiva, se g comparada com o que ocorre em outras áreas do Rio Grande do Norte. Desse modo, g percebemos que o fraco dinamismo econômico contribui para que as cidades possuam g a aparência de estagnação. Outro fator que concorre para tal é a própria dinâmica populacional, g entre as décadas de 1970 e 2000, como destacaremos a seguir. g

3.2 DINÂMICA POPULACIONAL g

Os g números g referentes g à g dinâmica g populacional g também g são g um g reflexo g e g condicionante dessa situação de fraco dinamismo presente nas cidades pequenas. Seguindo a g tendência nacional, a população total do Agreste Potiguar vem aumentando no período em g análise. Entretanto, ao compararmos g a população g total na década g de 1970 g que era de g 149.213 g habitantes – g a g população g total g em g 2000 g que g foi g igual g a g 205.710 g habitantes g g percebemos que o contingente populacional do Agreste Potiguar passou por um acréscimo de g 37,86%, comparado ao total da década de 1970; enquanto no cenário estadual esse acréscimo g foi de 79,12%. g

A análise do comportamento demográfico nas três últimas décadas do século XX g mostra que a participação do contingente populacional do Agreste Potiguar junto à população g do estado vem decrescendo, como demonstramos no capítulo anterior. A tabela a seguir revela g que, em 1970, com 149.213 habitantes, a região abrigava 9,62% da população do estado. Em g 1980, esse percentual passou para 8,46%, chegando a 7,54% no início da década de 1990. g Atualmente representa 7,4% da g população g total g do g estado, g como g assinalamos no início do g trabalho e conforme demonstram os dados da tabela 3. g

Tabela 3 – Participação da população do Agreste Potiguar junto à população total do Rio Grande do Norte, segundo a situação do domicílio, 1970 – 2000. :

Anos g	População residente, segundo a situação do domicílio g								
	Total g		Participação g do Agreste g (%) g	Agreste g		Taxa de g Urbanização g do RN g	Agreste g		Taxa de g Ruralização g do RN g
	RN g	Agreste g		Urbana g	% g		Rural g	% g	
1970 g	1.550.184 g	149.213 g	9,62 g	37.577 g	23,84 g	47,52 g	111.636 g	76,16 g	52,48 g
1980 g	1.898.835 g	160.783 g	8,46 g	54.038 g	33,60 g	58,73 g	106.745 g	66,40 g	41,27 g
1991 g	2.415.567 g	182.312 g	7,54 g	84.699 g	46,45 g	69,10 g	97.613 g	53,55 g	30,90 g
2000 g	2.776.782 g	205.710 g	7,40 g	109.526 g	53,24 g	73,35 g	96.184 g	46,76 g	26,65 g

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. g

Ampliando o enfoque para o âmbito estadual, nas últimas três décadas, podemos g observar a ocorrência de um processo de concentração populacional nas áreas onde ocorre g maior densidade territorial das unidades produtivas, o que não é o caso do Agreste Potiguar. g Para se ter clareza da dinâmica populacional no Rio Grande do Norte, recorremos a Andrade g (1981, p. 37) que ao analisar a produção do espaço potiguar, afirma que na década de 1970, g “[...] g a distribuição g da população g pelo espaço g estadual g é bem g equilibrada, não g havendo grandes concentrações nem vazios demográficos, como ocorre em outros estados, [...]”. Nessa g época, a região litorânea, que envolve Natal, abrigava 31,25% da população total do estado. g Os dados de 2000 revelam um aumento de 15,05 pontos percentuais nessa proporção, uma g vez que a área em torno de Natal concentra quase 50% da população do Rio Grande do Norte g (IBGE, 2000). g

No Agreste Potiguar, a distribuição da população se faz de forma irregular. g Cerca g de 42% do total da população concentra-se nos municípios de Nova Cruz, Santo Antônio, g Monte Alegre e São Paulo do Potengi que, por sua vez, representam 28,89% do total da área, g como podemos observar na tabela a seguir. g

Tabela 4 – Distribuição da população no Agreste Potiguar e taxa de crescimento, 2000:

Unidade g geográfica g	População g total g	% g	Área g (km ²) g	% g	Situação do domicílio g		Densidade g demográfica g (hab/ km ²) g	Taxa de crescimento g (1991-2000)		
					Urbana g	Rural g		Total g	Urbana g	Rural g
Agreste Potiguar g	205.710 g	100 g	3485,6 g	100 g	109.526 g	96.184 g	59,1 g	-g	-g	-g
Bom Jesus g	8.608 g	4,18 g	130,2 g	3,74 g	6.275 g	2.333 g	66,1 g	2,0 g	3,9 g	-1,9 g
Brejinho g	10.317 g	5,02 g	58,6 g	1,68 g	7.344 g	2.973 g	176,1 g	2,8 g	5,1 g	-1,3 g
Ielmo Marinho g	10.249 g	4,98 g	313,4 g	8,99 g	1.123 g	9.126 g	32,7 g	1,3 g	2,5 g	1,2 g
Januário Cicco g	7.687 g	3,74 g	172,8 g	4,96 g	2.611 g	5.076 g	44,5 g	1,6 g	3,6 g	0,7 g
Lagoa d'Anta g	5.629 g	2,74 g	98,9 g	2,84 g	3.387 g	2.242 g	56,9 g	1,2 g	3,3 g	-1,4 g
Lagoa de Pedras g	6.395 g	3,11 g	121,1 g	3,47 g	2.146 g	4.249 g	52,8 g	2,7 g	1,9 g	3,1 g
Lagoa Salgada g	6.808 g	3,31 g	69,5 g	1,99 g	3.415 g	3.393 g	98,0 g	1,2 g	1,5 g	0,8 g
Monte Alegre g	18.874 g	9,18 g	210,1 g	6,03 g	7.555 g	11.319 g	89,8 g	2,0 g	5,4 g	0,1 g
Nova Cruz g	33.834 g	16,45 g	282,2 g	8,10 g	21.634 g	12.200 g	119,9 g	1,3 g	2,1 g	0,1 g
Passa e Fica g	8.329 g	4,05 g	42,7 g	1,23 g	4.488 g	3.841 g	195,1 g	2,8 g	4,4 g	1,1 g
Passagem g	2.691 g	1,31 g	42,5 g	1,22 g	1.265 g	1.426 g	63,3 g	1,1 g	1,6 g	0,6 g
Pres. Juscelino g	7.005 g	3,41 g	189,4 g	5,43 g	3.959 g	3.046 g	37,0 g	1,8 g	3,0 g	0,3 g
Riachuelo g	5.760 g	2,80 g	267,9 g	7,69 g	3.631 g	2.129 g	21,5 g	-0,1 g	0,5 g	-1,1 g
Santa Maria g	3.778 g	1,84 g	216,1 g	6,20 g	2.351 g	1.427 g	17,5 g	-g	-g	-g
Santo Antônio g	20.107 g	9,77 g	293,7 g	8,43 g	12.052 g	8.055 g	68,5 g	0,5 g	2,3 g	-1,7 g
São P.do Potengi g	13.822 g	6,72 g	220,7 g	6,33 g	9.899 g	3.923 g	62,6 g	-0,6 g	1,9 g	-5,1 g
São Pedro g	6.776 g	3,29 g	181,5 g	5,21 g	2.861 g	3.915 g	37,3 g	-0,4 g	2,2 g	-2,0 g
Sen. E.de Souza g	5.028 g	2,44 g	163,1 g	4,68 g	2.093 g	2.935 g	30,8 g	1,7 g	5,8 g	-0,4 g
Serrinha g	7.253 g	3,53 g	191,5 g	5,49 g	2.022 g	5.231 g	37,9 g	0,8 g	0,7 g	0,8 g
Várzea g	8.238 g	4,00 g	119,8 g	3,44 g	5.490 g	2.748 g	68,8 g	-0,4 g	0,6 g	-2,2 g
Vera Cruz g	8.522 g	4,14 g	99,9 g	2,87 g	3.925 g	4.597 g	85,3 g	0,8 g	1,5 g	0,1 g

Fonte: IBGE, 2000. g

Das vinte e uma cidades que compõem esta região, catorze (66,66%) apresentam g população urbana inferior a 5.000 g habitantes, g cinco g cidades (23,8%) possuem g população g urbana entre 5.001 a 10.000 habitantes. Santo Antônio com 12.052 e Nova Cruz com 21.634 g habitantes compõem o quadro regional. No que se refere à situação de domicílio, a taxa de g urbanização g do Agreste g Potiguar (53,12%), que em g 1970 g correspondia a g 23,84%, g nas g três g décadas g seguintes, g apresentou g um g aumento g de g 29,40 g pontos g percentuais. g Comparando g o g comportamento desse índice com o que ocorreu no Rio Grande do Norte, observamos que a g

região em análise se sobressaiu, uma vez que a taxa de urbanização do estado passou por um g acréscimo de 25,83%. Isso evidencia que a emigração da população do campo em direção à g cidade no Agreste Potiguar foi maior que a média estadual. g

No que gange gos gndicadores gurbanos, g a gabela g4 gos gvela gque g a gtaxa gle g urbanização do Agreste Potiguar (53,24%) encontra-se abaixo das médias estadual (73,35%), g regional (69%) e nacional (81,25%). Bom Jesus (72,89%) e São Paulo do Potengi (71,61%) g são as cidades que apresentam as maiores taxas de urbanização. No que diz respeito às taxas g de ruralização, Ielmo Marinho (89,05%) e Serrinha (72,13%) concentram a maior parte da g população go campo. gAs gnaiiores densidades demográficas são encontradas gm gBrejinho g (176,1 habitantes por quilômetro quadrado) e Passa e Fica (195,1 habitantes por quilômetro g quadrado). Estas duas cidades (com 2,8% cada) e Lagoa de Pedras (com 2,7%) apresentaram g as maiores taxas de crescimento populacional na última década. São Paulo do Potengi (-0,6%) g , São Pedro (-0,4%), Várzea (-0,4%) e Riachuelo (-0,1%) apresentaram as menores taxas de g crescimento. Esse crescimento negativo observado em São Paulo do Potengi é atribuído ao g fato de esse município ter cedido área para a criação de Santa Maria, o mais novo município g da região. gCom grelação g a gtaxa gle g crescimento gurbano, gSenador gEloi gle gSouza g(5,89%) g g Monte Alegre (5,47%) apresentaram os maiores índices entre os anos de 1991 e 2000. g

Em gíntese, g a gdinâmica gpopulacional gos gúltimos grinta gnos gvidenciou, gntre g outros aspectos, que o crescimento da população total do Agreste Potiguar apresentou uma g taxa gle g crescimento gnferior g a gobservada go gâmbito gestadual g(79,12%) ge go gNordeste g (69,82%). A participação da população da região junto à população total do Rio Grande do g Norte diminuiu de 9,62% para 7,4%. Neste período, apesar da taxa de urbanização do Agreste g Potiguar ser inferior a do estado, as cidades pequenas da área em questão apresentaram taxas g de urbanização superiores a do estado. g

Diante desse quadro, observamos a tendência das cidades pequenas concentrarem g a maioria da população dos seus municípios, o que revela a intensa migração do campo para a g cidade, em virtude da crise que envolveu as bases produtivas da região, como evidenciamos g no capítulo gprecedente. gAlém glesse gaspecto, g a população gdos municípios gexpressa gcomo g tendência o deslocamento populacional para centros maiores em busca de melhores condições g de vida, uma vez que a infra-estrutura urbana da maioria das cidades do Agreste Potiguar não g dispõe de equipamentos que lhe garantam o desenvolvimento cultural e profissional. g

O êxodo gural gem gido gefetuado gprincipalmente g pelas gpessoas g jovens, gem sua g maioria gassalariados grurais gsem gnenhuma gestabilidade, gque gvivem g sob gcondições gde g subemprego, uma vez que são solicitados a colaborar nas tarefas da agricultura, somente no g período de plantio e colheita. Ao lado desses, engrossam os contingentes que saem do meio g rural, g os pequenos sitiantes ou os filhos mais velhos, que são gtraídos, inicialmente, g pelas g sedes municipais, na procura por condições de vida melhores. Como os núcleos urbanos da g área, de um modo geral, não oferecem condições de manter as pessoas provenientes do meio g rural, g emigração ge faz gposteriormente gem g direção g a Natal, g que gpossui guma gdiversidade g maior no que tange às atividades econômicas. Por sua vez, a oferta de empregos na capital do g estado é limitada, sendo assim, parte dos emigrantes se dirigem a partir desta cidade para g região gCentro gSul gu outras gáreas gmais gprodutivas, gvisando g sua g inserção g no gmercado gle g trabalho dos centros urbanos de grande porte. Muito embora este movimento migratório tenha g sido reduzido nos últimos anos, em virtude dos problemas verificados nos grandes centros g urbanos do país. g

Além do quadro econômico e da dinâmica populacional, a falta de dinamismo nas g cidades pequenas do Agreste Potiguar também pode ser atribuída à situação dos principais g indicadores sociais, como evidenciaremos a seguir. g

3.3 PRINCIPAIS INDICADORES SOCIAIS g

Em se tratando dos indicadores sociais, enfatizaremos a situação dos principais g indicadores g relativos g à g saúde, g à g educação, g ao g quadro g ambiental g e g à g segurança g pública g das g cidades que compõem o Agreste Potiguar. O funcionamento dos estabelecimentos públicos g destinados ao atendimento dos setores de saúde e de educação segue a tendência nacional e se g apresentam precários e/ou insuficientes. A distribuição espacial dos equipamentos de saúde g no g estado g é g fortemente g concentrada g em g Natal. g Os g números g do g Sistema g Nacional g de g Indicadores g Urbanos g – g SNIU g (BRASIL, g 2002) g revelam g que g das g 1.263 g unidades g de g atendimento médico existentes no Rio Grande do Norte, 12,5% localizam-se em Natal, capital g do g estado. g As g 90 g unidades g de g atendimento g médico g existentes g no g Agreste g Potiguar g correspondiam g a g 7,12% g do g total g existente g no g estado. g No g que g se g refere g aos g hospitais, os g números g indicam g que g as g 21 g cidades g do g Agreste g Potiguar g possuem g apenas g 5 g hospitais. g A g distribuição dos equipamentos de saúde entre as cidades da região se dá de forma irregular. g Enquanto Monte g Alegre, g Nova g Cruz g e g Santo g Antônio g contam g com g 2 g hospitais g cada, g nove g cidades não possuem hospital e as demais possuem apenas um. Isso acarreta uma procura por g tais serviços em Natal, o que pode ser comprovado pelo constante fluxo de ambulâncias que g periodicamente saem das cidades do Agreste Potiguar – assim como de boa parte das cidades g do interior do estado – em direção ao Clóvis Sarinho, principal pronto socorro público de g Natal. g

A maioria das unidades de saúde existentes na região se limita a atender aos casos g de pequena complexidade. Os casos mais graves são encaminhados a Natal. Em g muitas g situações, g a g relativa g distância g entre g as g cidades g da g região g em g análise g e g a g capital g do g estado g somada à gravidade do problema tem ocasionado a morte de várias pessoas. O serviço de g saúde g pública, g quase g que g por g unanimidade, g não g satisfaz g as g necessidades g da g população g

residente em tais cidades. Durante o estudo de campo e as entrevistas com os moradores, o g descontentamento da população foi g eral. As g pessoas reclamavam gla falta de médicos, da g precariedade glos g equipamentos g, g sobretudo, glo g péssimo g atendimento glos g funcionários gla g prefeitura, que na maioria das vezes estão no cargo, por indicação político-partidária e não por g qualificação profissional. g

Conforme os números do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, g 2003) – expressos na tabela 5 – a esperança de vida ao nascer, em 2000, no Brasil era de g 68,61 anos em média, e no Rio Grande do Norte foi de 66,98 anos. No Agreste Potiguar esse g indicador está abaixo da média nacional e estadual, já que a esperança de vida ao nascer, em g 2000, g foi gle g 66,14 g anos. g Dentre gos g municípios gla g região, g Monte g Alegre g e g Riachuelo g apresentaram os maiores índices, 70,59 anos; e Senador Eloi de Souza apresentou o valor g mais baixo, 61,92 anos. g

Tabela 5 – Principais indicadores de saúde do Agreste Potiguar, 2000:

Unidade geográfica g	Nº de g hospitais g	Nº de unidades g de atendimento g de saúde g	Mortalidade g infantil g (ate 1 ano g de idade) g	Esperança g de vida g ao nascer g
Agreste Potiguar g	15 g	90 g	46,13 g	66,14 g
Bom Jesus g	1 g	2 g	42,06 g	67,14 g
Brejinho g	1 g	3 g	47,12 g	65,77 g
Ielmo Marinho g	0 g	7 g	48,75 g	65,35 g
Januário Cicco g	1 g	3 g	48,75 g	65,35 g
Lagoa d'Anta g	0 g	3 g	55,13 g	63,75 g
Lagoa de Pedras g	0 g	2 g	43,58 g	66,72 g
Lagoa Salgada g	1 g	6 g	44,97 g	66,35 g
Monte Alegre g	2 g	5 g	30,48 g	70,59 g
Nova Cruz g	2 g	13 g	49,72 g	65,10 g
Passa e Fica g	1 g	3 g	49,72 g	65,10 g
Passagem g	0 g	2 g	35,81 g	68,94 g
Pres. Juscelino g	1 g	3 g	55,13 g	63,75 g
Riachuelo g	0 g	2 g	30,48 g	70,59 g
Santa Maria g	0 g	2 g	49,72 g	65,10 g
Santo Antônio g	2 g	4 g	31,23 g	70,35 g
São Paulo g	1 g	8 g	49,72 g	65,10 g
São Pedro g	1 g	6 g	41,65 g	67,25 g
Sen. E.de Souza g	0 g	3 g	62,95 g	61,92 g
Serrinha g	1 g	6 g	47,54 g	65,66 g
Várzea g	0 g	3 g	43,67 g	66,7 g
Vera Cruz g	0 g	4 g	60,54 g	62,47g

Fonte: PNUD; IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003. g

A respeito da mortalidade até 1 ano de idade (por 1.000 nascidos vivos), os dados g disponíveis indicam que em 2000 a média da região em análise foi maior do que as médias g estadual (43,27 por mil nascido vivos) e nacional 30,57 (por mil nascidos vivos). Os melhores g valores foram registrados em Monte Alegre e Riachuelo (30,48). g

Os indicadores que versam sobre o quadro educacional evidenciam que o Agreste g Potiguar possui 349 estabelecimentos públicos de ensino (8% do total do estado). No tocante g às taxas de analfabetismo da população acima de 15 anos, os dados disponíveis no Sistema g

Nacional de Indicadores Urbanos – SNIU (BRASIL, 2002) revelam que entre 1970 e 2000 g todos os municípios do Agreste Potiguar reduziram positivamente o percentual, que atualmente varia entre 33,07% em Passagem e 47,03% em Presidente Juscelino, como destaca a tabela abaixo: g

Tabela 6 – Taxa de analfabetismo no Agreste Potiguar, 1970-2000 :

Unidade geográfica g	Porcentagem da população acima de 15 g anos que é analfabeta g			
	1970 g	1980 g	1991 g	2000 g
Bom Jesus g	76,2 g	69,0 g	50,0 g	39,5 g
Brejinho g	73,4 g	59,8 g	56,8 g	41,7 g
Ielmo Marinho g	75,1 g	67,8 g	60,4 g	44,6 g
Januário Cicco g	76,2 g	65,8 g	54 g	43,0 g
Lagoa d'Anta g	68,7 g	66,0 g	51,1 g	41,4 g
Lagoa de Pedras g	65,3 g	60,1 g	68,3 g	43,8 g
Lagoa Salgada g	76,9 g	63,2 g	52,3 g	44,8 g
Monte Alegre g	65,0 g	64,1 g	54,4 g	38,3 g
Nova Cruz g	69,2 g	57,3 g	53,6 g	39,8 g
Passa e Fica g	72,9 g	50,5 g	58,4 g	40,8 g
Passagem g	71,2 g	45,9 g	48,5 g	33,0 g
Pres. Juscelino g	75,2 g	63,7 g	57,1 g	47,0 g
Riachuelo g	66,1 g	50,6 g	50,6 g	36,8 g
Santa Maria g	-g	-g	-g	36,2 g
Santo Antônio g	65,8 g	60,5 g	49,8 g	40,4 g
São P. do Potengi g	64,2 g	60,2 g	47,4 g	34,1 g
São Pedro g	69,8 g	65,5 g	55,9 g	35,4 g
Sen. E.de Souza g	77,2 g	71,2 g	62,3 g	43,5 g
Serrinha g	72,7 g	67,7 g	55,4 g	44,1 g
Várzea g	62,7 g	55,9 g	56,9 g	40,3 g
Vera Cruz g	77,7 g	74,6 g	57,5 g	44,3g

Fonte: BRASIL, 2002. g

No cenário regional, entre os melhores resultados de diminuição desta taxa g destacam-se Passagem com redução de 38,13 g% e Bom Jesus com 36,61%. De um modo geral, observamos uma grande incompatibilidade entre demanda e oferta com relação aos quadros da educação e da saúde, principalmente neste último, o que ocasiona a procura por tais serviços em Natal, gerando conseqüentemente a superlotação dos hospitais públicos. g

Em se tratando do quadro educacional, a baixa qualidade do ensino oferecido nas cidades em análise faz com que alguns alunos procurem por tais serviços nas escolas particulares de Natal. Durante os estudos de campo, pudemos observar o deslocamento diário g

de alguns estudantes – notadamente os que detêm um certo poder aquisitivo – das cidades g pequenas do Agreste Potiguar para Natal. Esse deslocamento é feito por meio dos ônibus de g linha ou de carros particulares. g

Mesmo g diante da evolução g de alguns g números g (como g é g o caso da g taxa g de g analfabetismo) g e g os g investimentos g que g em g sendo g feitos g na g qualificação g dos g professores, g observamos que a qualidade do ensino não tem se demonstrado satisfatória para a maioria da g população. Essa afirmação é justificada pela observação de um aspecto, o qual consideramos g fundamental: g as g cidades g do g Agreste g Potiguar g só g dispõem g de g escola g públicas g até g o g ensino g médio – muito embora Nova Cruz já tenha sediado o Núcleo de Ensino Superior do Agreste g (NESA), um campus da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (SILVA, 2000). Isso g faz com que a maioria dos jovens que concluem o ensino secundário, não tenha perspectivas g para ingressarem no ensino superior. A falta de incentivos por parte do poder público, e na g maioria g das g vezes, g a g precariedade g do g ensino g apresentam-se g como g grandes g obstáculos g para g quem pretende prosseguir seus estudos. Podemos encontrar iniciativas pontuais, que tentam g contornar a situação, porém o que predomina é a não-continuidade da vida escolar, depois que g os g alunos g concluem g o g ensino g médio. g Uma g parcela g muito g pequena g desses g jovens g consegue g algum g trabalho g nos g órgãos g públicos g ligados g à g prefeitura, g por g indicação g de g algum g político. g Entretanto, como ocorre uma renovação do quadro de funcionários a cada mandato, quase g sempre esse jovem não permanece no trabalho. Quando existe concurso público, as vagas são g limitadas e, muitas vezes, tais concursos servem apenas para legitimar uma indicação prévia, g pois as g pessoas que g são g aprovadas, g e g não g pertencem g ao g grupo g político g que g está g no g poder, g raramente são convocadas para assumir o cargo. Esse jovem que não teve uma boa formação, g devido aos problemas que envolvem a educação no Brasil, vai ficar sem opção de trabalho, o g qual está cada vez mais seletivo. g

A julgar pelo que constatamos, é muito provável que essa aparente falta de perspectivas para quem conclui o ensino médio – que não valoriza a educação pública – aliada aos interesses das elites tradicionais em manter o poder em suas mãos, concorrem para que o desinteresse para com a vida escolar se amplie cada vez mais. Isso provoca uma escassez de pessoal qualificado para trabalhar nos postos de trabalho do município e amplia o número de desempregados.

Não obstante as transformações socioespaciais que processarem com mais intensidade nas grandes cidades – nas quais as alterações ambientais podem ser encontradas –, as cidades pequenas não estão isentas de conviverem com tais problemas. Para averiguar a situação do quadro socioambiental, além das observações durante o estudo de campo, utilizamos os indicadores relativos à forma de abastecimento de água, ao destino final dos resíduos sólidos, e ao tipo de esgotamento sanitário, como assinalamos na tabela 7. Entre os principais problemas sócioambientais detectamos: o acúmulo de lixo nas ruas, os esgotos que correm a céu aberto e a contaminação dos cursos d'água (GONÇALVES; COSTA, 2002).

Tabela 7 – Principais indicadores socioambientais urbanos do Agreste Potiguar, 2000.:

Unidade geográfica g	Domicílios urbanos particulares permanentes g												
	total g	Forma de abastecimento de água g			Destino do lixo g			Tipo de esgotamento sanitário g					
		Rede eral g	Poço ou g nascente g	Outra g forma g (1) g	Coletado g	Queimado g ou g enterrado g	Outra g forma g (2) g	Rede eral g	Fossa g séptica g	Outra g forma g (3) g	Sem g instalação g sanitária g		
Rio Grande do Norteg	504 728g	464 807g	9 012g	30 909g	466 346E	14 542g	23 840g	107 332g	1 47 822g	229 971g	19 603 g		
Agreste Potiguar	26 858:	24 309:	475:	2 074:	25 057	858:	943:	3 392:	410:	21 818:	1 238 :		
Bom Jesusg	1 584g	1 481g	6g	97g	1 574E	9g	1g	7g	16g	1 534g	27 g		
Brejinhog	1 834g	1 461g	276g	97g	1 722E	102g	10g	9g	46g	1 730g	49 g		
Ielmo Marinhog	282g	274g	2g	6g	252E	24g	6g	1g	0g	268g	13 g		
Januário CiccoE	676g	457g	3E	216g	614g	37g	25g	5g	5g	636g	30 g		
Lagoa d'Antag	756g	675g	3E	78g	698g	16g	42g	0g	27g	673g	56 g		
Lagoa de Pedrasg	560g	543g	0E	17g	472g	54g	34g	1g	10g	545g	4 g		
Lagoa Salgadag	862g	761g	53E	48g	699g	118g	45g	4g	0g	818g	40 g		
Monte Alegreg	1 746g	1 595g	28E	123g	1 650g	73g	23g	244g	37g	1 390g	75 g		
Nova CruzE	5 357g	4 943g	9g	405g	4 944g	69g	344g	496g	150g	4 239g	472 g		
Passa e Ficag	1 109g	1 007g	17E	85g	1 077g	19g	13g	8g	11g	1 037g	53 g		
Passagemg	349g	276g	2E	71g	306g	15g	28g	0g	1g	336g	12 g		
Pres. Juscelinog	977g	879g	2E	96g	849g	19g	109g	2g	6g	905g	64 g		
RiachueloE	876g	767g	3E	106g	736g	59g	81g	745g	7g	76g	48 g		
Santa Mariag	590g	548g	2E	40g	553g	27g	10g	1g	2g	565g	22 g		
Santo Antôniog	3 083g	2 810g	8E	265g	3 023g	23g	37g	86g	26g	2 873g	98 g		
São Paulog	2 434g	2 330g	3E	101g	2 333g	57g	44g	1 767g	47g	540g	80 g		
São Pedrog	733g	715g	0E	18g	727g	0g	6g	2g	5g	706g	20 g		
Sen. E. de Souza	541g	538g	0E	3g	516g	12g	13g	3g	0g	529g	9 g		
Serrinhag	507g	433g	0E	74g	494g	7g	6g	8g	5g	465g	29 g		
Várzeag	1 026g	990g	4g	32g	979g	0g	47g	3g	8g	989g	26 g		
Vera Cruzg	976g	826g	54g	96g	839g	118g	19g	0g	1g	964g	11 g		

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.g

Notas: (1) Domicílio servido de água de reservatório (ou caixa), abastecido com água das chuvas, por carro-pipa ou, ainda, por poço ou nascente localizado g fora do terreno ou da propriedade onde estava construído.g

(2) Domicílios particulares permanentes com seguintes tipos de destino do lixo: jogado em terreno baldio ou logradouro; jogado em rio, lago ou mar e/ou g outro destino. g

(3) Domicílios particulares permanentes com seguintes tipos de esgotamento sanitário: fossa rudimentar, vala, rio, lago ou mar e/ou outro escoadouro. g

No que tange à forma de abastecimento de água, nos domicílios urbanos do Agreste Potiguar predomina a rede geral de abastecimento, já que 90,52% dos domicílios urbanos estão ligados à Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN). Apenas 1,76% dos domicílios é abastecido por água de poço ou nascente e 7,72% possuem outra forma de abastecimento (IBGE, 2000).

A maioria dos domicílios urbanos (93,29%) tem o lixo coletado pelas prefeituras, as quais, em alguns casos, terceirizam esse serviço, como ocorreu recentemente com o município de Presidente Juscelino. Apesar desses números, constatamos uma grande quantidade de lixo depositado nas ruas, como mostra a figura abaixo:



Foto: Francisco Ednardo, 2004.

Figura 3 – **Deposição de lixo nas ruas da cidade de Nova Cruz:**

Nesse exemplo, o lixo depositado atraiu porcos e vários insetos. O destino final do lixo é um dos principais problemas socioambientais que afligem tais cidades, uma vez que, mesmo sendo coletado, o lixo é depositado em grandes lixões, sem nenhuma forma adequada de tratamento. Muitos desses lixões localizam-se nas proximidades das rodovias e periodicamente o lixo é queimado, dificultando assim a visibilidade dos motoristas que passam próximo aos depósitos de lixo.

Um outro problema grave é o tipo de esgotamento sanitário dos domicílios urbanos. Na região em análise, apenas 12,75% dos 26.858 domicílios urbanos estão ligados à rede geral. Entre as cidades, destacamos Riachuelo e São Paulo do Potengi, as quais apresentam índice muito superior à média regional e estadual (21,26% de um total de 504.728 domicílios urbanos). Essas cidades possuem, respectivamente, 85,04 e 72,% dos domicílios urbanos com esgotamento sanitário ligado à rede geral. Os tipos mais comuns de esgotamento sanitário são: fossas rudimentares, valas, rios, lagoas ou escoadouros. O percentual de domicílios com fossas características corresponde a 82,06% do total regional, um número bastante superior à média estadual, que equivale a 45,56%. Durante o estudo de campo, a situação da cidade de Várzea chamou particular atenção. O núcleo urbano surgiu entre vários cursos d'água, os quais atualmente recebem grande quantidade das águas servidas, além da deposição de lixo em suas margens, como ocorre com o Riacho do Prego, evidenciado na figura abaixo:



Foto: Francisco Ednardo, 2003.

Figura 4 – Deposição de lixo no riacho do prego em Várzea :

Na referida cidade também encontramos vários becos que funcionam como valas receptoras das águas servidas dos domicílios, como mostra a figura a seguir:



Foto: Francisco Ednardo, 2003. g

Figura 5 – **Becos de lama na cidade de Várzea:**

A cidade de Várzea – g exemplo da maioria das cidades pequenas do Agreste g Potiguar – não possui saneamento, o que prejudica a saúde da população. No que diz respeito g à quantidade de domicílios sem instalações sanitárias, a tabela 7 revela que a média regional g foi de 4,65%, número superior à média estadual, que foi de 3,88%. A cidade de Nova Cruz g apresentou o maior percentual (8,81%) dentre as cidades do Agreste Potiguar. E Lagoa g d’Anta possui o menor percentual 0,71% (IBGE, 2000). g

Outro caso que chamou a atenção foram as lagoas urbanas da cidade de Bom g Jesus, as quais correspondem a depressões naturais que deram origem a formação do povoado g e atualmente sofrem com vários impactos, devidos à expansão da cidade. Tais lagoas, que g inicialmente serviam como fonte de abastecimento de água para a população, hoje são g utilizadas como destino final dos resíduos líquidos e sólidos, além de terem suas margens g desordenadamente ocupadas (GONÇALVES; COSTA, 2002), como evidencia a figura 6. g



Foto: Francisco das Chagas, 2002. E

Figura 6 – Situação da Lagoa de Panelas, na cidade de Bom Jesus

Recentemente, o poder público local fez uma obra superficial, para mitigar o problema, que não foi resolvido e se intensifica ainda mais no período chuvoso, momento em que as lagoas transbordam e chegam a alagar as residências. A respeito da opinião da população sobre a problemática socioambiental que envolve a cidade de Bom Jesus, Gonçalves e Costa (2002, s.p.) esclarecem que

Na compreensão da população envolvida, esses problemas são frutos da negligência política e dos efeitos climáticos. [...] poucos moradores conseguem compreender a complexidade da questão. A comunidade, em sua grande maioria, em nenhum momento demonstrou consciência dos impactos ambientais que ela mesma provoca sobre as lagoas, chegando inclusive a sugerir que as lagoas sejam mesmo aterradas, ignorando assim seu valor histórico e seu importante papel enquanto fator potencial na melhoria da qualidade de vida na cidade.

Por meio desse caso existente na cidade de Bom Jesus, podemos ter uma ideia da consciência popular sobre os problemas que permeiam as cidades pequenas do Agreste Potiguar. Esse é um dos aspectos que achamos mais preocupantes, uma vez que os problemas socioambientais são tratados com a maior naturalidade, tanto pela maioria da população, quanto pelos representantes políticos. O descaso do poder público aliado à falta de

esclarecimento e mobilização popular fazem com que tais problemas se ampliem e comprometam a qualidade de vida da população residente em tais cidades. g

Convém ressaltarmos que a aparente tranquilidade, predominante nas cidades pequenas do Agreste Potiguar, vem sendo aos poucos alterada, em virtude dos assaltos, crimes e, inclusive, seqüestros que vêm ocorrendo em tais cidades. No estudo de campo, constatamos que a questão da violência é um dos principais problemas relatados pelos seus moradores. g Muitos ressaltaram que o antigo hábito de dormir com portas e/ou janelas abertas atualmente é uma temeridade, tendo em vista os últimos acontecimentos. O alvo principal dos assaltantes são as agências dos Correios, como evidenciam as notícias abaixo: g

A agência dos correios do município de Serrinha, [...] foi assaltada por volta das 11h desta quarta-feira (06/11). Quatro homens fortemente armados com pistolas e sub-metralhadoras renderam dois policiais militares e invadiram a agência. [...] A ação durou menos de cinco minutos. Os assaltantes recolheram o dinheiro que seria pago a aproximadamente 90 aposentados e pensionistas (AGÊNCIA..., 2002) g

Policiais militares de Riachuelo, [...] prenderam em flagrante um comerciante acusado de arrombar agências dos Correios no interior do Estado. [O assaltante] foi preso na madrugada de quarta-feira em frente aos Correios de Riachuelo. Ele arrombou a agência e estava recolhendo objetos do local quando foi surpreendido pelos policiais. De acordo com o delegado geral de Polícia, [...], ele é suspeito de arrombar as agências de Pedra Grande e Jandaíra. (ARROMBADOR....., 2004). g

A agência dos Correios do Município de Bom Jesus [...] foi assaltada ontem pela manhã. Um homem armado rendeu o policial que estava na entrada da agência e os dois funcionários. [...] Segundo a polícia, a intenção dos assaltantes era levar o dinheiro do pagamento dos aposentados, que seria feito ontem (AGÊNCIA..., 2004) g

Os assaltantes se aproveitam das facilidades existentes e praticam várias atrocidades. A partir da análise das notícias veiculadas na mídia e segundo o relato dos moradores, as cidades pequenas do Agreste Potiguar podem ser vistas como uma extensão da periferia de Natal e têm sido procuradas por bandidos, que fogem da capital ou de outras cidades do país como podemos observar nas informações a seguir. g

Dois homens fúgitivos de prisões de São Paulo foram descobertos pela polícia do Rio Grande do Norte morando no município de Passa e Fica, [...]. Um deles utilizava documentos falsos para esconder a verdadeira identidade (DOIS..., 2005).

Assaltante, assassino e foragido da Justiça, [...] foi recapturado pela Polícia na noite de domingo, 29 de agosto, dançando numa festa do clube Acapulco, na cidade de Serra Caiada [Presidente Juscelino] (ASSASSINO..., 2004)

Esses acontecimentos têm comprometido a segurança em tais cidades. Diversos roubos, assaltos, assassinatos e seqüestros já podem ser encontrados nas cidades pequenas do Agreste Potiguar, com menor intervalo de frequência. Isso vem gerando uma certa insegurança em tais cidades, já que, na maioria das cidades, as delegacias de polícia não possuem número suficiente de policiais que garantam a segurança da população. A título de exemplo, destacamos dois assassinatos que ocorreram, respectivamente, nas cidades de Lagoa Salgada e de Bom Jesus, e um assalto registrado nessa última cidade:

Quatro homens armados de pistolas e espingardas calibre 12 resgataram e executaram o preso de Justiça [...], por volta das 23h30 deste domingo. O assassinato ocorreu em frente a Delegacia Municipal de Bom Jesus, [...] O preso estava sozinho na delegacia. [...] “Os dois plantonistas tiveram de fazer uma diligência e por isso deixaram a delegacia sem ninguém”, explicou o sargento (PRESO..., 2004).

O ex-prefeito de Lagoa Salgada [...], foi assassinado com um tiro no olho esquerdo na noite desta quinta-feira (07/08) na garagem da própria casa. De acordo com o delegado [...], dois homens renderam os caseiros do sítio do ex-prefeito e aguardaram a chegada da vítima. [...]. Na fuga os assassinos levaram o carro da vítima (EX-PREFEITO..., 2003).

Um assalto mal sucedido germinou em uma tensão negociação para a libertação de uma família inteira, na cidade de Bom Jesus, [o assaltante] manteve refém duas mulheres e duas crianças da família do comerciante [...] dono de um supermercado, em troca de resgate de R\$ 40 mil. A negociação durou quatro horas terminando com a rendição do bandido (FAMÍLIA....2003)

Tais acontecimentos deixaram a maioria da população em estado de choque e mostram que a proliferação da violência chegou a tais cidades, não sendo mais exclusividade

dos espaços metropolitanos. Percebemos claramente o espanto e a indiferença dos habitantes g diante desses acontecimentos. Em conseqüência disso, a população tem procurado se proteger g de tantas atrocidades, o que fez surgir os seguranças particulares, os quais, na maioria das g vezes, não são qualificados para tal função. g

Tendo em vista o exposto, percebemos que o desemprego, a falta de perspectivas, g os problemas sociais, entre outros, são exemplos dos verdadeiros incômodos que fazem parte g do cotidiano da grande maioria dos moradores das cidades pequenas do Agreste Potiguar. As g atividades que a maioria da população tinha como sustento hoje já não podem suprir as g necessidades básicas, como é o caso da produção agrícola. Por outro lado, a má distribuição g de renda e, principalmente, as discutíveis gestões públicas municipais (as quais na maioria das g vezes estão envolvidas e totalmente direcionadas às classes mais favorecidas) dificultam a g situação socioeconômica desses pequenos centros. A principal fonte de recurso econômico, na g maioria dos casos observados, passou a ser o Estado, através dos programas assistenciais, dos g empregos públicos e dos benefícios e das aposentadorias. Em alguns casos a situação é tão g calamitosa que se coloca em questão a própria viabilidade administrativa e econômica de tais g centros urbanos. g

Desse modo, entendemos que a situação das cidades pequenas do Agreste g Potiguar é muito problemática, sobretudo, do ponto de vista socioeconômico. Portanto, ações g internas e externas devem ser tomadas no intuito de amenizar e solucionar esse quadro de g referência. g

4.4 A PERFORMANCE DO LUGAR g

A paisagem urbana predominante em tais cidades expressa um padrão urbanístico g simples, tendo como ponto de partida as rodovias que, geralmente, cortam tais cidades. Para g tais rodovias, g convergem guas g gaminhos. Para g e ger g d éia glo g significado g las rodovias, g constatamos que na cidade de Riachuelo a transferência da BR gerou um certo abandono no g trecho da cidade que era entrecortado pela antiga rodovia, como assinala a figura 7. g



Foto: Francisco Ednardo, 2003. g

Figura 7 – Casarões abandonados na cidade de Riachuelo, devido à transferência da BR:

Durante g estudo g e campo, g observamos g que g muitas g casas g onde g funcionavam g estabelecimentos públicos ou mesmo residências encontram-se em situação de abandono. De g um modo geral, na maioria das cidades pequenas do Agreste Potiguar, a rua principal é a rua g da igreja e da praça. Tal rua possui as melhores casas, geralmente habitadas pelos moradores g mais antigos ou por pessoas que têm prestígio social ou político. Também percebemos que g alguns trechos das periferias das cidades analisadas apresentam um arruamento caótico. g

Nas cidades pequenas do Agreste Potiguar, o perfil habitacional é muito variável, g indo de casas requintadas a construções simples. Algumas casas possuem alpendres muito g amplos, os quais lembram o modelo de casa das fazendas. Não há cortiços ou favelas, nos g

moldes como podemos observar nos grandes centros, apesar da presença de crianças pedintes, g principalmente nos maiores centros urbanos, Santo Antônio e Nova Cruz. Sobre o perfil g habitacional, encontramos ainda casas feitas de taipa, como evidencia a figura 8 e algumas vilas, expressas na figura 9.g



Foto: Francisco Ednardo, 2002. g

Figura 8 – Casa feita de taipa, na cidade de Senador Elói de Souza:



Foto: Francisco Ednardo, 2003. g

Figura 9 – Vila de casas na cidade de Lagoa Salgada:

O acesso g tais cidades gão é difícil, apesar da falta de manutenção de alguns g trechos da malha viária regional. A locomoção dos habitantes é feita, na maioria das vezes, a g pé, de bicicleta, de motocicleta, de carroça ou de carro. É comum encontramos modelos de g carros antigos, que geralmente não dispõem de muita segurança. Como também encontramos g carros luxuosos que, na maioria das vezes, pertencem a algum comerciante, a pessoas ligadas g à administração pública ou ainda a fazendeiros. g

Em virtude da forte relação que essas cidades possuem com o meio rural, g freqüentemente encontramos traços da vida rural no tecido urbano, que se expressa, entre g outros, por meio dos parques de vaquejada, dos currais nos arredores das cidades, afora a g quantidade de galinhas e demais animais domésticos que, normalmente, perambulam nas ruas g das cidades pequenas. A figura 10 evidencia essa relação. g



Fotos: Francisco Ednardo, 2003. g

Figura 10 – **A presença do mundo rural nas cidades pequenas do Agreste Potiguar** (no g alto: à esquerda, poço de água numa rua da cidade de Lagoa Salgada; à direita, galinhas numa g rua da cidade de Riachuelo; abaixo: à esquerda, o gado nas ruas da cidade de Ielmo Marinho; à g direita, curral na rua Pedro Tomaz do Nascimento na cidade de Lagoa de Pedras). g

A carroça, o cavalo, a bicicleta e o automóvel são utilizados no deslocamento do campo à cidade. De um modo geral, tais características assemelham-se a outras cidades do Nordeste e às periferias dos grandes centros e das cidades médias.

Nas áreas centrais, as fachadas das igrejas, das praças e dos prédios mais antigos expressam a memória de tais cidades, que tiveram o espaço urbano socialmente produzido pela articulação de pequenos agricultores, de pescadores, dos assalariados, dos trabalhadores rurais, dos donos de comércio varejista, entre outros.



Fotos: Francisco Ednardo, 2003. E

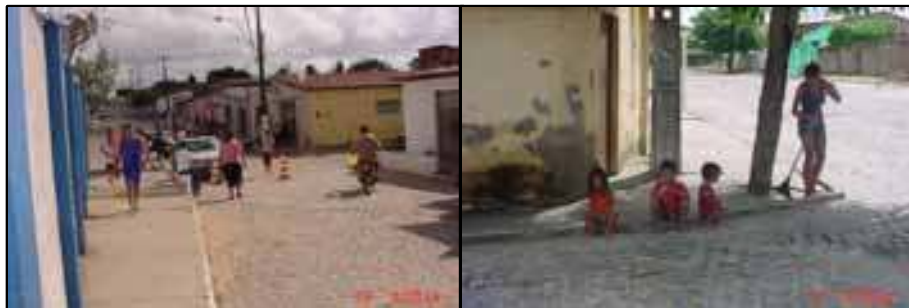
Figura 11 – **Fachada das igrejas das cidades de São Pedro e Vera Cruz**

As questões analisadas até aqui integram a realidade das cidades pequenas do Agreste Potiguar e contribuem para que a sensação de estagnação predomine em tais cidades. Além dos aspectos discutidos nos subcapítulos precedentes, nossa caracterização também contempla situações em que as cidades pequenas do Agreste Potiguar têm o ritmo de vida dinamizado. A investigação mais acurada do funcionamento diário da vida nessas cidades evidencia suas especificidades e a existência de momentos em que ocorre um relativo dinamismo. O movimento das pessoas nas ruas das cidades em foco foi observado em vários momentos do dia e da noite. Nessa seção, nossa análise está fundamentada nas observações realizadas nas cidades de Bom Jesus, Lagoa d'Anta, Santo Antônio, Senador Eloi de Souza, Presidente Juscelino e Várzea. Após inúmeras observações, em dias alternados, privilegiamos as seguintes situações e eventos: o nascer e o pôr-do-sol; as feiras livres e as festas populares,

já que nesses momentos observamos um fluxo diferenciado de pessoas nas ruas, ou seja, são g momentos em que há uma maior mobilidade de pessoas no espaço. g

A primeira situação, correspondente ao nascer do sol, ocorre nas primeiras horas g da manhã, no gntervalo g las 05 às 08 horas. O g aiar glo glia g desperta a vida g nas g cidades g pequenas do Agreste Potiguar. O barulho emitido pelas máquinas forrageiras – instaladas nos g currais existentes nos arredores das cidades – o canto do galo, o mungido dos bois, o canto g dos pássaros saúdam o dia que vai chegando lentamente. Ao andar pelas ruas, encontramos g várias carroças conduzindo os trabalhadores, que saem da cidade em direção ao campo, para g mais um dia de trabalho, sobretudo, junto às lavouras de milho, feijão ou mandioca. Como g esclarece Coelho (1992, p. 90, grifos do autor), as cidades pequenas constituem “[...] lugar de g *residência da força de trabalho* agrícola – pequenos proprietários, rendeiros e de mão-de-obra g assalariada flutuante – que se desloca de uma atividade para outra, em função da sazonalidade g das colheitas”. g

Chama a atenção a quantidade de donas-de-casa que, enquanto preparam o café da g manhã, varrem suas calçadas e o trecho da rua que fica em frente as suas casas, popularmente g conhecido como terreiro. Esse é um hábito muito comum no campo, que é reproduzido nas g cidades pequenas analisadas. O movimento nas padarias, bodegas ou mercearias que vendem g pão é intensificado. Como essa é a hora de sair para o trabalho, facilmente encontramos nas g ruas vários comerciantes, vendedores de leite, professoras, entre outros, que se encaminham g aos seus postos de trabalho (figura 12).g



Fotos: Francisco Ednardo, 2003g

Figura 12 – **Alvorada nas cidades pequenas do Agreste Potiguar: movimentos das pessoas nas : ruas de Várzea (à esquerda) e mulher varrendo calçada em Lagoa de Pedras (à direita).** g

Por volta das 6 horas e 30 minutos, ou até mesmo um pouco antes, entra em cena g uma grande quantidade de estudantes, que saem em direção à escola. Muitos meninos e meninas fazem questão de chegar antes do toque inicial – o qual geralmente ocorre às 07 horas – para ficar brincando com os colegas, o que deixa as ruas com muita vitalidade. g

Nesse vai-e-vem de pessoas, muitos se cumprimentam, mesmo porque o grau de interconhecimento entre os moradores é bastante elevado. Alguns param para conversar sobre as notícias que estão em destaque na cidade, sobre os capítulos das telenovelas do dia anterior, g entre outros assuntos. Destacamos ainda a presença de várias pessoas, sobretudo idosos, g fazendo caminhadas matinais, nas ruas das cidades pequenas, principalmente nas rodovias que entrecortam os pequenos núcleos urbanos. A partir dos relatos dos moradores, constatamos que essa prática vem se tornando cada vez mais freqüente em função das recomendações médicas e, até mesmo, em função da mídia, que vem divulgando a importância das atividades físicas para a saúde das pessoas, algo que consideramos de extrema importância. g

Também é bastante comum encontramos um número considerável de pessoas nas g paradas de ônibus à espera de condução, principalmente, em direção à Natal. Isso se intensifica nas segundas-feiras, quando, depois do final de semana, os trabalhadores retornam para capital. A respeito desse transporte, observamos que ao lado das empresas de ônibus – as quais durante muito tempo monopolizaram o transporte de passageiros –, existem linhas de g transporte alternativos, além dos taxistas, que fazem esse trajeto diariamente. g

Passadas essas horas iniciais, as cidades permanecem num clima de tranquilidade. g Além do bate-papo dos aposentados nas calçadas (figura 13), observamos um pequeno movimento nos estabelecimentos comerciais e nos órgãos do funcionalismo público. Durante o restante do dia a tranquilidade nas ruas das cidades pequenas do Agreste Potiguar é o que g prevalece. g



Foto: Francisco Ednardo, 2002.g

Figura 13 – **Aposentados nas calçadas da cidade de Vera Cruz:**

No final da tarde e início da noite, o espaço das cidades analisadas também vivencia um maior fluxo de pessoas. Esse é o momento em que os trabalhadores rurais retornam ao campo (figura 14) e os demais trabalhadores da cidade retornam às suas residências, assim como os estudantes do horário vespertino. g



Foto: Francisco Ednardo, 2004. g

Figura 14 – **Trabalhadores retornando do campo na cidade de Santo Antônio :**

Nos momentos finais do pôr-do-sol, chegam nas cidades os ônibus e caminhonetes trazendo os estudantes da zona rural para assistirem as aulas durante o horário noturno. A maioria dos alunos são transportados em veículos da prefeitura, os quais raramente g

estão em boas condições de uso. Enquanto aguardam o início das aulas – o que geralmente g ocorre às 19 horas – boa parte desses adolescentes aproveita o tempo disponível para comprar g alguma gmercadoria golicitada gpelos gpais, gfamiliares gou gvizinhos; gfazer galguma gatividade g escolar pendente – principalmente os alunos que passaram o dia auxiliando os seus pais nos g sítios e fazendas –; gvisitar galgum gmigo gou parente que gside na “rua” – germo gutilizado g habitualmente pelos moradores do campo para designar zona urbana –; ou ainda, para passear g pelas ruas da cidade. Geralmente, os estudantes ficam reunidos nas praças, ou em frentes às g escolas. Esse é o momento da paquera, da conversa entre os amigos, dos encontros, enfim, é o g momento que os jovens aproveitam para desfrutar da cidade que eles têm. g

Depois que as aulas começam as cidades ficam praticamente sem ninguém nas g ruas. É comum encontramos algum casal de namorados andando pelas ruas ou os pequenos grupos de vizinhas que se reúnem nas calçadas para conversarem. Quando as aulas terminam, g os alunos retornam à zona rural e as cidades permanecem na calma predominante. g

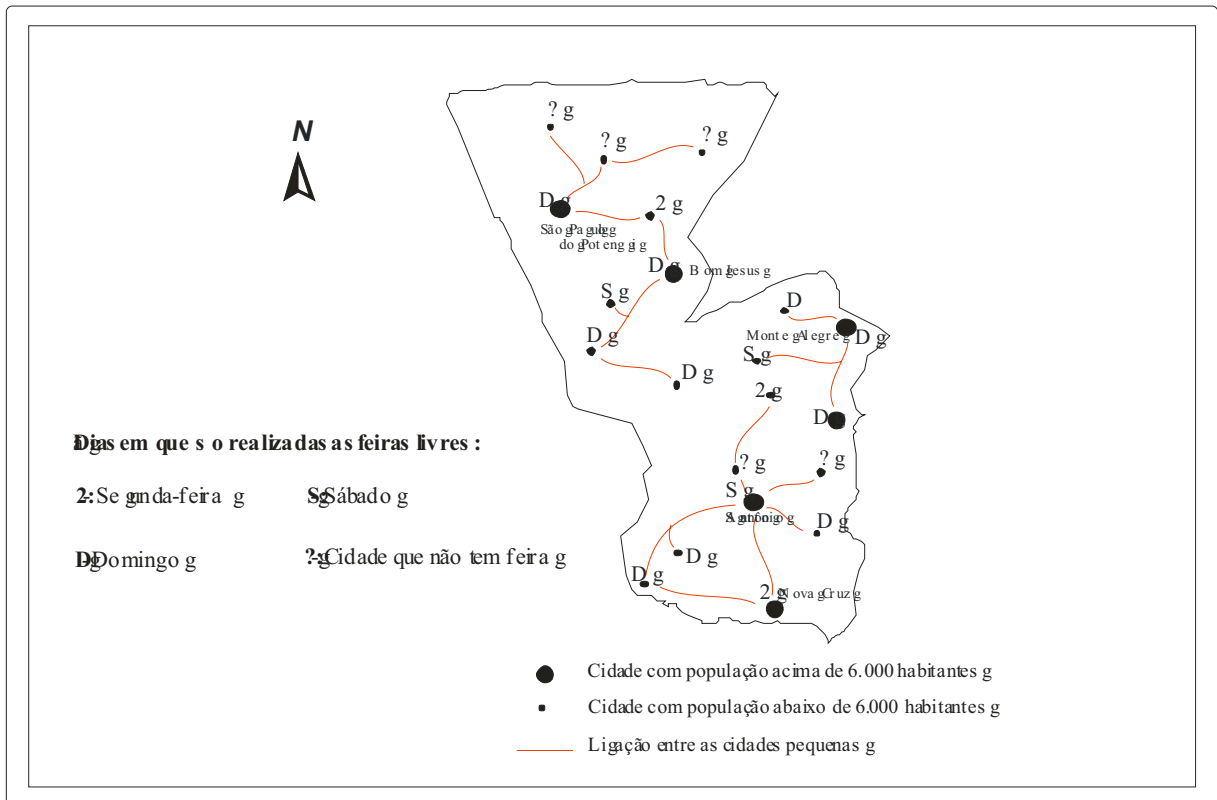
Durante ga gsemana, ghá gum glia gspecifico gem gque gessa gcalmaria gdas gcidades g pequenas é alterada: é o dia em que são realizadas as feiras livres, um dos aspectos marcantes g que caracterizam as cidades pequenas do Agreste Potiguar. Ao se referir às características das g cidades do interior do Nordeste, Geiger (1963, p. 374) afirma que “[...] uma feira em cidade g nordestina, gseus gtipos ghumanos, gas gmercadorias gexpostas, gcompõem guma gpaisagem g inconfundível”. g

Corrêa g(1997) gutiliza go germo g“mercados gperiódicos” gpara gdesignar gfeira. gO g mesmo autor afirma que uma das formas como pode estar estruturada a rede de localidades g centrais nos países subdesenvolvidos é através desses mercados, os quais “[...] são definidos g como gaqueles gnúcleos gde gpovoamento, gpequenos, gvia gde gregra, gque gperiodicamente ge g transformam em localidades centrais” (CORRÊA, 1997, p. 50). g

O mesmo autor argumenta que “[...] no Nordeste brasileiro os mercados periódicos ou feiras constituem um dos componentes fundamentais da rede de localidades centrais, coexistindo com outros componentes de localização fixa” (CORRÊA, 1997, p. 66). As feiras se constituem num evento econômico, social e cultural, que reúnem vendedores e compradores de várias mercadorias num determinado local, em intervalos de tempos regulares. Tais acontecimentos modificam a paisagem das cidades pequenas, uma vez que, nos dias das feiras livres, as principais ruas das pequenas cidades exprimem um mosaico de atividades, de situações, de cenas, de modos, de sons que se realizam, simultaneamente, num só espaço. Sobre as feiras livres, nossa análise está fundamentada nas observações e entrevistas realizadas nas feiras livres das cidades de: Bom Jesus, Brejinho, Lagoa Salgada, Presidente Juscelino, Santo Antônio, São Paulo, São Pedro, Senador Eloi de Souza e Várzea. g

Realizadas uma vez por semana, as feiras livres têm a função de congregar diversos negócios e concentrar grande parte da produção regional, realizando assim o abastecimento das populações que moram nos núcleos urbanos e nas zonas rurais. Esses eventos também representam um espaço de integração social e de manifestações culturais. Geralmente, as feiras estão integradas ao mercado público e são realizadas na área central de tais cidades e, na praça da igreja matriz ou na rua principal. g

As maiores feiras do Agreste Potiguar são realizadas nas cidades de: São Paulo do Potengi, Bom Jesus, Monte Alegre, Santo Antônio e Nova Cruz. Como evidencia o mapa 3, as três primeiras feiras são realizadas no domingo, as outras duas, no sábado e na segunda-feira, respectivamente. Celmo Marinho, Passagem, Riachuelo, Santa Maria e Serrinha não possuem feiras, tendo em vista, sobretudo, a proximidade a uma cidade relativamente mais dinâmica e a baixa expressividade do comércio local. g



Fonte: A autor, 2003.E

Nota: Mapa trabalhado g **Mapa 3 - As feiras livres e suas centralidades no Agreste Potiguar, 2003. :**

As feiras livres e suas centralidades no Agreste Potiguar, 2003. :

As feiras livres duram guma manhã inteira, estendendo-se até g início da tarde. g

Todavia, a instalação das barracas ocorre no dia anterior. Na figura abaixo, podemos observar g as barracas da feira de Brejinho já montadas para o domingo. g



Foto: Francisco Ednardo, 2004.g

Figura 15 – Instalação das barracas da feira livre da cidade de Brejinho:

Nas vésperas do dia da feira são abatidos os animais destinados ao consumo da g população. Na noite que precede a realização das feiras, já é possível encontrarmos vários g vendedores instalando suas mercadorias. Muitos, inclusive, dormem nas barracas aguardando g o glia gla feira. gTais vendedores são gla própria região ou gle cidades gircunvizinhas. Mal g amanhece o dia, já podemos observar várias pessoas trabalhando na feira. São vendedores que g utilizam as primeiras ghoras da gmadrugada para organizar suas gmercadorias nas barracas. g Nesse momento, quase não há compradores nas ruas, o que predomina é o vai-e-vem dos g carros g de g mão, g carroças g e g caminhonetes g descarregando g os g produtos g que g serão g comercializados. g

Nas primeiras ghoras gla gmanhã, as gidades pequenas recebem uma grande g quantidade gle gtransportes gle gpassageiros (ônibus, gaminhões g e g carroças) que grazem os g compradores e feirantes, como mostra a figura 16. Assim como os feirantes, os compradores g são provenientes dos distritos rurais, da própria cidade ou de outros municípios. g



Foto: Francisco Ednardo, 2002.g

Figura 16 – **Chegada dos compradores na feira da cidade de Bom Jesus:**

Sobre a utilização do espaço urbano pela feira livre de Bom Jesus, Araújo *et al z* (1998, p. g 77) esclarece que g “[...] a feira apresenta uma glensa distribuição na gpaisagem, g ocupando vários logradouros, numa área total acima de 10 mil m², onde há uma concentração g

de barracas, dos mais variados tipos, além de veículos e pessoas que não param de circular”. Observamos uma verdadeira especialização dos espaços das feiras. Há setores destinados aos produtos hortifrutigranjeiros, aos produtos do vestuário, aos cereais, entre outros.

As feiras livres do Agreste Potiguar – a exemplo das feiras nordestinas – centralizam uma grande diversidade de produtos que são comercializados nas barracas, no próprio chão ou por meio dos vendedores ambulantes. A figura a seguir mostra a feira livre da cidade de São Paulo do Potengi e suas barracas.



Foto: Francisco Ednardo, 2004.

Figura 17 – Feira livre da cidade de São Paulo do Potengi:

Também nesses eventos, podemos encontrar vários serviços a preços compatíveis com as condições dos compradores. Geralmente são atividades simples que integram o chamado circuito inferior da economia (SANTOS, 1979b). Dentre as principais mercadorias comercializadas destacamos: frutas, verduras, cereais, carnes, peixes, refeições, peças do vestuário, calçados, animais, peças para bicicletas, cds, artigos para o trabalho no campo entre outros.

A partir das entrevistas com os comerciantes, verificamos que apesar dos supermercados – os quais geralmente estão localizados nas proximidades da feira – e demais estabelecimentos comerciais funcionarem durante toda a semana, o fluxo maior de

comercialização só ocorre no dia em que são realizadas as feiras livres. Isso pode ser atribuído g ao aspecto cultural e à própria economia das cidades pequenas. Cultural, no sentido de que a g população residente já adotou o hábito de renovar seus estoques no dia da feira. As pessoas g têm o costume de ir para as feiras. Mesmo os que fazem suas compras em Natal não perdem a g oportunidade de comprar, no dia das feiras livres, aqueles produtos perecíveis como carne, g frutas e verduras. g

Por outro lado, notamos que boa parte da classe trabalhadora (boa parte envolvida g com gatividades gígadas go gcampo) g“trabalha gor gemana”, gsto g, gcebe sua gemuneração g semanalmente. gE go gpagamento, geralmente, gé gconsumido gno gdia gda gfeira. gConvém g ressaltarmos também a influência dos benefícios concedidos pela Previdência Social e dos g empregos gígados go gfuncionalismo gpúblico. gAs gguas gprimeiras feiras glo gnês são gs gmais g efervescentes, gpois go gcontingente gpopulacional ge ga gquantidade gde grecursos geconômicos g disponíveis são relativamente maiores do que nos outros dias. g

Desse modo, percebemos que as feiras livres têm a função de abastecer a maioria g da população das cidades pequenas do Agreste Potiguar com as mercadorias necessárias ao g funcionamento gle suas gvidas, gá gque gnelas gessa gpopulação gem gacesso gs gnovidades glo g mercado e aos produtos que são lançados nos grandes centros. Segundo Santos (1979, p . 71), g essa capacidade das cidades pequenas responderem às necessidades vitais da população é um g dos elementos que garante a existência e o funcionamento de tais cidades. g

Percebemos gque gas gfeiras glivres gexercem gum gsignificativo gpapel gna gvida g econômica gdas gcidades gpequenas ge gatravés gdelas gpodemos gobservar gcomo gos gprodutos g fornecidos pelas grandes empresas, e a própria produção econômica regional, chegam até a g população consumidora, o que evidencia a inserção de tais cidades no ciclo de consumo do g capital. Além disso, tais eventos semanais geram gemprego e renda para a população, pois g algumas gpessoas g- gresidentes gdas gcidades gpequenas g- grabalham gna gfeira, gauxiliando gos g

comerciantes que vêm das outras localidades e, ainda, as prefeituras arrecadam uma taxa de g cada gcomerciante gque gem guma barraca ginstalada gnas feiras, grepresentando, gassim, guma g alternativa de sustentação econômicas para as cidades pequenas do Agreste Potiguar. g

Além de ser um momento do capital, que se realiza através da comercialização de g produtos g circulação gla moeda, g as feiras g livres gambém g expressam várias g características g socioculturais. Por esse ângulo, podemos compreendê-las como um evento de resistência, haja g vista que muitas feiras funcionam há quase um século e, mesmo diante do surgimento dos g supermercados nas cidades pequenas, ainda concentram grande número de compradores. As g feiras livres também representam o momento do encontro, no qual os moradores, das várias g classes sociais, revêem seus familiares, amigos e vizinhos. Ocorre, assim, uma proximidade g ainda maior entre as pessoas. g

Metaforicamente, a simbiose entre o g moderno e g tradicional gambém chama g particular g atenção. g No g que g range g a g culinária, g ao g lado gla g moderna g variedade galimentar g existente, g sobretudo, os g enlatados, encontra-se o “pão com g picado”, g “bolo com suco”, a g “carne gle gol gom g macaxeira”, g entre g outros g pratos g típicos gla g região, g os g quais g são g muito g comuns nas feiras das cidades do interior nordestino. Em se tratando de diversão, do mesmo g modo g que g encontramos g várias g casas g de g “vídeo g games”, g percebemos ga g existência g de g brincadeiras tradicionais como mostra a figura a seguir: g



Foto: Francisco Ednardo, 2003.E

Figura 18– **Brincadeiras tradicionais na feira livre de Presidente Juscelino**

“O som das feiras livres” é outro aspecto bastante característico. Dependendo do local, podemos ouvir sons de animais e como cabras, bois, galos, porcos, pássaros, entre outros, que ficam expostos à venda –, dos tratores – que transportam os moradores da zona rural –, de músicas e as quais são tocadas nas barracas que vendem CDs, nos bares e nas lanchonetes, ou dos cantadores –, e dos próprios feirantes, os quais tentam conquistar “no grito” os seus fregueses. g

Desse modo, compreendemos que, durante os dias das feiras livres, existe uma alteração na temporalidade das cidades pequenas do Agreste Potiguar. As cidades passam por um dinamismo diferente do habitual, ao terem as paisagens modificadas, quer seja pela quantidade de pessoas que afluem e circulam em tais cidades, quer seja pelos próprios equipamentos inerentes ao funcionamento de tais eventos. g

Chega o fim da manhã e as feiras livres aos poucos vão terminando. Esse é o momento em que os moradores e comerciantes retornam às suas moradias, como podemos observar na figura 19. g



Foto: Francisco Ednardo, 2003.g

Figura 19 – **Retorno para casa na feira livre de Presidente Juscelino:**

Quando a feira livre termina, entram em cena os trabalhadores que desmontam as barracas. Lamentavelmente, na maioria das cidades visitadas, quando tais eventos terminam, o lixo acumulado durante o seu funcionamento não é regularmente coletado pela prefeitura. g

Entendemos, portanto, que as feiras livres são importantes para as cidades pequenas analisadas, já que dinamizam a economia local e regional, desempenhando um importante papel no processo de circulação de mercadorias, sendo de vital importância para as cidades pequenas do Agreste Potiguar. Quanto menor o número de habitantes da cidade pequena, maior é a importância absoluta das feiras livres para a economia local. Tendo em vista essa função econômica e, sobretudo, as funções socioculturais que exercem, a estrutura das feiras livres carece de melhorias. g

Por fim, nossa caracterização aponta para as festas populares, enquanto eventos que promovem uma grande mobilização no espaço das cidades pequenas do Agreste Potiguar. Como esclarece Melo (1999, p. 74), “as festas populares configuram-se como iniciativas mobilizadoras das comunidades humanas, assumindo dimensões culturais, religiosas, políticas ou comerciais”. “A festa corresponde a um fenômeno comunitário, que [...] permeia toda a sociedade, significando uma régua no cotidiano cotidiano e na atividade produtiva. Sua natureza é intrinsecamente diversional; comemorativa, pautando-se pela alegria e pela celebração” (MELO, 1999, p. 175).

Durante as festas populares, as cidades pequenas do Agreste Potiguar têm seus espaços dinamizados, principalmente, em virtude do número de pessoas que vêm para tais cidades. Entre as principais festividades estão: as festas dos(as) padroeiros(as), as festas juninas, as festas natalinas e aquelas consideradas tradicionais como, por exemplo, a festa dos motoristas que acontece na cidade de Presidente Juscelino ou a festa das rosas realizada na cidade de São Pedro.

As festas dos(as) padroeiros(as) são realizadas uma vez por ano e reúnem fiéis que moram na cidade e no campo. A religiosidade do povo nordestino é algo bastante representativo e, geralmente, estes eventos conseguem mobilizar uma grande quantidade de pessoas. Durante os dias destinados aos padroeiros(as) das cidades são realizadas várias atividades como: eventos religiosos, leilões, vaquejadas e shows. O principal momento dessa festa ocorre durante a procissão de encerramento, pois os fiéis seguem pelas ruas das cidades com a imagem dos(as) santos(as). O quadro 2 mostra os padroeiros e os dias em que são realizadas suas festas nas cidades pequenas do Agreste Potiguar.

Cidade :	Santo(a) padroeiro(a) :	Dia da festa :
Bom Jesus g	Sagrado Coração de Jesus g	07 de junho g
Brejinho g	Nossa Senhora das Dores g	15 de setembro g
Ielmo Marinho g	São Raimundo g	31 de agosto g
Januário Cicco g	Nossa Senhora da Boa Saúde g	2 de fevereiro g
Lagoa d'Anta g	Santa Terezinha g	1º de outubro g
Lagoa de Pedras g	São Francisco de Assis g	4 de outubro g
Lagoa Salgada g	Nossa Senhora da Conceição g	8 de dezembro g
Monte Alegre g	Nossa Senhora da Penha g	30 de outubro g
Nova Cruz g	Nossa Senhora da Conceição g	8 de dezembro g
Passa e Fica g	Nossa Senhora de Fátima g	13 de maio g
Passagem g	Nossa Senhora de Santana g	26 de julho g
Presidente Juscelino g	Nossa Senhora da Conceição g	8 de dezembro g
Riachuelo g	Sagrado Coração de Jesus g	19 de novembro g
Santa Maria g	Nossa Senhora da Conceição g	8 de dezembro g
Santo Antônio g	Nossa Senhora da Conceição g	8 de dezembro g
São Paulo do Potengi g	São Paulo g	25 de janeiro g
São Pedro g	São Pedro g	29 de junho g
Senador Eloi de Souza g	Nossa Senhora de Lourdes e g São José g	19 de março g
Serrinha g	Santo Antônio g	13 de junho g
Várzea g	São Pedro g	29 de junho g
Vera Cruz g	Divino Espírito Santo g	20 de novembro g

Fonte: MORAIS, 1998. g

Quadro 2 – Festas dos(as) padroeiros(as) nas cidades pequenas do Agreste Potiguar :

Esse quadro evidencia que as comemorações são realizadas durante todo os meses g do ano e concentram-se no mês de Dezembro, uma vez que seis cidades têm como padroeira g Nossa Senhora da Conceição, cujas comemorações são realizadas no dia 08 de Dezembro. g Durante o mês de junho, três cidades comemoram a festa de seus padroeiros. Nesse período, g em todas as cidades do Agreste Potiguar, a exemplo das demais cidades nordestinas, são g comemoradas as chamadas “festas juninas”, em homenagem a Santo Antônio (dia 13), São g João (dia 24) e São Pedro (dia 29). A exemplo do que acontece em várias partes do Brasil, é g comum as pessoas fazerem fogueiras nas vésperas do dia dos santos citados Esta época do ano geralmente corresponde ao período da colheita do feijão e do milho. Tendo como justificativa g a comemoração da safra, são realizados festivais de quadrilhas, missas, novenas, procissões e g festas profanas. g

Outro momento de festividade ocorre no período natalino ou festas de final de ano. Durante as noites das vésperas do dia 25 de Dezembro e do dia 01º de Janeiro, as ruas principais das cidades analisadas ficam repletas de pessoas que vêm participar da missa, dos shows, entre outros eventos. Nesse período, as cidades pequenas do Agreste Potiguar recebem um grande número de visitantes, sobretudo, os “filhos ausentes”, pessoas que foram morar em outras regiões do país e que, aproveitando as férias, retornam para ver seus parentes e amigos. g

Todos esses festejos fazem parte das tradições das cidades pequenas do Agreste Potiguar. Além dessas, podemos encontrar algumas festas que também se tornaram tradicionais, por fazerem parte do calendário anual de eventos das cidades, como por exemplo, a festa dos motoristas, que é realizada no mês de Julho, na cidade de Presidente Juscelino e a festa das rosas, que acontece no mês de Maio, na cidade de São Pedro. g

Capítulo 5 3

POR UM NOVO CAMINHO PARA AS CIDADES PEQUENASC

5 POR UM NOVO CAMINHO PARA AS CIDADES PEQUENAS :

Partindo do pressuposto de que as cidades não podem ser entendidas isoladamente e de que a realidade das cidades pequenas do Nordeste brasileiro possui semelhanças – apesar de suas singularidades – nossa investigação contemplou a elaboração e análise do perfil urbano das cidades pequenas da região Agreste Potiguar. A opção por este espaço regional se deu em virtude do desnível socioeconômico existente entre o Agreste Potiguar e outras regiões do Rio Grande do Norte.

Por se tratar de uma temática relativamente nova e em função da raridade de investigações direcionadas às cidades pequenas, fizemos um levantamento da bibliografia produzida sobre tais espaços, a fim de apreender como a temática tinha sido abordada no âmbito da produção geográfica brasileira e áreas afins. Verificamos que não há uma sistematização dos estudos realizados nessa vertente, o que se explica, sobretudo, em virtude da indefinição do termo e da enorme diversidade de cidades existentes no Brasil.

Tendo em vista as dimensões espaciais, a pouca diversidade de funções urbanas, o número de habitantes, a estreita dependência com Natal e a predominância de “tempos lentos”, os aglomerados populacionais analisados podem ser considerados como cidades pequenas. Correspondem, portanto, a pequenos núcleos urbanos que se encontram no limite inferior da hierarquia urbana, os quais são entendidos como fruto da produção do espaço urbano e regional. Essas cidades atendem, no mínimo, às demandas da sua população e da zona rural, em termos de bens e serviços e, conseqüentemente, constituem-se em locais de moradia da força-de-trabalho rural e de pessoas que trabalham na Região Metropolitana de Natal.

A ocupação do Agreste Potiguar e, conseqüentemente, o surgimento das cidades pequenas foram orientados pela expansão da atividade agropastoril, que garantiu a essa região

a função de abastecedora de alimentos para outras regiões do estado. As cidades pequenas nasceram com a função de intermediação comercial da produção agrícola. Percebemos que a estreita relação de tais cidades analisadas e o mundo rural remontam às suas origens e permanece até os dias atuais, algo que é facilmente perceptível no espaço.

No cenário estadual, entre as décadas de 1970 e 2000, as mudanças recentes que se processaram no espaço brasileiro – fruto dos novos papéis desempenhados pelo Brasil na divisão internacional do trabalho – desencadearam uma grande crise nas economias consideradas tradicionais, as quais não conseguiram resistir à competição entre os mercados. No decorrer da pesquisa, observamos que essa conjuntura econômica aliada à insuficiente atuação do poder público mostrou-se mais prejudicial para as cidades pequenas, as quais tiveram sua economia de sustentação praticamente demolida. Sobre esse aspecto e seus reflexos no sistema urbano, Coelho (1992, p. 90) esclarece que

[...] ao privilegiar os centros urbanos de maior porte, a nova política econômica regional veio colaborar para a pobreza estrutural das pequenas cidades nordestinas, localizadas em regiões agrícolas onde a frágil divisão social e territorial do trabalho não favorece a existência de atividades urbanas significativas capazes de neutralizar os efeitos polarizadores dos centros do escalão urbano superior.

Em sua maioria, as cidades investigadas não foram capazes de criar uma vida urbana própria, por intermediação de atividades industriais e comerciais que permitissem recuperar o dinamismo econômico interrompido com a retração da produção algodoeira. Esses fatores fazem com que as cidades pequenas do Agreste Potiguar sejam entendidas como “espaços opacos”, em que não há uma acumulação de densidades técnicas e informacionais, além de não estarem aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital e tecnologia (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 264). Sendo assim, as cidades pequenas da área analisada são compreendidas como uma das expressões concretas do processo de segregação socioespacial, já que, entre outros fatores, no Agreste Potiguar não se desenvolveram novas

atividades que garantissem sustentação econômica, o que a torna uma região que se encontra g em fase de estagnação econômica e apresenta baixo crescimento populacional. Em face da g manutenção de estruturas arcaicas que permanecem no poder político local, essa situação se g amplia ainda mais, uma vez que a atuação do poder público – pautada no imediatismo e no g imprevisto – na maioria das vezes visa à manutenção das elites dominantes. g

Lamentavelmente, o que predomina nas cidades pequenas do Agreste Potiguar é a g sensação de estagnação socioespacial. Essa situação se aproxima da realidade observada por g Monteiro Lobato nas cidades do Vale do Paraíba, já que a impressão que temos é que, no g Agreste Potiguar, a maioria dos núcleos urbanos existentes chega a ter aparência de “cidades g mortas”, uma vez que “[...] ali tudo, foi nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é g pretérito. Um tanto de cidades moribundas arrastam um viver decrépito, gasto em chorar na g mesquinhez de hoje as saudosas grandezas de dantes” (LOBATO, 1951, p. 2). g

Desse gmodo, go gperfil gdas gcidades gpequenas gdo gAgreste gPotiguar grevela, g majoritariamente, um urbano em vias de construção, que apesar dos problemas verificados g possuem suas particularidades. Uma delas é a forte influência do mundo rural em tais cidades. g Mesmo diante da relativa ampliação da infra-estrutura de serviços sociais básicos, no período g analisado, nas cidades pequenas do Agreste Potiguar há uma forte carência de infra-estrutura g urbana; que se explica em função do grande descompasso existente entre o crescimento da g população, que reside em tais espaços, e a estrutura espacial de tais cidades. g

Tendo em vista a expressiva gquantidade de cidades pequenas no Brasil e as g dinâmicas econômicas regionais existentes, julgamos necessária a realização de mais estudos g sobre a temática, para que a produção geográfica contemple verdadeiramente a multifacetária g realidade gurbana gbrasileira. gNo gque gange go gRio gGrande glo gNorte, gm gface glo gelevado g número de cidades pequenas – que chega a 93,37% (155 das 166 cidades existentes em 2000), g nas quais residem 36,47% da população urbana (2.004.726 habitantes), conforme destacado g

em capítulos anteriores e os diversos problemas que foram-se verificando em efetivas intervenções do poder público estadual e municipal, não sendo possível mitigar as dificuldades enfrentadas pela população residente em tais espaços. Reafirmamos a ideia de que as cidades pequenas, enquanto objeto de estudo e espaços representativos para a sociedade, carecem de investigações e incentivos que visem à compreensão de tais espaços e à ampliação dos conhecimentos sobre a Geografia Urbana.

Diante das constatações anteriormente elencadas, achamos por bem que os agentes produtores do espaço urbano e regional repensem a trajetória de desenvolvimento das cidades pequenas do Agreste Potiguar. Desse modo, convém, pelo menos, darmos algumas sugestões nessa vertente, mesmo porque a elucidação da problemática que envolve tais cidades visa, sobretudo, contribuir para a reversão desse quadro. Apesar de não ter sido um dos objetivos desse trabalho, os resultados demonstraram a necessidade urgente de se construir um novo caminho para as cidades pequenas do Agreste Potiguar.

O contexto econômico atual, que revela as inúmeras mazelas existentes na sociedade, fazendo com que as desigualdades socioespaciais se alarguem cada vez mais, nos convida a uma reflexão acerca do que está por vir. Diante desse perfil elaborado a respeito da situação em que se encontram as cidades pequenas do Agreste Potiguar, percebemos que tais espaços exigem por direcionamento das políticas governamentais não sendo possível reverter os problemas existentes, os quais comprometem a sobrevivência da população.

A conjuntura atual é um tanto quanto complexa, entretanto é a partir dos grandes problemas que surgem grandes soluções, sendo necessário, sobretudo, interesse em resolvê-los. Nesse sentido, Santos (2001, p. 174) informa que “a mesma materialidade, atualmente utilizada para construir um mundo confuso e perverso, pode vir a ser uma condição para a construção de um mundo mais humano”.

Sendo assim, é necessário antever um mundo menos desigual, sem perder de vista g o célere avanço tecnológico e a globalização financeira, sendo de fundamental importância a g adoção de um novo modelo de desenvolvimento econômico, social e político no qual todos os g segmentos sociais participem ativamente dessa reconstrução e tenham como alvo uma nova g distribuição dos bens e serviços e, conseqüentemente, o desenvolvimento da humanidade. g

O padrão g de desenvolvimento g gigante no Rio Grande do Norte, guiado pela g expansão do capitalismo consolidado no espaço, é fruto de um longo processo histórico. g Portanto, a mudança de direção não se constitui tarefa fácil. Porém, não é impossível g acreditarmos e construirmos uma cidade mais humana. g

A (re)construção de uma cidade melhor para se viver passa, antes de qualquer g projeto urbanístico, pela conscientização dos seus habitantes da necessidade dessa mudança. g Para isso fazem-se necessárias g

[...] imaginação e audácia política, um ímpeto de fervor e transformação g revolucionários tanto no pensamento como na política para construir, a g partir da matéria-prima do presente, uma indispensável 'poética' da g compreensão do nosso mundo em urbanização, um vetor para a civilização, g uma trajetória para o futuro da nossa espécie (HARVEY, 2002, p. 8). g

Do mesmo modo que as dificuldades para reverter essa situação existem e são g extremamente complexas, de forma similar, as possibilidades de novos caminhos também são g inúmeras. "Por isso, é lícito dizer que o futuro são muitos; e resultarão de arranjos diferentes, g segundo nosso grau de consciência, entre o reino das possibilidades e o reino da vontade" g (SANTOS, 2001, p. 161). A capacidade intelectual do homem constitui-se num aspecto muito g pertinente, que se estiver revestido de uma consciência coletiva contribuirá significativamente g para uma mudança profunda. Acreditamos que a sociedade civil organizada e o Estado, em g consórcio com as empresas privadas, têm as ferramentas fundamentais para reverter a atual g situação das cidades pequenas. As tecnologias avançadas, as inovações científicas, os g

instrumentos legais e as ações públicas devem estar a serviço da construção de um novo caminho. g

A (re)construção de cenários desejáveis para as cidades está presente na pauta de discussão de vários ramos científicos e muitos organismos internacionais estão direcionando suas ações nessa vertente. Algumas cidades brasileiras, nas quais a gestão democrática foi adotada, estão conseguindo bons resultados e suas estratégias devem ser tomadas como modelo. g Formação g de g consórcios g municipais, g renovação g dos g quadros g políticos, g descentralização de poder, participação popular, sustentabilidade urbana, articulação entre o g poder público e o terceiro setor (GOHN, 2003), cooperativismo, (re)distribuição de renda, g planejamento participativo e ressurreição das idéias e da prática da solidariedade (SANTOS, g 2001) são estratégias imprescindíveis, que devem ser seguidas no sentido de democratizar o g acesso à renda, de valorizar o ser social e de fazer com que a saúde, a segurança, a higiene, a g moradia e o nível de vida das populações sejam mais justos, melhorando assim a qualidade de g vida no espaço urbano. g

O gEstatuto gda gCidade gaprovado gem g2001 grepresenta gum gdos gparatos g fundamentais, gque g pode gcontribuir gpara ga gmelhoria gda gqualidade gde gvida gnas gcidades g brasileiras, gde gmodo gparticular gnas gcidades gem ganálise. gEsse ginstrumento gdá grespaldo g constitucional a uma nova maneira de realizar o planejamento urbano, garantindo a função g social da cidade. Com ele, os municípios dispõem de um marco regulatório para a política g urbana, gque g pode g levar ga gimportantes gavanços. gTodavia, gé g necessário gque gos ggestores g municipais se inteirem do conteúdo desse Estatuto, compreendam seu verdadeiro significado g e busquem alternativas concretas para as novas gerações. Em outras palavras, a base legal que garante a construção de uma cidade melhor já existe, resta agora tomar conhecimento de suas g possibilidades e proporcionar iniciativas que privilegiem seu desenvolvimento. Isso expressa g que g novo g caminho g passa, g fundamentalmente, gpela gação glo gEstado, gque g deve gever g sua g

agenda social. Consideramos que pequenas ações, muitas vezes subestimadas por alguns, desempenham um considerável papel nessa (re)construção. Nessa perspectiva, Gohn (2003, s.p) escreve que a diminuição dos índices de violência, a melhoria da qualidade de vida e de relacionamento entre as pessoas g

[...] são fatos que dependem não apenas da melhoria da situação econômica, mas também da capacidade da sociedade aumentar seu capital social. Apenas se estiver ligado a uma vida associativa o indivíduo aprende a discutir, a tomar decisões, e assumir responsabilidades. Não adianta esperar que o Estado crie ou desenvolva este associativismo. É a própria sociedade civil que deve impulsioná-lo. g

Tendo em vista o exposto, ressaltamos uma questão fundamental: o nosso papel enquanto cidadãos, a nossa contribuição individual e o nosso compromisso com a coletividade na edificação de cenários menos injustos. Pressionada pela onda de conformismo e alienação que caracterizam nosso tempo, a nossa sociedade está se contaminando pela ideologia que nos rodeia, principalmente os jovens e até mesmo uma densa camada de intelectuais (SANTOS, 2001, p. 159). Todavia, acreditamos na possibilidade de humanização das cidades, sendo que os novos caminhos possíveis “[...] com o progressivo controle, pelos cidadãos, da ação do Estado, fazendo-a voltar-se para a produção de benefícios para a sociedade” (PONTES, 1997, p. 316). g

A retomada do crescimento econômico, com uma melhor distribuição de renda, g aliada à ampliação das políticas sociais que incentivem o resgate da cidadania -por meio do despertar das capacidades, competências e habilidades das pessoas g e uma providência imprescindível, de modo a solucionar problemas/necessidades e realizar aspirações coletivas g através de ações integradas. g

Destacamos, mais uma vez, a idéia de Santos (2001) a respeito da ‘ressurreição g das idéias e da prática da solidariedade’, no visível intuito de lembrar que o interesse por esse redirecionamento deve partir do foro íntimo de cada cidadão e se concretizar por meio de g

pequenas ações, que visem à reconstrução desse novo caminho. À luz das experiências inovadoras que vêm dando certo em algumas cidades, faz-se necessário que a sociedade civil, o Estado e o setor privado tracem as diretrizes que conduzirão as cidades pequenas nesse novo caminho, tendo em vista os interesses coletivos, a retomada do dinamismo econômico e a sustentabilidade urbana. g

Como se trata de cidades pequenas, onde, em muitos casos, o urbano encontra-se na sua forma embrionária, existe uma grande possibilidade de promover o seu adequado crescimento, tendo em vista as experiências vivenciadas pelas grandes cidades. Nesse sentido, consideramos as cidades pequenas como um foco potencial para alavancar o desenvolvimento regional e, por outro lado, uma alternativa de desafogar os já tão saturados ambientes urbanos metropolitanos. Para tanto, convém pensarmos o desenvolvimento de tais cidades, sendo necessários estudos e análises dos problemas por elas enfrentados, além da adoção de um modelo de gestão e efetivação de uma nova política urbana, que visem, antes de tudo, à promoção social dos indivíduos, à garantia das necessidades básicas e ao acesso aos serviços necessários a uma vida digna. g

Entender a configuração espacial do urbano nas cidades pequenas do Agreste Potiguar foi a questão central que norteou a realização desse trabalho. Após esse período de estudos nas cidades em questão, algumas questões emergiram: g

a) Qual a influência da cidade de Natal no desenvolvimento das cidades do Agreste Potiguar? g

b) Como tem sido a atuação do poder público no desenvolvimento de tais cidades? g

c) Qual o perfil das cidades pequenas que gestão inseridas em regiões economicamente mais dinâmicas? g

As respostas gabrem ga possibilidade gde novas ginvestigações. gSendo gassim, g consideramos importante que novos questionamentos sejam feitos, visando dar continuidade g ao entendimento da dinâmica das cidades pequenas. g

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, gAziz gNacib. gSertões gsertanejos: guma ggeografia ghumana gsofrida. g*Estudos z avançados*, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 7-59, maio/ago. 1999. g
- ABRAMOVAY, gRicardo. g*Funções z e z medidas z da z ruralidade z no z desenvolvimento z contemporâneo*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para discussão, n. 702). g
- AGÊNCIA dos Correios de Serrinha g assaltada. *Diário de Natal, Cidade*, 08 nov. 2002. g Disponível em: <www.dnonline.com.br>. Acesso em: 08 nov. 2002. g
- AMORA, gZenilde gBaima. gCidades gmédias: a gbusca de uma gdefinição. gn: ENCONTRO g NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13., 2002, João Pessoa, *Anais...* João Pessoa: Universidade g Federal de João Pessoa, 2002. Não paginado. g
- ANDRADE, Manuel Correia de. *O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste*. 2. g ed. Recife: SUDENE, 1979. g
- _____. *A produção do espaço norte-rio-grandense*. Natal: Universitária, 1981. g
- _____. *A terra z o homem no Nordeste: gcontribuição ao estudo da questão agrária no g Nordeste*. 6. ed. Recife: Universitária da UFPE, 1998. g
- ANDRADE, Maria Alice Alkmim. *Transformações em curso no perfil econômico e sócio-z espacial de cidades de pequeno porte: o exemplo de Bom Jesus de Itabapoana no Noroeste g Fluminense*. 2001. g 14 g. *Dissertação g(Mestrado) g Instituto de Geociências, Programa de g Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001. g*
- ARAÚJO, Carlos Henrique de et. al. A utilização do espaço urbano pela feira livre de Bom g Jesus. In: SEMANA DE HUMANIDADES, 8., 1998, Natal, *Resumos...*Natal: Universidade g Federal do Rio Grande do Norte, 1999. p. 177. g
- ARROMBADOR dos Correios é preso. *Diário de Natal, Cidade*, 28 maio 2004. Disponível g em: <www.dnonline.com.br>. Acesso em: 28 maio 2004. g
- ASSASSINO foragido da Justiça é preso em Serra Caiada. *Diário de Natal, Cidade*, 30 ago. g 2004. Disponível em: <www.dnonline.com.br>. Acesso em: 30 ago. 2004. g
- BACELAR, Tânia. Perspectivas de desenvolvimento para o RN. *Cadernos de Debates PT*, g Natal, n. 3, p. 1-10, jul. 1998. g
- BERGER, gPeter g.; gLUCKMANN, gThomas. *A construção social da realidade: gtratado de g sociologia do conhecimento*. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 18. ed. Petrópolis: g Vozes, 1985. g
- BESSA, gKelly gCristine gF. gO.; gBORGES, gGerciane gVicene; gSOARES, gBeatriz gRibeiro. g Dinâmica gsócio-econômica gdas g'cidades glocais' gsituadas gem gáreas gde gerrado gmineiro. g *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 3, n. 5, p. 9-29, fev. 2002. g

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Região z programa zdo zAgreste z Potiguar*. Rio de Janeiro, 1973. (Subsídios ao planejamento da área nordestina). g

BRASIL. IPEA; IBGE; UNICAMP, IPARDES. *Caracterização e tendências da rede urbana z do Brasil: redes urbanas regionais: Nordeste*. Brasília: 2000. v.4. g

BRASIL. Ministério das Cidades. *Sistema Nacional de Indicadores Urbanos*. Brasília, 2002. g Programa. 1 cd rom. g

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994. g

_____. *A cidade*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. g

_____. O consumo do espaço. In: _____ (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: g Contexto, 2001. p. 173-186. g

_____. Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula?” *GEOUSP*, São Paulo, n. 13, 2003. g Disponível em: <www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/geousp>. Acesso em: 16 mar 2004. g

_____. Uma leitura sobre a cidade. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 1, n.1, p. 11-30, jan./dez. g 2004. g

CASTELLS, Manuel. *A era zla zinformação: gconomia, gsociedade g gultura*. Tradução gle g Roneide Venancio Majer e Klaus Brandim Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A g Sociedade em rede, v. 1). g

CLARK, David. *Introdução à Geografia Urbana*. 2.ed. Tradução de Lúcia Helena de Oliveira g Gerardi e Silvana Maria Pintaudi. Rio Janeiro: Bertand Brasil, 1991. g

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. *Economia e Urbanização: o Rio Grande do g Norte nos anos 70*. Natal: UFRN/CCHLA, 1995. g

_____. *Receitas municipais e grau de dependência dos pequenos municípios do Nordeste*. g In: ENCONTRO NACIONAL DA APIPSA, 18., 1996, Campina Grande, *Anais...* Campina g Grande, 1996. Não paginado. g

_____. Rio Grande do Norte: novas dinâmicas, mesmas cidades. In: GONÇALVES, Maria g Flora; BRANDÃO, Carlos Antonio (Org.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio g urbano regional*. São Paulo: UNESP/ANPUR, 2003. p. 387-404. g

COELHO, Maria do Socorro Alves. O sistema urbano nordestino: gstruturação gtravés do g tempo. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 75-93, jan./mar., 1992. g

CORRÊA, Roberto Lobato. *Novas dimensões do urbano no Brasil*. *Boletim zle zGeografia z Teórica*, Rio Claro. v. 21, n. 42, p. 12-17, 1991. g

_____. *A rede urbana*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994. g

_____. *O espaço urbano*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995. g

_____. O urbano nos territórios esvaziados: algumas hipóteses. In: SCARLATO, Francisco g Capuano; SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; ARROYO, Mônica (Org.). g

O novo mapa do mundo. Globalização e espaço latino-americano. 3. ed. São Paulo: Hucitec; g ANPUR, 1997a. p. 245-248. g

_____. *Trajétoérias geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997b. g*

_____. *Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. g Território, Rio de Janeiro, v.4, n.6, p.41-53, jan./jun. 1999. g*

_____. *Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. g Cidades, v. 1, n.1, p. 65-78, jan./dez. 2004. g*

COSTA, Ademir Araújo da; COSTA, Ademilson Araújo da. *Serra Caiada: um estudo da história e da geografia do lugar. Natal: [s.n.], 2005. No prelo. g*

DAMIANI, Amélia Luísa. *O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani g Alessandri (Org.). Novos caminhos da geografia. São Paulo: Contexto, 2001. p. 161-172. g*

DAVIDOVICH, Fany R. *Considerações sobre a urbanização no Brasil. In: BECKER, Berta g K. et.al. (Org.) Geografia e meio ambiente no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 79-96. g*

DOIS fugitivos de São Paulo são presos em Passa e Fica. *Diário de Natal, Cidade, 22 fev. g 2005. Disponível em <www.dnonline.com.br> Acesso em 22 fev. 2005. g*

ENDLICH, Angela Maria. *Maringá e o zecer da rede urbana regional. g 1998. g 21 g. g Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1998. g*

_____. *Rede urbana, urbanidade e as pequenas cidades: ensaiando a discussão. In: g ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13., 2002, João Pessoa, Anais... João Pessoa: g Universidade Federal de João Pessoa, 2002. Não paginado. g*

EX-PREFEITO de Lagoa Salgada é morto com tiro no olho. *Diário de Natal, Cidade, 08 ago. g 2003. Disponível em: <www.dnonline.com.br>. Acesso em: 08 ago 2003. g*

FAMÍLIA passa 4 horas refém de bandido. *Diário de Natal, Cidade, 21 mar. 2003. Disponível g em: <www.tribunadonorte.com.br>. Acesso em: 21 mar. 2003. g*

FELIPE, José Lacerda Alves. *A cidade no Rio Grande do Norte: reflexões para reconstrução da utopia. Vivência, Natal, v. 2, n. 1, p. 83-91, jan./dez. 1984. g*

_____. *O local e o global no Rio Grande do Norte. In: g VALENÇA, Márcio g Moraes; g GOMES, Rita g de Cássia g Conceição g (Org.). Globalização e desigualdade. Natal: g A.S. g Editores, 2002. p. 226-240. g*

FLÁVIO, Luiz Carlos. *Cotidiano e geografia: uma discussão preliminar. In: g CONGRSSO g NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., 2004, Goiânia, Anais...Goiânia: Universidade Federal de g Goiás, 2004. Não paginado. g*

FRESCA, Tânia Maria. *A dinâmica funcional da rede urbana do Oeste Paulista: estudo de g casos: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista. 1990. 282 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade g Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990. g*

FRESCA, gTânia gMaria. gTransformações gda grede gurbana gdo gnorte gdo gParaná: gestudo g comparativo de três. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade São Paulo, São Paulo, 2000. g

_____. gEm gdefesa glos gestudos gdas gidades gpequenas gno gnsino gle gGeografia. z*Geografia*, g Londrina, v. 10, n.1, p.27-34, jan./jun. 2001. g

GEIGER, gPedro gPinchas. gEvolução zda zrêde zurbana zbrasileira. zRio gle glaneiro: gCentro g Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963. g

GEORGE, Pierre. *Geografia urbana*. São Paulo: DIFEL, 1983. g

GOHN, gMaria gda gGlória. gO gfuturo gdas gcidades. gNas zredes zda zeducação, gCampinas, g Laboratório ginterdisciplinar gle gTecnologias gEducacionais g– gUNICAMP. gDisponível gem: g <<http://www.lite.fae.unicamp.br/revista/art03.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2003. g

GOMES, Horieste. *A produção do espaço geográfico no capitalismo*. São Paulo: Contexto, g 1990. g

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. *Fragmentação e gestão do território no Rio Grande z do zNorte*. g1997. g30 gf. gTese (Doutorado) g– gInstituto de Geociências e Ciências Exatas, g Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1997. g

GONÇALVES, Francisco Ednardo; COSTA, Tiago gBarreto Andrade da. gUm gfoco gobre g problemática gambiental gle pequenas cidades: o gestudo gle caso dos ambientes gacustres de g Bom gJesus-RN. gn: gSEMINÁRIO gNACIONAL gDE gIMPACTOS gSÓCIO-AMBIENTAIS g URBANO, 1., 2002, Curitiba, *Anais...* Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2002. Não g paginado. g

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. *GEOgraphia*, Niterói, g v.1, n.1, p. 15-39, 1999. g

HARVEY, David. *Mundos urbanos possíveis*. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 63, p. 3-g 8, jul. 2002. g

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos demográficos de z 1970, 1980, 1991 e 2000*. Disponíveis em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 jan g 2003 g

_____. g *Censos z Agropecuários z de z 1975, z 1985 z e z 1995/96*. g Disponíveis g em: g <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 fev 2003. g

_____. g *Cadastro z Central z de z Empresas z 1999*. z Disponível g em: g <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 14 jan. 2003. g

_____. gMunicípios gde gaté g20 gmil ghabitantes gsão gmaioria gno gBrasil. gDisponível gem: g <<http://www.ibge.gov.br>> . Acesso em: 25 ago. 2001. g

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991. g

_____. *Revolução urbana*. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999. g

LENCIONI, Sandra. Região e geografia: a noção de região no pensamento geográfico. In: g CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.) *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, g 2001. p. 187-204. g

LOBATO, Monteiro. *Cidades Mortas*. São Paulo: Brasiliense, 1951. g

MAIA, Doralice Sátyro. Pensar e projetar a cidade do século XXI. 2003. In: REUNIÃO g ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 55., 2003, g Recife, g *Anais...* g Recife: g Universidade g Federal g de g Pernambuco, g 2003. g Disponível em: g <http://www.sbpcnet.org.br/eventos/55ra/programa_sbpc55ra/admin/simposio.as>. g Acesso g em: 14 set 2003. g

_____. A graquejada: gle festa gertaneja g espetáculo nas gidades. In: g ALMEIDA, g Maria g Geralda gle; g RATTTS, g Alecsandro g JPRatts g (Org.). g *Geografia: leituras g culturais*. g Goiânia: g Alternativa, 2003. p. 159-183. g

_____. Repensando as cidades médias na Paraíba: um debate sobre pequenas e médias g cidades. g In: g CONGRESSO g NACIONAL g DE g GEÓGRAFOS, g 6., g 2004, g Goiânia, g *Anais...* Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2004. Não paginado. g

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. *Terra Livre*, São g Paulo, v. 18, n. 19. jul./dez. 2002. p. 95-112. g

MELCHIORES, g Celita; g BELLINASSO, g Lisandra g Maria; g ZIBORDI, g Antonio g Francisco g Guerreiro. Um estudo de pequenas cidades: o caso da Mata. *Geografia: Ensino e Pesquisa*, g Santa Maria, v. 2, p. 106-129, dez. 1988. g

MELO, Mário Lacerda de. *Os Agrestes: estudo dos espaços nordestinos do sistema gado-g policultura de uso de recursos*. Recife: Sudene, 1980. g

MONTEIRO, Denise. *Introdução a história do Rio Grande do Norte*. Natal: UFRN, 2000. g

MORAIS, Marcus César Cavalcanti de. *Terras potiguares*. Natal: Dinâmica, 1998. g

MOTTA, Diana Meirelles da; MUELLER, Charles Curt; TORRES, Marcelo de Oliveira. *A z dimensão urbana do desenvolvimento econômico-espacial brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA, g 1997. (Texto para discussão, n. 530). g

MUELLER, g Charles g C. g Organização g ordenamento g do g espaço g regional g do g Nordeste. g *Planejamento e políticas públicas*, n. 13, p. 35-104, jun. 1996. g

NASCIMENTO, Mariana Alvarenga do. Globalização e cidades pequenas: o caso de Perdões-g MG. In: SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNESP, 3., 2003, g Rio Claro, *Anais...* Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2003. p. 401-413. g

NÓBREGA, Reginaldo Teixeira. *Bom Jesus: origem e emancipação*. 2003. 41 f. Monografia g (Especialização). Pós-graduação em História do Nordeste. g Ceres. g UFRN. São Paulo do g Potengi, 2003. g

OLIVEIRA, g Bianca g Simoneli gle; g SOARES, g Beatriz g Ribeiro. Cidades locais do triângulo g mineiro e Alto Parnaíba/MG: algumas considerações. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. g 3, n. 5, p.52-72, fev. 2002. g

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste: planejamento e conflitos de classes*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. g

OLIVEIRA, José Aldemir. A cidade no horizonte do provável: política e desenvolvimento urbano. In: SILVA, José Borzacchiolo da; COSTA, Maria Clélia Lustosa; DANTAS, Eustógio Correia. *A cidade e o urbano: temas para debate*. Fortaleza: UFC, 1997. p. 265-271. g

OLIVEIRA, José Aldemir. As pequenas cidades da Amazônia: espaços perdidos e reencontrados. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odete Carvalho de Lima (Org.). *O espaço no fim de século: a nova garidade*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 199 – 213. g

PNUD; IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*: 2003. Software. Disponível em: <www.unpd.org.br>. g

PONTES, Beatriz Maria Soares. Em busca de uma nova política de desenvolvimento intra-urbano para o povo brasileiro. In: SILVA, José Borzacchiolo da; COSTA, Maria Clélia Lustosa; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. *A cidade e o urbano: temas para debate*. Fortaleza: EUFC, 1997. p. 309-317. g

PRESO é resgatado e executado em frente a DP de Bom Jesus. Diário de Natal, Cidades, 1 mar. 2004. Disponível em: <www.dnonline.com.br>. Acesso em: 01 mar. 2004. g

RIO GRANDE DO NORTE. Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente. *Classificação sócio-econômica dos municípios do Rio Grande do Norte*. Natal, 1998. g

_____. *Mapa político-rodoviário*. Natal, 2001. g Mapa: color., 26 x 97 cm. Escala g 1:500.000. g

SALGUEIRO, Teresa Barata. Espacialidades e temporalidades urbanas. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri Carlos; LEMOS, Amália Inês Geraiges (Org.). *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 99-104. g

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1979a. g

_____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979b. g

_____. *Manual de Geografia Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1981. g

_____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985. g

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988. g

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993. g

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1999. g

_____. *Por outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. g

- SANTOS, Milton. O tempo nas cidades. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.54, n. 2, p. 21-22, g out./dez. 2002. g
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001. g
- SANTOS, Paulo Pereira dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte: século XVI ao século XX*. Natal: Clima, 1994. g
- SANTOS, Wilson dos. *Cidades locais, contexto regional e urbanização no período técnico-científico-informacional*. 1989. 192 f. Tese. (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989. g
- SILVA, Anieres Barbosa da; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo de Pedro da. Pequenas cidades: lugares geográficos do Rio Grande do Norte. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 7., 2001, São Paulo, *Anais...* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. Não paginado. g
- SILVA, José Borzacchiello da. Discutindo a cidade e o urbano. In: SILVA, José de Borzacchiello da; COSTA, Maria Célia Lustosa; DANTAS, Eustógio Wanderley C. (Org.). *A cidade e o urbano*. Fortaleza: UFC, 1997. p. 85-92. g
- SILVA, Joseli Maria. Cultura e territorialidades urbanas. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, inverno 2000. g
- SILVA, Nádia. *A cidade local no contexto da globalização: um estudo de caso de Machado – MG*. 2001. 147 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001. g
- SILVA, Pedro Marinho da. *Nova Cruz: retrato de uma história*. Natal: [s.n.], 2000. g
- SINTESE Gold – Sistema Integrado de Tratamento Estatístico de Séries Estratégicas: 2003. g Disponível em: <www.ibge.gov.br>. g
- SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidade e metrópole: notas de um debate. In: CARLOS, Ana Fani de Alessandri Carlos; LEMOS, Amália Inês Geraiges (Org.) *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 81-86. g
- SOROKIN, Pitirim A.; ZIMMERMAN, Carlo C.; GALPIN, Charles J.. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. de S. (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 198-224. g
- SOUZA, José Alai de; ARAÚJO, Maria de Deus Souza de. *Boa Saúde: origem e história*. Fortaleza: Qualitygraf, 2000. g
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 1988. g
- VEIGA, José Eli da. *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. g Campinas: Autores Associados, 2002. g

WANDERLEY, Maria gle gNazareth gBaudel. *Urbanização ze z ruralidade: gelações gntre ga g pequena cidade e o mundo gural e estudo preliminar sobre os pequenos gmunicípios gem g Pernambuco*. Disponível em: <www.ipese.com.br>. Acesso em: set. 2001. g

WIRTH, gLouis. *O gurbanismo gcomo gnodo gde vida*. gn: gVELHO, gOtávio gGuilherme. *O z fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 97-122. g